

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

JULIANA PRZYBYSZ

ARTICULANDO OS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO: TRANSFORMAÇÕES DAS
ESPACIALIDADES VIVIDAS POR MULHERES RESPONSÁVEIS PELO
DOMICÍLIO, APÓS A DISSOLUÇÃO CONJUGAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA
– PARANÁ.

PONTA GROSSA-PR
2011

JULIANA PRZYBYSZ

ARTICULANDO OS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO: TRANSFORMAÇÕES DAS
ESPACIALIDADES VIVIDAS POR MULHERES RESPONSÁVEIS PELO
DOMICÍLIO, APÓS A DISSOLUÇÃO CONJUGAL NA CIDADE DE PONTA GROSSA
– PARANÁ.

Dissertação de Mestrado apresentada
para obtenção do título de Mestre, no Pro-
grama de Pós-Graduação em Geografia,
Mestrado em Gestão do Território, Setor
de Ciências Exatas e Naturais, da Univer-
sidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Joseli Maria Sil-
va

PONTA GROSSA-PR

2011

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor Tratamento da Informação BICEN/UEPG

P973a Przybysz, Juliana
Articulando os espaços público e privado : transformações das
espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio, após
a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa – Paraná. / Juliana
Przybysz. Ponta Grossa, 2011.
181f.

Dissertação (Mestrado em Geografia - Gestão do Território),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profª. Drª. Joseli Maria Silva

1. Gênero. 2. Articulação público/privado. 3. Dissolução conjugal.
I. Silva, Joseli Maria. II. T.

CDD: 307.76

TERMO DE APROVAÇÃO

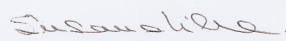
JULIANA PRZYBYSZ

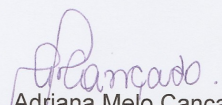
**ARTICULANDO OS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO: TRANSFORMAÇÕES
DAS ESPACIALIDADES VIVIDAS POR MULHERES RESPONSÁVEIS PELO
DOMICÍLIO APÓS A DISSOLUÇÃO CONJUGAL NA CIDADE DE PONTA
GROSSA-PARANÁ**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Profa. Dra. Joseli Maria Silva
UEPG


Profa. Dra. Susana Maria Veleda da Silva
FURG


Profa. Dra. Adriana Melo Cançado
CESCAGE

Ponta Grossa, 19 de Setembro de 2011

Dedico esse trabalho ao meu filho Vinícius e a minha família, que em todos os momentos estiveram ao meu lado. Esta dissertação é a continuação de uma vida de compreensão, carinho e dedicação que vocês tiveram a mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Joseli Maria Silva, pessoa sempre dedicada e atenciosa que me aguentou, não só nos dois anos do mestrado mais também nos anos de graduação, entendendo todas as minhas neuroses, meu nervosismo e meus “pitis” relacionados ao meu tempo, aos meus objetivos e as construções desta pesquisa. Mais que uma orientadora, uma amiga e uma companheira nos momentos pessoais também. Obrigada querida Joseli.

Aos meus companheiros Getianos (GETE - Grupo de Estudos Territoriais) em especial: Alides, Marcio, Luciane e Vinícius Cabral, por proporcionarem momentos de discussões tão importantes para a construção desta dissertação e também pelos momentos de descontração, onde eu achava que tudo estava perdido e, em uma brincadeira, me mostravam que ainda nada havia começado.

A toda a minha bela, imensa e festeira família, em especial minha mãe, meu pai, meus irmãos e meu namorado, que me ajudaram nesta trajetória, principalmente em relação aos cuidados com o meu filho. A minha prima Fabielly, que aguentou minha choradeira, minha neurose e que me deu vários “puxões de orelha”, mas que sempre esteve ao meu lado. Ao meu filho Vinícius que com toda a sua graça e espontaneidade me fez ressurgir de um mundo inusitado para um mundo inexplicável e científico. Esta dissertação é por você!!!

Dedico também esta dissertação a Amarantha, Althea, Ariadne, Atena, Damra, Demetra, Irene, Trina, Bellona, Aislin, Edana, Shannon, Enid, Kendra, Edlyn, Megan e Onatah que abriram a mim suas histórias de vida. A construção desta tese tem um pouquinho de cada uma das entrevistadas, das suas lutas e vivências.

Aos meus chefes Marco Aurélio e Edson, por me darem o tempo necessário para a construção desta dissertação, aos meus professores e também a toda a comunidade científica.

Meus agradecimentos!

A humanidade não se divide em heróis/*heroínas* e tiranos/*tiranas*. As suas paixões, boas e más, foram-lhe dadas pela sociedade, não pela natureza.

Charles Chaplin

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender as transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio, após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa – PR. Os processos de dissolução conjugal e a guarda feminina dos filhos do casal têm instituído famílias em que se destaca a chefia das mulheres. Embora o fenômeno seja comum em todas as faixas de rendimento, as famílias moradoras de periferias pobres constituem um grupo vulnerável ao empobrecimento e fragilização aos direitos cidadãos. Para cumprir o objetivo da pesquisa foi realizado um levantamento dos processos da Segunda Vara de Família de Ponta Grossa, nas categorias de Separação, Divórcio e Alimentos no período de 2003 a 2007, envolvendo famílias entre zero e dois salários mínimos com filhos menores de doze anos de idade. Foram selecionados quinhentos e vinte e dois processos, relativos ao recorte social estabelecido e efetivada uma análise segundo categorias chave. Além da análise dos processos foram realizadas dezessete entrevistas em profundidade com mulheres que se auto-identificaram como chefes de família, com base em um roteiro de entrevista semiestruturado. As falas foram transcritas e analisadas por meio de técnicas de análise discursiva e frequências de evocações, construindo a lógica de significados sobre as experiências espaciais vividas pelas mulheres, foco da pesquisa. As espacialidades vivenciadas por mulheres chefes de família se modificam após a separação conjugal, articulando de forma diversa as esferas pública e privada do espaço urbano. A feminilidade é vivenciada de forma a articular a escala da casa e da cidade, evidenciando que as mulheres experienciam diversas escalas de forma simultânea e complexa.

Palavras-chave: gênero, articulação público / privado, dissolução conjugal.

ABSTRACT

This dissertation aims to comprehend the space transformations lived by women who are the home responsible after marriage dissolution in Ponta Grossa city, located in Paraná State. The process of marriage dissolution besides the kids guard by the mother has been creating families which are leaded by women. Although, this phenomenon is usual in every income zone, the families which live in poor outskirts are in a vulnerable group to poverty and fragility to the citizens rights. To achieve the goal of the research, it was made a survey with the process at Segunda Vara de Família in Ponta Grossa, in categories of Separation, Divorce and Food, in the period of 2003 to 2007, involving families between zero to two minimum wage with children under twelve years old. There were selected five hundred twenty two process, related to the social limits established as well as effected analysis about the key categories. The interviews were written and analyzed by discursive analysis technique and frequency of evocation, building the meaning logic about the special experiences lived by the women in focus in the research. The space lived by the women who lead the families modify itself after marriage separation, it has been articulating in a different way of the public and private level in the urban area. The womanliness is lived to articulate de scales of home and the city, showing that the women experience many scales in simultaneous and complex ways.

Key-word: gender, public/private articulation, marriage dissolution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico relacionado aos arranjos familiares, por sexo da pessoa de referência, segundo o tipo de arranjo familiar no Brasil em 2007.....	49
Figura 2 – Localização de empreendimentos da PROLAR com ênfase nos conjuntos habitacionais selecionados para a pesquisa.....	72
Figura 3 – Representação do espaço público e privado a partir da teoria de Howit escala enquanto seu aspecto de nível.....	119
Figura 4 – O espaço paradoxal como componente da educação, rentabilidade e produção econômica do lar das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	148
Figura 5 – O espaço paradoxal como componente do gerenciamento econômico do lar durante o casamento e após a dissolução conjugal das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	150
Figura 6 – O espaço paradoxal enquanto componente do cuidado com os filhos, a infraestrutura do espaço urbano, renda e trabalho feminino, das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	153
Figura 7 – O espaço paradoxal enquanto componente da relação do grupo estudado com o espaço jurídico, renda feminina, cuidado, educação e economia do lar das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	156
Figura 8 – Mulheres responsáveis pelo lar em Ponta Grossa – PR.....	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Numero de ações de alimentos e de execução de alimentos requeridos por mulheres após a dissolução conjugal entre 2003 e 2007.....	59
Gráfico 2 – Perfil relacionado à idade das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família – Ponta Grossa – PR.....	75
Gráfico 3 – Estado civil das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família.....	76
Gráfico 4 – Renda individual das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos Conjuntos Habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	78
Gráfico 5 - Renda familiar das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos Conjuntos Habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	78
Gráfico 6 – Relação entre totais de mulheres e filhos nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	79
Gráfico 7 – Idade dos filhos das mulheres que passaram por dissolução conjugal na época das entrevistas, nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	80
Gráfico 8 – Aspectos negativos das mulheres que passaram por dissolução conjugal relacionados ao casamento nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	84
Gráfico 9 – Tipo de lazer feminino durante o casamento das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais, com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	91
Gráfico 10 – Motivo das dissoluções conjugais relacionados ao grupo focal estudado nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	94
Gráfico 12 – Responsável pelas despesas do Lar durante o casamento das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com Maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	107
Gráfico 13 – Condições de emprego feminino e as principais atividades desenvolvidas pelas mulheres chefes de família após a dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	114
Gráfico 14 – Ajuda de terceiros no momento da transição entre a separação e a estabilidade às mulheres, que passaram por dissolução conjugal nos	

conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	128
Gráfico 15 – Pessoa de referencia em relação à moradia com terceiros em relação às mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	130
Gráfico 16 – Relação positiva com o espaço de moradia – vila – das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	134
Gráfico 17 - Relação negativa com o espaço de moradia – vila – das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	135
Gráfico 18 – Motivos que levaram as mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR, a não entrar com processos na justiça.....	139
Gráfico 19 – As principais diferenças entre a vida de casa e a vida após a separação das mulheres que passaram por dissolução conjugal, nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tradições no Âmbito Geográfico da Investigação Feminista.....	32
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de casamentos e dissoluções conjugais no Brasil entre os anos de 2003 a 2008.....	46
Tabela 2 - Total de casamentos e dissoluções conjugais no Paraná entre os anos de 2003 a 2008.....	47
Tabela 3 - Total de casamentos e dissoluções conjugais em Ponta Grossa entre os anos de 2003 a 2008.....	48
Tabela 4 – Valor médio recebido por mulheres e homens chefes de família no Brasil.....	50
Tabela 5 – Valor médio recebido por mulheres e homens chefes de família em Ponta Grossa.....	51
Tabela 6 – Ações de Separação na 2ª Vara de Família entre 2003 e 2007 em Ponta Grossa – PR.....	53
Tabela 7 – Ações de Divórcio na 2ª Vara de Família entre 2003 e 2007 em Ponta Grossa – PR.....	54
Tabela 8 – Ações de Alimentos na 2ª Vara de Família entre 2003 e 2007 em Ponta Grossa – PR.....	55
Tabela 9 – Número de homens que requereram as ações de divórcio e separação concedidos em primeira instância no Brasil, Paraná e Ponta Grossa.....	56
Tabela 10 – Número de mulheres que requereram as ações de divórcio e separação concedidos em primeira instância no Brasil, Paraná e Ponta Grossa.....	57
Tabela 11 – Queixas feitas pelas mulheres após a dissolução conjugal nos processos de Separação e Divórcio.....	63
Tabela 12 - Conjuntos habitacionais com maior número de chefes de família.....	71
Tabela 13 – Famílias residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência da família em relação ao trabalho no Brasil de 2001 a 2002.....	103

LISTA DE SIGLAS

PROLAR – Companhia de Habitação de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – ESPAÇO, GÊNERO E INSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS	18
1.1 - Superando as Dicotomias Público / Privada na Concepção de Espaço Geográfico	18
1.2 - Gênero e Família: Desafios Para a Abordagem Geográfica	30
1.3 - Famílias Monoparentais Femininas, Dissoluções Conjugais e Ações de Pedidos de Alimentos em Ponta Grossa – PR	45
CAPÍTULO 2 – ESPACIALIDADES FEMININAS E PAPEL DE GÊNERO NA CONJUGALIDADE NA PERIFERIA POBRE DE PONTA GROSSA – PR	67
2.1 – O perfil do grupo familiar investigado	67
2.2 - Elementos presentes na vivencia espacial feminina na conjugalidade	81
2.3 – A divisão do trabalho entre os gêneros na família e as diferentes espacialidades	98
2.4 - A instituição da guarda feminina e suas implicações no desempenho do papel feminino	110
CAPÍTULO 3 – MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DE PAPÉIS DE GÊNERO VINCULADOS ÀS ESPACIALIDADES FEMININAS NA RECONFIGURAÇÃO FAMILIAR	116
3.1 - A relação entre escala no espaço paradoxal na superação da dicotomia entre as esferas publica e privada	116
3.2 - Elementos de mudanças e permanência dos papéis de gênero na reconfiguração familiar	123
3.3 – A existência espacial articulada e multidimensional de mulheres chefes de família na periferia pobre	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	165
ANEXO 1	172
APÊNDICE 1	174
APÊNDICE 2	176
APÊNDICE 3	178
APÊNDICE 4	180

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compreender as transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio, após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa – PR. O aumento da pobreza e o aumento da presença de mulheres chefes de família nas periferias dos grandes centros urbanos vêm chamando a atenção de uma grande parte da sociedade. A constituição de famílias chefiadas por mulheres tem como um de seus principais fatores as dissoluções conjugais que impõem novas organizações do grupo familiar.

Durante minha experiência profissional no cartório da Segunda Vara de Família em Ponta Grossa – PR, presenciei durante seis anos, muitos casos de dissoluções conjugais. Entre elas, as que mais me chamavam atenção era a aflição das mulheres de baixa renda em torno de suas condições, para criar os filhos que ficavam sob sua guarda. Como geógrafa, resolvi investigar de que forma as espacialidades das mulheres que passavam pelo processo de dissolução conjugal eram modificadas. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: primeiro, evidenciar quais elementos socioespaciais estão presentes na reorganização familiar após a dissolução conjugal, segundo, analisar as transformações dos papéis femininos na nova configuração familiar e terceiro, compreender a articulação entre o espaço público e privado após a dissolução conjugal das famílias em Ponta Grossa – Paraná.

Assim, estabeleci o recorte do grupo a ser investigado em torno de mulheres chefes de família sem renda até renda de dois salários mínimos, com filhos sob sua guarda. Sobre esse enfoque, foram analisados oitenta processos de Divórcio, cento e quarenta e cinco processos de Separação e duzentos e noventa e sete processos de Alimentos, entre os anos de 2003 a 2007. Esta análise processual, na Segunda Vara de Família foi permitida pelo juiz competente a ela, através de deferimento de ofício (anexo 1), pois os processos que estão relacionados ao direito de família, tem seu andamento restrito ao segredo de justiça, neste sentido, não serão evidenciados os nomes das partes e os números dos processos.

O recorte temporal em relação a análise processual foi estipulado a partir da vigência do Novo Código Civil¹ no ano de 2003 até o ano de 2007 um ano antes da apresentação do primeiro trabalho na trajetória de estudos relacionados às mulheres chefes de família que passaram por dissolução conjugal. As análises de documentos, segundo Spink (1999), também são práticas discursivas, devemos apenas que aprender a interpretá-los. Essa análise foi feita a partir da petição inicial dos processos em pauta, onde há uma transcrição do que levou as mulheres a procurar a Vara de família feita pelo advogado, esta transcrição é chamada de fonte secundária, pois é uma análise do advogado sobre o que a parte do processo repassou.

Os processos da segunda Vara de família foram analisados por meio de um levantamento sistemático em uma planilha como evidenciado no apêndice 1. Os processos da Primeira Vara de Família não foram analisados porque não houve autorização para que tal verificação fosse feita, pois assim como em toda a sociedade as relações de poder estão também presente na espacialidade jurídica.

Na segunda fase desta pesquisa, foram realizadas dezessete entrevistas em profundidade com mulheres que passaram por dissolução conjugal, conforme o roteiro de entrevista semi estruturado que pode ser visualizado no apêndice 2. A escolha dessas mulheres, para realização das entrevistas se deu por meio da seleção de áreas de concentração de moradias de mulheres chefes de família. Esse levantamento havia sido realizado por Pacheco (2008), quem apontou as áreas de conjuntos habitacionais promovidos pela Companhia de habitação de Ponta Grossa (PROLAR). Segundo a autora, as áreas de maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa, a partir dos dados da PROLAR, são o Jardim Jacarandá, Jardim Alto Alegre, Jardim Cerejeiras, Jardim São Miguel e Jardim Aroeiras. Em uma abordagem exploratória foram desprezados o Jardim São Miguel e o Jardim Aroeiras por detectar que a renda dos moradores era superior aquela determinada para o recorte do grupo a ser investigado. Assim, foram considerados o Jardim Jacarandá com a presença de 29% de mulheres, Jardim Alto Alegre com 47% e Jardim Cerejeiras com 24%.

¹ O Novo Código Civil entrou em vigor no dia 11 de janeiro de 2003, pelo estipulado na Lei n. 10.406, de 10.1.2002.

A partir desse referencial de área iniciamos o trabalho de campo selecionando as mulheres que haviam passado por dissolução conjugal, com renda familiar entre zero e dois salários mínimos e com filhos sob sua guarda. As entrevistas foram concedidas nas casas das mulheres entrevistadas e foi possível obter oito horas e trinta e seis minutos de gravação entre outubro de 2010 a abril de 2011. As entrevistas foram transcritas em sua íntegra, respeitando a forma de linguagem e expressão do grupo social entrevistado. A expressão da linguagem falada para a escrita recebeu apenas o tratamento de pontuação. Os textos transcritos foram analisados por meio de categorias de discursos e a frequência de intensidade como essas categorias estruturavam o discurso emitido pelas entrevistadas, conforme Bardin (2002). A análise do discurso, por meio de intensidade de falas estruturadas em categorias e organizadas em um banco de dados, permitiu compreender as referências imaginárias e valores que estruturam a vida cotidiana espacial das mulheres, foco desse estudo.

A análise da experiência espacial das mulheres que passam pelo processo de dissolução conjugal é aqui tratada de forma a articular o espaço público e privado, considerando que a dicotomia dessas duas esferas não criam condições de compreensão do fenômeno em tela. A articulação se dá por meio de uma análise escalar, trazendo para a discussão a ideia de Massey (2008) que considera o espaço enquanto relacional.

As famílias que são consideradas a base da sociedade são analisadas a partir de sua heterogeneidade, não sendo considerada única e não estando estagnada em relação ao tempo e espaço. Esse movimento das famílias através do tempo e espaço nos remete a analisar os diferentes papéis de gênero que são construídos socialmente e vivenciados por homens e mulheres através do espaço.

Esta pesquisa se justifica pela urgente necessidade de criação de políticas públicas que interfiram no processo de feminização da pobreza urbana, em que um dos elementos está vinculado aos processos de dissolução conjugal e à formação de famílias monoparentais femininas. Além disso, a ciência geográfica brasileira ainda não respondeu aos desafios contemporâneos que as transformações das relações de gênero têm gerado na sociedade contemporânea. Este trabalho pretende contribuir para a expansão do campo de análise feminista.

O texto está organizado em três partes. O primeiro traz uma discussão dos principais conceitos utilizados nesta dissertação, construindo uma base teórica que reúne as relações entre gênero, espaço e família. Além disso, esse capítulo explora, a partir dos processos de separação, a instituição das famílias monoparentais femininas, evidenciando suas dinâmicas. O segundo capítulo discute o perfil do grupo familiar estudado, os elementos que estão presentes na vivência conjugal dessas mulheres, a divisão do trabalho na família e a guarda dos filhos. No terceiro capítulo, serão discutidos os elementos de permanência e de mudança após a dissolução conjugal e o estabelecimento de espacialidades articuladas e interescares entre os espaços públicos e privados.

CAPÍTULO 1 – ESPAÇO, GÊNERO E INSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS.

Este capítulo tem por objetivo discutir os conceitos de espaço, gênero e a constituição de famílias monoparentais femininas. Trabalhar esses conceitos na geografia brasileira é um desafio, já que as abordagens de gênero são ainda incipientes. Contudo, as transformações da sociedade brasileira, sobretudo nas últimas décadas, têm trazido à emergência do protagonismo feminino em vários campos da vida social, para além de seu papel tradicional de esposa e mãe. Isso tem impulsionado cada vez mais as Ciências Sociais a desenvolverem caminhos de compreensão dos papéis de gênero na contemporaneidade e a Geografia, como uma Ciência Social, está também com tal compromisso científico, embora ainda resistente, conforme mostram Veleda da Silva (2009) e Silva (2009).

Pensar o espaço geográfico a partir da dinâmica das famílias monoparentais femininas, como elas se instituem e sua relação com a cidade permite o enriquecimento da análise das relações sociais em diferentes escalas espaciais, envolvendo o micro e o macro, o público e o privado, provocando uma discussão, inclusive, da validade dessas dicotomias na análise espacial. O capítulo está estruturado em três seções. Na primeira, é apresentada uma discussão sobre a criação da dicotomia dos espaços público e privado e sua necessária superação. Na segunda seção, é realizada uma análise da relação entre papéis de gênero construídos socialmente e sua forte vinculação com a constituição da família e os desafios que tais transformações sociais colocam para análise geográfica. Finalmente, na última seção, são evidenciados os processos de dissolução conjugal e suas características na composição de famílias chefiadas por mulheres de baixa renda em Ponta Grossa – PR.

1.1 - Superando as Dicotomias Público / Privada na Concepção de Espaço Geográfico.

A Geografia, conforme aponta Corrêa (1995), se coloca como ciência social e como todo campo científico, estrutura-se a partir de conceitos fundamentais. Entre

vários conceitos que sustentam a Geografia como um campo disciplinar específico está o espaço. Esse conceito é gerador de amplo debate científico, saindo de uma situação de menor intensidade em relação aos conceitos de paisagem e região, no período da chamada geografia tradicional, para ocupar um papel de destaque nos períodos posteriores, conforme argumenta Corrêa (1995).

É na emergência do materialismo histórico e dialético contra as posições do positivismo lógico que o espaço ganha novas conotações na ciência geográfica, superando a concepção de receptáculo. Para Lefebvre (1976) o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estrutura de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. Este espaço é visto mais do que um instrumento político, sendo tratado como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, não sendo nem produto, nem instrumento. Nessa perspectiva, a análise social estava fundamentada nas lutas de classes e a condição feminina era discutida pela noção de patriarcado², entendida como uma forma de opressão do masculino sobre o feminino em todas as formas da vida social e institucional.

Contudo, é com a emergência das críticas da Nova Geografia Cultural aos pressupostos da Geografia Cultural Saueriana que se abre uma pluralidade de possibilidades de concepções geográficas. As críticas estiveram fundamentadas no fato de que a obra de Carl Sauer, considerava a cultura como algo que pairava acima da cabeça das pessoas, como uma entidade supra orgânica. Essas abordagens sofreram intensas críticas, pela renovação da Geografia Cultural já na década de 1970, críticas estas calcadas no “*cultural turn*”.

Corrêa e Rosendahl (2003) afirmam que, a partir de então, a nova visão cultural da Geografia é vista como reflexo, mediação e condição social. É quando o campo científico geográfico estabelece que os significados não estão cristalizados nas formas, mas que são criações humanas, possibilitando uma série de confrontos e relações de poder, que abrem perspectivas promissoras de alianças entre a Nova Geografia Cultural e a abordagem de gênero. Isso porque, o gênero era um conceito que se colocava no campo da cultura, não determinado pela biologia dos corpos, mas pela construção social.

² O patriarcado segundo Silva (2009) são as relações de autoridade masculina sobre a feminina. Esta relação patriarcal se estabelece a partir das relações de poder, as quais são caracterizadas não somente sobre a força bruta, mas em relação a exploração masculina sobre o feminino, em relação a violência, trabalho remunerado, trabalho doméstico, a cultura, entre outros.

Doreen Massey, uma eminente geógrafa feminista, em seu livro: “Pelo Espaço” (2008, p. 49) coloca o espaço como um produto de relações abertas através de multiplicidades ou como “uma simultaneidade de estórias-até-agora”. A autora faz uma crítica às concepções de fixidez do espaço e argumenta que o espaço é vivo, não é morto nem fixo e que pensar o espaço como sendo aberto, vivo, heterogêneo é torná-lo político.

A noção política e da presença do poder na configuração do espaço da cidade também é fruto do pensamento de Hidalgo, Juliano, Roset e Caba (2003) que argumentam que:

La organización del espacio repercute em el uso del mismo y vice-versa. Además, su uso depende de la posición de la persona en la sociedad. Em este sentido, es um producto social y, por lo tanto, no es neutro, su configuración y utilización están marcadas por las desigualdades sociales, y em concreto por la variable género que nos ocupa ahora. Pues bien, tanto em el Diseño Curricular, como em los libros de texto, se hace um tratamiento unívoco y supuestamente neutro del espacio. No se matiza el uso y la percepción del espacio de los diferentes colectivos y personas. Además se habla, casi exclusivamente, de los espacios públicos (HIDALGO, JULIANO, ROSET E CABA, 2003, P. 108).

Para essas autoras o espaço e suas definições conceituais estão atrelados ao pensamento hegemônico masculino que cria uma falsa concepção de neutralidade no que diz respeito às relações de gênero. Um dos maiores expoentes da geografia brasileira, Milton Santos, propõe algumas importantes categorias de análise para a compreensão do espaço. Segundo Santos (1985) há uma relação dialética entre as categorias de forma, processo, função e estrutura para o estabelecimento da compreensão de espaço geográfico. A forma caracteriza-se pelo aspecto visível, exterior; processo é o movimento; função é o desempenho de alguma atividade e está intimamente ligada a forma, pois a função vai depender da forma da organização espacial e por fim, estrutura que diz respeito à organização que caracteriza a sociedade é invisível tendo cunho econômico. Essa proposição privilegiou as categorias econômicas e escamoteou durante muito tempo a possibilidade da discussão dos papéis de gênero, ligados aos aspectos de cultura.

Corrêa (2003) mantém a noção dialética entre as categorias, mas agrega duas outras noções de fundamental importância. A ação humana na produção do

espaço, através da teoria dos agentes produtores do espaço urbano e a noção de lutas sociais e simbolismo. Para Souza (2006), o espaço:

(...) está longe de ser um mero “palco” da vida social, um simples “receptáculo” das relações sociais, de resto sem maior relevância para além dessa condição de suporte material. O espaço é um produto das relações sociais, mas ele, uma vez produzido de tal ou qual maneira concreta (ou mesmo já enquanto projeto de transformação), influencia e até mesmo condiciona os seus produtores (SOUZA, 2006, p. 28).

O espaço é fruto da ação humana, como ação dos agentes produtores do espaço urbano, que desenvolvem uma relação de produção e consumo em torno da cidade. As relações de produção e consumo, portanto, estão profundamente relacionadas com o campo simbólico e de lutas sociais, envolvendo uma noção de complementaridade entre elas. O espaço urbano característico da sociedade capitalista é fortemente desigual e, cada área da cidade além de ser diferenciada economicamente, possui também diferentes significados sociais.

O espaço intra-urbano, segundo Santos (1987), também apresenta características de fragmentação e desigualdade. Segundo ele, a localização dos seres humanos no espaço é um elemento que influencia na qualidade de sua existência. Santos (1987, p. 81), afirma que “cada homem [e mulher]³ vale pelo lugar onde está: seu valor como produtor, consumidor e cidadão depende de sua localização no território”. Assim, as áreas periféricas de precárias condições de serviços e infraestruturas urbanas, como a distância destas áreas em relação aos bem e serviços, são componentes fundamentais das condições de existência humana, bem como das potencialidades e/ou limites de ascensão social.

Nesse mesmo sentido, Ornat e Silva (2007) fazendo uma reflexão sobre características espaciais de deslocamento de homens e mulheres chefes de família, residentes em áreas de baixa renda na cidade de Ponta Grossa, constataram distinções entre deslocamentos cotidianos masculinos e femininos. Mesmo considerando as mulheres que estavam envolvidas com alguma atividade regular remunerada, estas possuíam totais de deslocamentos inferiores aos dos homens. Da mesma forma, a abrangência espacial promovida pelos deslocamentos era

³ Complemento realizado pela autora, a fim de construir a visibilidade feminina negligenciada pela linguagem sexista utilizada por Milton Santos.

inferior à abrangência espacial dos homens. Assim, concluem que as mulheres possuem uma espacialidade restrita a cotidianidade da vizinhança.

Longe de uma explicação econômica, os autores apontam que essas diferenças são estruturadas a partir da construção cultural daquilo que é ser homem ou mulher, pois em suas respostas de campo, os grupos envolvidos com a pesquisa relataram que o papel social fundamental do homem estava relacionado à reprodução econômica do lar, enquanto as mulheres tinham por responsabilidade a reprodução social do lar, como fazer compras, pagar contas, levar filhos a escola e ao médico.

Sendo assim, a construção social do que é ser mulher se estabelece a partir de práticas cotidianas de cumprimento de papéis sociais instituídos. A sociedade espera da mulher o papel de cuidado da casa, dos filhos, do esposo e outros membros familiares, muitas vezes idosos. Longe de afirmar aqui que todas as mulheres mantêm esse modelo, é preciso considerar que estão ainda presentes elementos que constituem o ser mulher fundados numa longa história social.

Essa história social, que delega às mulheres uma função de cuidados com a família envolve a vivência de espacialidades cotidianas ligadas a casa, mas que não se restringe a ela, pois, essa unidade espacial está intrinsecamente ligada à outras escalas como a cidade, estado e país. A vivência feminina é multiescalar, envolvendo várias espacialidades que não podem ser consideradas de forma dicotômica e oposicional, mas em constante relação. Assim, por exemplo, cuidar dos filhos, envolve a casa, mas também as escolas, postos de saúde e supermercados, o que remete a articulação entre uma vivência nos espaços público e privado. O grande desafio metodológico desta dissertação é relacionada ao foco da escala do fenômeno, podendo ir desde uma escala micro, envolvendo o espaço doméstico, até outras escalas de grandes dimensões de área como a cidade.

As espacialidades estão diretamente ligadas aos papéis sociais vividos pelas pessoas e tais papéis, por sua vez, são regulados socialmente e juridicamente pelo Estado. A união conjugal entre homens e mulheres cria e recria constantemente os papéis a serem desempenhados e expressam as expectativas sociais quanto à constituição familiar. A família, ao mesmo tempo cria uma demanda de regulação jurídica, pois envolve relações sociais de direitos e deveres civis entre pessoas,

sendo também, reflexo desse mesmo corpo de leis que molda os papéis dos membros constituidores desta unidade. Portanto, as formas de organização familiar, que instituem papéis sociais, possuem um aspecto espacial. Na medida em que há qualquer desmantelamento das relações que envolvem determinado padrão familiar, mudam os papéis e conseqüentemente, suas espacialidades.

A dissolução conjugal é um fator que transforma as espacialidades e também as acessibilidades de famílias, sendo ainda mais evidente nas famílias de baixa renda, pois elas possuem poucos recursos de sobrevivência e, em caso de separação, há um forte impacto na vida familiar e no rearranjo dos papéis de seus componentes. Segundo Silva (2007a) em seu estudo sobre mulheres chefes de família, moradoras de periferias pobres, elas optaram em ficar com os filhos após a separação e esse fato gera várias demandas que elas devem suprir, mesmo com a ausência paterna.

Assim, as mulheres que após a dissolução conjugal ficam com a guarda de seus filhos constituem espacialidades complexas, mostrando intensa articulação entre o espaço privado familiar e o público, como cidadã. Em sua existência, elas evidenciam que a dicotomia criada pela ciência que separou as esferas privada e pública, não passa de uma simplificação que serviu para construir ainda mais a invisibilidade feminina, fortemente vinculada ao privado.

As dicotomias entre o espaço público e privado foram fortemente criticadas por Rose (1993) que cunhou o conceito de espaço paradoxal. Para esta geógrafa, as pessoas vivenciam simultaneamente várias espacialidades, entretanto, cada uma delas pode ser vivida de forma diversa, por meio de feixes de tensões de poder em relação á outras pessoas. Assim, a posição das pessoas é sempre relacional aos outros. Por exemplo, o espaço privado pode ser vivenciado pelas mulheres de forma que ela ocupe uma posição central em relação ao seu marido e filhos e uma posição periférica em relação ao espaço público. Entretanto, ela vivencia ambas as espacialidades, em movimento constante no curso de sua vida. No caso da dissolução conjugal, a mulher que já ocupava uma posição de centralidade na vida doméstica, deverá lutar para melhorar seu desempenho no espaço público, no sentido de produzir maior rendimento econômico para o sustento da família reconfigurada com a ausência do cônjuge. O 'movimento' de múltiplas

espacialidades, com uma multiplicidade de acontecimentos, onde nenhum exclui o outro, mas são vivenciados simultaneamente, são produzidas e reproduzidas consequentemente em ambas as esferas públicas e privadas integrando-as e transformando-as, conforme argumenta Rose (1993).

Esta autora ao discutir o conceito de espaço paradoxal, abre o espaço para uma multiplicidade de acontecimentos simultâneos, sem dicotomizar ou até mesmo criar um binômio entre fenômenos. Neste sentido, abordar as espacialidades das mulheres chefes de família propõe uma transformação não só do papel feminino após a dissolução conjugal, mas também uma transformação do espaço público e privado, colocando estas duas espacialidades não de forma dicotômica, mas complementar ou até mesmo justaposta, que tenciona e é tencionada pelas formas de vida destas mulheres.

A dicotomia das esferas públicas e privadas tem início segundo Arendt (2007) com o surgimento da cidade-estado, onde cada homem recebeu além da sua vida no espaço privado – além da sua espacialidade vivida no espaço privado - outra vida, a do espaço público. Essa nova ordem estabelecida pelo surgimento da cidade-estado e que tornou o homem um ser político, excluiu severamente as mulheres desta vivência não só do espaço público, mas também de tornar-se um ser político na época.

Arendt (2007) coloca que uma terceira esfera relativamente nova, ofusca essa 'linha' que divide a esfera pública da esfera privada, pois existe um universo comum entre essas duas esferas fazendo que uma dependa da outra. A esfera social permite que a diferença entre a cidade e a família não fosse mais vista como um lugar de liberdade (público) e um lugar de privacidade (privado), mas como esferas que sobrepõe uma a outra.

Observar o espaço privado como privacidade, como proteção do íntimo remete-se também a uma dicotomização entre as esferas, pois, como o surgimento do espaço público se dá a partir da decadência da família, olhar o espaço privado como um lugar onde não se pode ser visto – privativo – retoma o sentido de separação entre as duas esferas. Mas, por outro lado, olhar o espaço privado como político, pois dele depende a base organizacional da sociedade, o público que

também é político por natureza, faz com que esta divisão novamente passe a deixar de existir.

Ao chamar a sociedade de um conjunto de família economicamente organizadas, chamada de nação, Hanna Arendt (2007) diz que “Historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido à custa da esfera privada da família e do lar” (p. 39). Mas não podemos deixar de salientar que o espaço da família não foi esquecido, conforme a mesma autora coloca. Se a esfera social for então tomada como parâmetro ao salientar estas duas esferas podemos demonstrar que a divisão entre os espaços público e privado é eminentemente inexistente.

O fenômeno das famílias monoparentais femininas, a partir da dissolução conjugal na sociedade brasileira contemporânea permite transcender e transformar esta linha divisória entre as duas esferas, a partir dos papéis de gênero exercidos pelas mulheres chefes de família perante a nova configuração familiar. Estes papéis, assumidos por essas mulheres trazem para dentro da casa problemas estruturais do espaço público transformando e tencionando o espaço privado, fatores como, a falta de saneamento básico, escolas, postos de saúde, entre outros, são decisivos para demonstrar como a esfera social não delimita distinções entre estes espaços.

Desta mesma forma, o espaço privado tenciona o espaço público a partir da reprodução da pobreza, da falta de cuidado com os filhos, da falta de informação básica dentro da família. Assim, a falta do espaço público produz o espaço privado e este conseqüentemente reproduz esta falta para o próprio espaço público. Essa ordem pode também ser inversa, demonstrando ainda efetivamente a produção e reprodução destes espaços como um movimento não excludente e vivido simultaneamente. Esse movimento é fácil de ser notado e difícil de ser negado, afinal as famílias são a base da sociedade, efetivando então, o discurso sobre a não dicotomização dos espaços público e privado.

O deslocamento intra-urbano, infraestrutura, precariedade de serviços, a distância dos bens de serviço, a divisão dos papéis de gênero, entre outros pontos, remetem-se a um montante de visões sobre o espaço urbano. A família sendo uma forma de organização social remete-se também ao espaço como sendo um ponto fundamental a ser estudado pela ciência geográfica, mas para isso devemos remeter

nossos estudos a uma escala espacial micro, que possa demonstrar todas as diferenças e consequências de uma nova organização familiar a das famílias monoparentais.

Iná Elias de Castro em seu artigo no livro Geografia: “Conceitos e Temas” (1995) coloca com clareza a importância de se pensar escalaramente, a fim de representar socialmente as relações espaciais, afirmando que de acordo com a escala o fenômeno se diferencia. Segundo esta autora:

(...) para o campo de pesquisa da geografia não há recortes territoriais sem significado explicativo, o que há, muitas vezes, são construtos teóricos que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas territoriais (CASTRO, 1995, p. 138,139).

O saber pensar espacialmente não remete somente aos espaços globais, de visões gerais, saber pensar o espaço remete-se a pensar em escalas geográficas. O espaço urbano pode ser analisado de diferentes escalas desde a global, intermunicipal, até as relações mais específicas que se desenvolvem no âmbito da vizinhança ou do interior das residências, por exemplo. Castro (1995) nos lembra de que a escala geográfica é aquela que melhor visibilidade oferece ao fenômeno que o pesquisador estuda. Assim, não há escalas mais importantes do que outras, mas escalas de análise geográficas mais adequadas do que outras, frente a uma questão elaborada cientificamente em relação ao espaço.

McDowell (2000) ao discutir sobre escala a partir de uma ordem local coloca que:

En este sentido, al igual que la definición espacial de diferencia entre distintos *tipos* de lugar, la escala ha sido adoptada recientemente em numerosos textos de geografia como un mecanismo organizador fundamental (MCDOWELL, 2000, p. 15).

Essa mesma autora discute que para acontecer uma diferenciação entre lugares através da escala deve-se levar em conta a ordem espacial e também as regras e as relações de poder, dando visibilidade à intersecção entre o local e global. A articulação das escalas deve ser levada em conta para que não haja uma dicotomia espacial.

Ao pensar o espaço social enquanto um condicionador das relações sociais, Souza (2006) nos remete também a necessidade de articular várias escalas espaciais. Para ele:

É preciso, todavia, saber enxergar a multiplicidade de facetas do espaço social (sem esquecer, também o “espaço natural”, vale dizer, das dinâmicas naturais e dos processos geoecológicos), todas elas participantes desses efeitos de condicionamento e referência para as relações sociais: a faceta política, ou das relações de poder (espaço enquanto território); a cultural-simbólica, ou do espaço como espaço vivido e sentido, dotado de significado (espaço enquanto *lugar*)... Além disso, metodologicamente, o *saber pensar espacialmente* diz respeito, igualmente, à capacidade de perceber e articular as várias escalas em que os processos sociais emergem e operam, do local – inclusive do nível mais micro, como o bairro, ou mesmo no nível do espaço privado e familiar – ao global (SOUZA, 2006, p. 109-110).

Pensar o espaço a partir de uma escala micro espacial é colocar a mostra detalhes do espaço vivido que é impossível salientar em macro escala. Pensar o espaço privado da família repercute em demonstrar condições espaciais não postas em uma escala geral, pois a família é concebida como constituída de uma ordem privada. Mas também é pública na medida em que é regida por normas jurídicas e de Estado, muito mais quando é base de um sistema social muito maior. Portanto, a família é uma instituição que extrapola a esfera privada, transformando o espaço público, podendo ser colocado também ao contrário, espaço público transformando o espaço privado. Contudo, é compreendida de forma contraditória. Como se a família fosse privada, regulada pelo público, culpada pelo público e tivesse que resolver seus problemas apenas no espaço privado.

Neste sentido, a articulação da visão entre o espaço privado e público é de fundamental importância para pensarmos a família em sua complexidade, notadamente relacionada aos processos de dissolução conjugal, já que este fenômeno constitui diferentes consequências para ambos os cônjuges. É preciso superar a concepção dicotomizada presente na análise da relação entre o público e o privado. Paulo Cesar da Costa Gomes, em seu livro “A Condição Urbana” (2002), refere-se ao espaço público como o espaço da rua, da praça, do shopping, entre outros. O autor afirma que:

Por isso esse espaço é o *locus* da lei. Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade (GOMES, 2002, p. 162).

Souza (2006) ainda afirma que o espaço público é também um lugar de conflitos, onde uma sociedade se normatiza, é lugar do interesse público das dinâmicas e transformações sociais. Mas o espaço da família, da casa, de reprodução social é também regulado pela legislação e está constantemente implicado nos fenômenos sociais. Acontecimentos de ordem social, como: o aumento da violência infanto-juvenil, consumo de drogas, entre outros, têm sido associados às “famílias desestruturas”⁴, havendo, por parte da sociedade, uma clara vinculação entre os espaços privado e o público. Contudo, são concebidos de forma separada e independente na geografia. Essa noção de isolamento e dicotomia está fundamentada, segundo Assis (2009), na lógica do liberalismo:

Nesse contexto, à esfera privada – o espaço de realização individual e do exercício da liberdade – um caráter de centralidade. (...) A ideia prevalecente no liberalismo é a de que o espaço privado é o local da realização individual, da pluralidade e da diversidade. O espaço público, ao contrário, é onde prevalece a neutralidade e a indiferença. Por isso, a esfera privada deve ser preservada das ingerências, por um lado, do Estado e, por outro, da comunidade política. O indivíduo – cerne do pensamento liberal – deve ter garantido incólume o espaço em que é possível a expansão da personalidade individual, qual seja o espaço privado. Prevalece a ideia de que as esferas pública e privada são suficientemente separadas e que as questões relativas ao público podem e devem ser tratadas sem qualquer referência ao privado ou pessoal. O atributo característico do liberalismo é, nesse sentido, a rígida distinção entre o público e o privado e a noção de que as diferenças e as particularidades devem ser relegadas ao segundo espaço, pois não guardam qualquer relação com as questões afetas ao primeiro. Prevalece, ainda hoje, a ideia de que se tratam de duas esferas distintas, bem delimitadas, e que podem ser discutidas isoladamente, sem que seja necessária qualquer referência de uma à outra (ASSIS, 2009, p. 3).

⁴ Esta expressão está entre aspas porque é a mais utilizada pela mídia, textos, artigos, livros, entre outros, para explicar acontecimentos relacionados a sociedade em geral, mas que não é assim entendida neste trabalho.

Na visão dicotômica dos espaços públicos e privados há o estabelecimento de temas passíveis de serem tratados em cada uma das esferas. Assim, por exemplo, temas que dizem respeito às questões morais, religiosas ou estéticas, segundo Assis (2009), eram da alçada privada e a pública essa afeta aos temas de justiça distributiva e de políticas públicas. Essa noção leva a constituir a ideia de neutralidade do sistema legal no que diz respeito aos temas considerados pertencentes ao espaço privado.

Segundo Assis (2009), há necessidade de redefinição do que é político, do que é público e do que é privado, a fim de contemplar elementos que foram amplamente desconsiderados no debate político:

Assim é que a questão relativa à justiça interna na família (entendida pela teoria política *mainstream* como o espaço privado por excelência) e à divisão do trabalho entre os sexos tem sido praticamente ignorada pelos estudiosos da política, que entendem se tratarem de temas que não dizem respeito a ela, já que estritamente privados (ASSIS, 2009, p. 4).

A visão dicotômica das esferas privada e pública foram criticadas pela teoria feminista, já que a manutenção dessa estrutura de pensamento dual e simplista escamoteava a discussão política de vários temas que eram considerados de ordem estritamente privada, como a divisão do trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, por exemplo. Para as feministas é importante compreender que há vinculação entre ambas as esferas e que várias questões devem:

Ser debatidas e solucionadas na esfera pública. Isso porque essa rígida dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada tem servido à manutenção de uma relação de profunda desigualdade entre homens e mulheres no espaço doméstico, desigualdade essa que tem grande impacto nas posições ocupadas por esses mesmos indivíduos no espaço público. Não é outra a razão pela qual as feministas têm sustentado, reiteradamente, que “o pessoal é político”(ASSIS, 2009, p. 4).

Um exemplo é a divisão sexual do trabalho doméstico e o cuidado das crianças, que são papéis fundamentalmente desempenhados pelas mulheres. Esses papéis são considerados “construção social”, conforme Sorj (2004, p. 109), mas não são considerados como trabalho formal, permitindo uma distinção entre a

espacialidade vivida dentro da casa e a espacialidade vivida fora dela. Para as famílias que são chefiadas por mulheres, essa dicotomização provoca muitos problemas, pois é como se o Estado não tivesse que arcar com estes, quando são gerados no espaço privado.

A vivência espacial contém elementos de ambas as esferas, privada e pública que se interconectam de forma relacional em constante processo de transformação ao longo da vida. Para esse trabalho, o recorte estabelecido está fundado no processo de dissolução conjugal na instituição de famílias chefiadas por mulheres e as transformações de suas espacialidades no enfrentamento dos desafios surgidos dessa situação.

1.2- Gênero e Família: Desafios Para a Abordagem Geográfica

Conceitos, temas e escolhas metodológicas no processo de pesquisa não são atividades neutras, mas são, pelo contrário, práticas político-ideológicas como afirmam Narvaz e Koller (2006). Isso é claramente visível na escolha do recorte grupal das famílias chefiadas por mulheres, pois são recortes ainda invisíveis na Ciência Geográfica.

A Ciência Geográfica, bem como outras ciências são construídas através de relações de poder, consequentemente ocasionando invisibilidades no campo do saber. Silva (2009) em seu livro *Geografias Subversivas* coloca que:

As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos e, consequentemente, de suas próprias teorias científicas (SILVA, 2009, p.25).

A superação da ausência das discussões em torno das relações de gênero na Geografia remonta apenas à década de 1970, tendo surgido com maior força nos Estados Unidos e Inglaterra. Esse subcampo, denominado de “Geografias Feministas” nasceu no contexto da 'segunda onda do movimento feminista. Como dissertado por Narvaz e Koller (2006), este pode ser periodizado a partir de três ondas: a primeira onda representa o surgimento do movimento feminista, entre o

final do séc. XIX e início do XX, nascendo como um movimento de luta das mulheres por igualdades de direitos civis. Este foi estruturado na Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha; a segunda onda ressurgiu nas décadas de 1960/70, em especial nos Estados Unidos e na França. Enquanto as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade (feminismo de igualdade), as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (feminismo de diferença); para as autoras, a terceira onda, forjada nos anos 1980, introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento, tendo por influência as proposições feitas por Michel Foucault e Jacques Derrida. É, nesta terceira fase, que se observa uma intensa justaposição entre movimento político e academia.

A Geografia, enquanto Ciência Social, apresenta movimentos internos, evidenciando tendências metodológicas e temáticas das chamadas “Geografia Feministas”, como analisado por Silva (2009) e Oberhauser et al (2003).

	Aproximações Teóricas	Preocupações Metodológicas	Tópicos de Pesquisa Selecionados
Mulheres na Geografia	_ “Quantificando” as mulheres _ A Geografia das Mulheres _ Feminismo e Empiricismo	_ Mapeamento de padrões espaciais das atividades das mulheres e status _ Desafio da Pesquisa Positivista	_ Mulheres na Cidade _ Mulheres e Emprego _ Mulheres e Desenvolvimento
Feminismo Socialista	_ Feminismo Socialista _ Marxismo _ Gênero e Desenvolvimento	_ Materialismo Histórico _ Combinações entre Teoria e Práxis	_ Relações entre Capitalismo e Patriarcado _ Estrutura Espacial e Social do Trabalho Doméstico _ Papéis de Gênero no Terceiro Mundo
Feminismo do Terceiro Mundo/ política da diferença	_ Pós-Estruturalismo _ Pós- Colonialismo _ Teoria Racial	_ Análise do Discurso _ Pesquisa Participativa _ Histórias de Vida _ A política de trabalho de campo	_ Desafio Essencialista e Formas Eurocêntricas de conhecimento _ Planejamento de Gênero e Desenvolvimento _ Diferenças através do curso da vida
Feminismo e “Nova” Geografia Cultural	_ Estudos Queer _ Pós-Modernismo _ Teoria Psicanalítica _ Representação Cultural	_ Posicionalidade e Reflexividade _ Análise Textual _ Narrativas _ Etnografia	_ Conhecimento Situado _ Sexualidade e Espaço _ O Corpo e Identidades Políticas _ Imaginário e Espaço Simbólico

Quadro 1 – Tradições no Âmbito Geográfico da Investigação Feminista.

Fonte: Silva (2009)

Pelo quadro exposto pela autora, pode-se afirmar que a vertente feminista é plural e apresenta importantes diferenciações internas. Em um primeiro momento buscou-se dar ênfase a partir de levantamentos quantitativos e mapeamentos acerca do universo feminino, bem como demonstrar o quanto a ciência geográfica era e ainda é hegemonicamente androcêntrica. Em um segundo momento, a partir da geografia crítica, o quadro apresenta que os estudos foram relacionados à divisão de trabalho e a relação com o capitalismo. O terceiro momento, relaciona-se ao processo de desconstrução dos gêneros, envolvendo abordagens de particularidades de vivências de pessoas que fogem aos padrões hegemônicos.

No Brasil, Veleda da Silva (2009), argumenta haver um lento, mas promissor crescimento da abordagem de gênero na Geografia. A autora ainda afirma que:

A categoria de gênero pode ser útil à geografia para entendermos determinados fenômenos e/ou processos geográficos, mas a perspectiva feminista vai além desta categoria e amplia o leque de possibilidades de se produzir um conhecimento comprometido com mudanças sociais. Um conhecimento engajado na luta pelo fim das desigualdades sociais produzidas por relações sociais de sexo hierarquizadas (VELEDA DA SILVA, 2009, p. 306).

São várias as concepções de gênero que se difundiram pela Geografia e segundo Silva (2009), foi no período dos anos 90 que emergiu a confluência entre as perspectivas feministas e o desconstrucionismo, fundada nas obras de Michel Foucault (1988) e de Judith Butler (2003), além de Teresa de Lauretis (1987) e Donna Haraway (1991):

A partir da crítica de que o conceito de gênero perpetuava a dominação masculina, devido ao seu caráter dual, e da concepção de cultura como preexistente na estruturação dos papéis masculinos e femininos a serem desempenhados pelos seres humanos, emergem com força, na década de 90, perspectivas desconstrucionistas do conceito de gênero, que reivindicavam novas formas de produzir o saber geográfico (SILVA, 2009, p. 40).

Uma das mais eminentes feministas, Judith Butler (2003) traz para a discussão a impossibilidade de generalização da categoria “mulher” e argumenta não haver uma única identidade feminina que possa abrigar todas as diferenças existentes na vida cotidiana. Sua crítica é a de que o termo “mulheres” denota algo comum, colocando-as com esse termo como todas iguais, sem distinção de raça, classe, etnia, sexo e distinção regional, uma construção de identidades variadas deveria ser visto como um requisito metodológico e não como uma norma política.

Nesse mesmo sentido, a autora desconstrói a ideia de linearidade entre as categorias sexo/gênero/desejo:

Embora a unidade indiscutida da noção de “mulheres” seja frequentemente invocada para construir uma solidariedade de identidade, uma divisão se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero. Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo apareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente contestada pela distinção

que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (BUTLER, 2003, p 24).

A noção pós-estruturalista da perspectiva de gênero trouxe fôlego para a Ciência Geográfica, notadamente com a ampliação dos estudos das várias possibilidades de vivências sexuais. O conceito de espaço e de lugar passou a compor um quadro importante nas teorias feministas, sendo utilizado inclusive por pesquisadores de outras áreas não somente da geografia, pois o espaço passava a ser tão performático como o gênero, perdendo seu caráter de fixidez.

Embora tenha ocorrido um avanço na compreensão do gênero enquanto um processo relacional, possibilitando uma série de importantes transformações e possibilidades, pode-se afirmar que a vida social cotidiana se faz por meio de relações de poder e a hegemonia de modelos sociais a serem seguidos. Esses papéis hegemônicos do que é ser homem e mulher em nossa sociedade é fundamental na conformação de unidades familiares do tipo padrão, instituídas por Lei⁵. Apesar da infinidade de possibilidades de existências de unidades familiares, a maior parte da legislação brasileira em relação à família, infelizmente, ainda leva consigo o núcleo familiar constituído por homem, mulher e filhos.

Assim, apesar da possibilidade de pluralidade de conformação de agrupamentos, o modelo hegemônico de família é constituída por homem/pai, mulher/mãe e filhos/filhas. Mas é preciso lembrar que há inúmeras possibilidades de configuração familiar que foge ao modelo hegemônico de nossa sociedade. Existem famílias formadas pela mãe e os filhos (família monoparental feminina), pai e filhos (família monoparental masculina), família homoafetiva, com ou sem filhos. Assim, não há um modelo único de família, pois ela está em constante movimento de organização, assim como, a sociedade que muda seus valores morais, sociais, religiosos, etc.

Apesar da riqueza das possíveis configurações, para este trabalho, estamos considerando grupos de pessoas que se constituem por um processo de conjugalidade, seja este através do casamento civil, religioso ou a simples união

⁵ Ao pesquisar rapidamente o Novo Código Civil, não há menção a famílias onde não sejam constituídas por homens, mulheres e filhos, um exemplo são os art. 1.514; 1.517; 1.565; 1.567 e 1.632.

estável⁶. Essa última, apesar da sua regulação tardia somente em 2003 pelo Código de Processo Civil, é hoje uma forma muito utilizada por todos os brasileiros, mas que não pode ser ainda exemplificada em números, pois o IBGE não contempla essa categoria⁷.

O tipo de família que faz parte deste estudo é uma construção social, assim como os diversos tipos de famílias existentes. Segundo Engels (1997), por exemplo, era comum em uma dada época, a poliandria. Uma configuração social em que se sabia quem era a mãe de uma criança, mas nunca o pai, onde a descendência era majoritariamente feminina, o que fazia com que a mulher mantivesse uma posição social mais elevada. Em outro momento da história pode-se encontrar famílias que formavam verdadeiros clãs, a partir da consanguinidade, onde estavam reunidos filhos em comum, onde mães, filhos, irmãos, tias e sobrinhos viviam um sistema de parentesco único, como uma “grande família”, demonstrando que cada filho tinha vários pais e várias mães. O modelo que caracteriza nossa sociedade ocidental é aquele tratado diretamente pelo Estado, a família Monogâmica.

A família passou por diversas transformações, se configurando como a base da sociedade e da propriedade privada, onde o marco da ordem social é colocado através de dois pontos, o trabalho e a família, que segundo Engels (1997, p. 03) “no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas”.

O autor coloca que a família monogâmica tem por objetivo a acumulação de riquezas, pois “a monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro” (ENGELS, 1997, p. 82).

O autor faz uma relação entre a sociedade e a família ao colocar que:

⁶ A união estável foi regulada somente no Novo Código Civil que entrou em vigor em 2003, pelo art. 1.723 – É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

⁷ A união estável é uma categoria muito utilizada e vem aumentando os processos com essa nomenclatura nas Varas de família. Com minha vivência nos cartórios de família de Ponta Grossa, pude observar muitos processos desta modalidade e também nas próprias entrevistas realizadas.

Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre o homem e a mulher, originado pelo domínio exclusivo do primeiro, teremos um quadro em miniatura das contradições e antagonismos em meio aos quais se move a sociedade, dividida em classes desde os primórdios da civilização, sem poder resolvê-los nem superá-los (ENGELS, 1997, p. 73).

Nesse momento, da história da família, vê-se uma instituição de papéis de gênero, que apesar de tantas mudanças ainda perdura, bem como a desigualdade social que começou com essa divisão dos papéis de gênero, entre o homem e a mulher. Com a instituição do capitalismo a amplitude da desigualdade social aumentou, tomando rumos inesperados e sem resolução, se apropriando neste momento de homens e mulheres, mas ainda deixando as mulheres na base da pirâmide das relações de poder.

Mas a família no passar do tempo, tornou-se uma idealização de amor, carinho e fraternidade. A sociedade passa a ver a família como uma união de amor, de cuidado com os filhos, para que eles possam ser pessoas melhores e convivam em um mundo de igualdade e perseverança.

Essa visão de família é basicamente imposta pela Igreja, mas também é colocada pela literatura, cultura e arte. Rougemont (2003) argumenta que apesar da condição matrimonial e do amor entre um homem e uma mulher nunca ter sido vista em nenhum evangelho, muitos padres escreviam e pregavam sobre o ato santificado da procriação e da virgindade. A arte, cultura e literatura pregavam um amor lindo, maravilhoso, mas que somente cabia no papel, palcos e nas telas. O autor ainda afirma que:

Eis a força em conflito: de um lado, uma moral da espécie e da sociedade em geral, mais ou menos impregnada de religião – é aquilo que se chama de moral burguesa; do outro lado, uma moral inspirada pelo meio cultural, literário, artístico – é a moral passional ou romanesca. Todos os adolescentes da burguesia ocidental são educados para o casamento, mas *ao mesmo tempo* vivem imersos numa atmosfera romântica proporcionada por suas leituras, pelos espetáculos e por mil referências quotidianas, cujo sentido subliminar é mais ou menos o seguinte: a paixão é a experiência suprema que todo homem deve um dia conhecer, e somente aqueles que “passarem por ela” poderão viver a vida em sua plenitude. Ora, a paixão e o casamento são por essência incompatíveis. Suas origens e seus objetivos são excludentes. Sua coexistência faz surgir

incessantemente em nossas vidas problemas insolúveis, e esse conflito ameaça constantemente nossa “segurança” social (ROUGEMONT, 2003, p. 372).

O ideal de amor que sustentou os laços familiares e morais durante muitos anos vem sofrendo um desgaste como afirma Rougemont (2003). Há um afrouxamento das coerções sociais e religiosas, o que vem provocando as dissoluções conjugais, sem os traumas sociais de tempos passados. Hoje, a família é constituída por ato de amor, mas esse amor não tem perdurado, segundo Féres-Carneiro (2001):

Na contemporaneidade, as relações conjugais são constituídas em torno da construção das identidades dos cônjuges. O compromisso nestas relações é o de sustentar o desenvolvimento individual, e a relação se mantém enquanto for prazeroso e útil para cada um. Todavia, quanto maior a busca de autonomia individual no seio do casamento mais o casal pode se fragilizar (FÉRES-CARNEIRO, 2001, p. 69).

A família enquanto constituição criada socialmente e base da sociedade é posta com muita evidência por Engels (1997), e, por outro lado, à família como construção social baseada no sentimentalismo é fato primordial no pensamento de Rougemont (2003). Essas duas maneiras de colocarmos a história da família em pauta remete-se a apenas uma pequena parte do montante dos pensamentos históricos sobre família.

Ariés (1975), por exemplo, coloca que o sentimento de família começou a desenvolver-se a partir do século XV, quando esta passou a ser vista como privada e reservada somente à intimidade, ideia essa colocada a partir do individualismo característico da modernidade e da burguesia, e não mais como a rua sendo uma extensão da família.

As diversas formas de pensar a família e do mesmo modo a diversidade de tipos familiares, faz com que sejam criadas normas que regulam esta instituição e conseqüentemente sua dissolução também, ainda mais quando existem filhos desta relação, permitindo que ao fim do casamento permaneçam os deveres dos pais para com os filhos.

Essas leis começam a regular a família como um todo e em especial a partir da dissolução conjugal, pois na forma da lei, não há somente direitos e deveres durante o casamento, mas também direitos e deveres na dissolução deste entre o homem e a mulher e principalmente em relação aos filhos. No capítulo VII da Constituição Federal Brasileira de 1988, nos artigos 226⁸; 227⁹; 228¹⁰; 229¹¹, e 230¹²; há a regulamentação de família em relação aos seus direitos e deveres. As normas de regulação mediadas pelo Estado, complexificam a relação público/privada que envolve as vivências familiares.

O Estado normatiza as relações familiares estabelecendo papéis entre os entes e responsabilizando-os por uma determinada estrutura que é ao mesmo tempo social e individual. O fato de que há padrões institucionais de organizações familiares impõem lógicas específicas a uma sociedade que não é homogênea e que, muitas vezes, gera paradoxos. Nesse sentido, o trabalho não pretende aprofundar a discussão do direito público e do direito privado, mas apenas considerar que a família sofre regulação por parte do Estado. Os arranjos familiares estão em constante conflito com as normas, algumas vezes sofrem a subordinação e outras resistem às normas instituídas.

O padrão de organização familiar tem sido cada vez mais tensionado por dissoluções conjugais e pela formação de novas estruturas familiares, que não comportam o modelo ideal instituído pela sociedade burguesa ocidental, transformando socialmente e economicamente as estruturas das cidades principalmente fundadas a partir da reprodução de pobreza vivenciadas por mulheres com filhos menores e responsáveis pelo domicílio.

Na família idealizada pela sociedade ocidental, os papéis sociais entre homens e mulheres possuem uma clara divisão sexual, segundo Sarti (1989a, p.39):

⁸ Art. 226 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

⁹ Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

¹⁰ Art. 228 – São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

¹¹ Art. 229 – Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

¹² Art. 230 – A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

“esta divisão se baseia na identificação simbólica da mulher com o mundo da casa e do homem com o mundo da rua, como universos articulados, mas regidos por códigos distintos”. Nesse sentido, a autora coloca que estes papéis são equiparados entre homens e mulheres, e que são relações de reciprocidade.

Esses papéis de reciprocidade que a autora chama se colocam a partir do momento em que o homem é tido como o provedor da família, a pessoa que arca com os recursos materiais para o lar, enquanto que a mulher tem o papel de dona de casa e gera os recursos para que toda a família se beneficie. Esses papéis se colocam enquanto hierarquizados e geram dependências. As dependências estão relacionadas, muitas vezes, ao fato de que, mesmo quando a mulher tem preparo intelectual coloca sua profissão em segundo plano em relação às exigências familiares. Seu papel primordial construído culturalmente é ser mãe e esposa e isso está subjetivamente compondo sua existência cotidiana (BADINTER, 1985).

A maternagem é um papel fundamentalmente feminino durante e após a dissolução conjugal, criando um forte laço feminino ao espaço privado. Badinter (1985) alerta para a construção social do amor materno e argumenta que a maternidade é um fato biológico, mas o exercício da maternagem é um dado social, construído temporalmente e espacialmente, nesse sentido a figura materna é ainda concebida como a ideal no cuidado e educação dos filhos e, nesse grupo específico, também a manutenção econômica dos mesmos. Esse exercício da maternagem é que marca a identidade de gênero das mulheres.

Para Sarti (1989a) há uma interdição do espaço público em relação à mulher que é marcada pela procriação, pelo zelo e cuidado dos filhos, enquanto que o homem como um ser reprodutivo é representado como público, nesse sentido a figura masculina é o provedor da família e seu suporte moral, como afirma Sarti (2007, p. 22).

Esta função familiar no espaço privado leva a figura masculina a vivenciar de forma simultânea o espaço público, através do mercado de trabalho formal. O papel feminino está mais ligado aos aspectos de reprodução social como o cuidado com a alimentação, educação e afazeres domésticos, por mais que a mulher tenha adquirido outros papéis como trabalhadora. Essas atividades relacionadas ao espaço público e privado evidenciam uma maior acessibilidade masculina aos

espaços de cunho econômico como o trabalho fora do espaço domiciliar, enquanto que as mulheres possuem uma relação com o espaço público cunhado somente a manutenção da família, mesmo quando elas se constituem enquanto trabalhadoras.

Em mais um aspecto pode-se demonstrar a justaposição dos espaços público e privado através dos papéis exercidos pelo homem e mulher dentro da família. A opção pela simples separação entre as espacialidades pública e privada na análise da constituição de famílias monoparentais cria invisibilidades relacionadas à justaposição entre estas duas espacialidades, pois mesmo que estas possuam especificidades muito claras, ambas constituem-se a partir de um *contínuo*.

O fato das mulheres conquistarem maior escolaridade e postos de trabalho não determina esquecimento do serviço doméstico e muito menos determine que estas não mais assumam o serviço doméstico do lar. Na Espanha Juliano (2003, p. 48) afirma que:

los datos sobre a escolarización femenina, analizados en el primer punto, son una muestra elocuente del interés de todas las mujeres (en los diversos países y a través de todas las clases sociales) por mejorar su posición social a través de esfuerzos de capacitación. Si tenemos en cuenta que en la mayor parte de los sitios la división sexual del trabajo, que asigna a las mujeres el peso total de las tareas domésticas y reproductivas, se mantiene incólume, podemos ver que este esfuerzo por estudiar y por trabajar en tareas remuneradas se une a sus tareas tradicionales e implica un recargo importante de esfuerzo y tiempo (JULIANO, 2003, p. 48).

Nesse sentido, as mulheres embora tenham conquistado maiores escolaridades, ainda enfrentam a dupla jornada de trabalho. Juliano (1992, p. 164) critica a pequena valorização desses tipos de tarefas femininas pela sociedade nas seguintes palavras: “no es, entonces, que las mujeres hagamos cosas poco importantes, sino que formamos parte de una sociedad que cataloga como poco importante cualquier cosa que hagan las mujeres”.

Sorj (2004, p 108), afirma ainda que:

(...) obrigações domésticas impõe limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial. Apontou também para os efeitos

que os empregos de menor qualidade reservados às mulheres têm na manutenção de sua identidade doméstica. Bloqueadas nas suas carreiras profissionais e submetidas à pressão das normas sexuadas de emprego, muitas mulheres acabaram por priorizar investimentos pessoais na esfera privada.

A geógrafa Linda McDowell (2000) argumenta que as dicotomias entre o espaço privado e o espaço público não são sustentadas quando se observa às relações de divisão do trabalho sexual e suas implicações entre os dois polos desta pseudo-divisão. Além disso, a relação entre espaço público e privado profundamente marcada pelas relações de gênero é interseccionada pela classe de renda. Essa conjugação entre gênero, classe, associada a um espaço urbano que é simultaneamente público e privado traz importantes elementos para a geografia.

No âmbito desse estudo, as famílias de baixa renda que apresentam configurações e papéis sociais específicos já foram estudadas por outros pesquisadores na cidade de Ponta Grossa. Prochner (2005), ao estudar a demanda habitacional de mulheres chefes de família, detectou que os ideais de gênero são reproduzidos pelas mulheres que entendem como masculina a função de provimento das condições econômicas da família e como feminina o cuidado com a casa e a família.

Esse ideal encontrado por Prochner (2005) possui uma lógica de organização social capaz de manter o núcleo familiar estruturado em uma organização espacial de cidade que separa as periferias residenciais pobres das áreas de trabalho. A estrutura urbana sob a lógica funcional implica grandes deslocamentos e dificulta o desempenho das mulheres nas atividades produtivas. Assim, a estrutura familiar empobrecida, constituída por uma precariedade de serviços educacionais, hospitalares, entre outros, mantém uma divisão sexual do trabalho em que as mulheres vivenciam as atividades de reprodução social a fim de suprir na família as precariedades do serviço público.

No processo de dissolução conjugal, as espacialidades e acessibilidades das famílias de baixa renda são transformadas, pois a nova situação implica em um processo de rearranjo familiar que coloca a figura feminina frente a desafios que envolvem ambas as escalas espaciais: pública e privada, relacionada à manutenção

econômica do lar. É, nesse sentido, que a vivência feminina no espaço privado, seus papéis e funções familiares são desestabilizados, frente ao processo de separação.

A figura materna ainda é pensada como o ideal de reprodução social da família, mesmo na atualidade e isso se reflete majoritariamente na guarda feminina dos filhos nos processos de dissolução conjugal. No caso das mulheres de baixa renda, o fato de ficar com os filhos, associado ao pequeno preparo dessas mulheres para o enfrentamento das atividades no espaço público, desencadeia um processo crescente de empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres, como já tratado em outros momentos por Silva (2007a e 2007b). Segundo a autora, a falta do cônjuge para suprir as necessidades econômicas ativam processos em cadeia. Um desses processos é que com a diminuição do rendimento familiar, os filhos são obrigados, nos termos de uma escolha constrangida, a buscar contribuir com as despesas do lar. Isso acaba por abortar suas possibilidades de estudo e ascensão social, criando um ciclo de reprodução ampliada da pobreza urbana, quando se considera uma nova geração.

Nesse sentido, as relações de gênero que estruturam as organizações familiares implicam na organização do espaço urbano. Por outro lado, a estrutura urbana das cidades, profundamente desigual em termos de distribuição de serviços e infraestrutura, também marcam as relações de gênero e os padrões de estrutura familiar.

Famílias moradoras de áreas bem servidas de creches, escolas e postos de saúde desenvolvem determinadas formas de divisão do trabalho no cuidado com a reprodução familiar, ao passo que famílias moradoras de áreas mal servidas de serviços públicos e de infraestrutura, acabam por sobrecarregar a pessoa que “socialmente” é responsabilizada pelo bem estar familiar, ou seja, a mulher.

Nas famílias de baixa renda a acessibilidade é menor, a escolaridade também, sendo relevante afirmar aqui que a família de baixa renda já vive com poucos recursos, após a separação esses recursos são divididos. Nas famílias de classe média, a escolaridade é maior, bem como o acesso aos serviços urbanos e postos de trabalho.

Assim, quando os laços conjugais enfraquecem, culminando em separações, os filhos gerados pelo casal, em geral, ficam sob tutela feminina. Nos espaços de

periferia, as dissoluções conjugais geram fortes impactos na vida das mulheres e de seus filhos, pois no processo de reestruturação familiar, as dificuldades econômicas são agravadas e as mulheres enfrentam a situação de chefia familiar, sem ter tido uma formação adequada para o exercício do papel de provedora do lar. Em geral, além de continuarem com o papel de cuidados com a família, agregam o papel de responsáveis pelo sustento econômico, notavelmente precisando de ajuda de terceiros como parentes para cumprir esse papel conforme aponta os dados da próxima seção.

A separação conjugal apesar de gerar impactos sobre as espacialidades vivenciadas por essas mulheres, não fazem destas, vítimas de uma vida que não deu certo ou de um sistema falho. Essa desvinculação do masculino é uma busca de autonomia por parte dessas mulheres, o que relativiza o processo de transição entre a família tradicional e a família monoparental. Esse fenômeno será aprofundado, no próximo capítulo, a partir das entrevistas realizadas, onde a maioria das mulheres afirmam que vivem muito melhor tanto economicamente, quanto psicologicamente do que enquanto casadas.

Essa busca pela autonomia feminina, porém é transpassada pela mediação dos papéis de homens e mulheres com relação às responsabilidades em torno dos filhos após a dissolução conjugal que é realizada pelo Estado que tem evidenciado seu fraco papel em promover uma situação de proteção da infância. Pois em geral, os problemas de família envolvem noções de justaposição entre os espaços público e privado que é negligenciado enquanto um importante elemento na estruturação das relações sociais urbanas, gerando um forte impacto sobre a busca pela autonomia feminina após a dissolução conjugal, portanto este é um problema de toda a sociedade e não apenas um fator de ordem privada.

Esse impacto evidencia um paradoxo quando trabalhamos as separações conjugais, pois o papel de sustento econômico da família tem submetido às mulheres exaustivas jornadas de trabalho fora de casa, impossibilitando-as ao cumprimento do papel anteriormente exercido quanto ao cuidado e proteção aos filhos. A consequência social desse descumprimento têm sido o abandono da infância nas ruas das periferias pobres que envolve fatores vinculados aos espaços público e privado simultaneamente, justapondo um em relação ao outro.

O Estado tem sido a arena de discussão das condutas e responsabilidades sociais entre os cônjuges no processo de dissolução conjugal e na maior parte dos casos é a figura feminina que recorre à esfera pública para garantir a sobrevivência familiar. Contudo, as instituições judiciais têm evidenciado sua enorme deficiência no trato com os problemas enfrentados pelas famílias de baixa renda, no processo de dissolução conjugal. A penalização tem recaído, sobretudo, sobre as mulheres e as crianças.

O acesso aos serviços jurídicos nos processos de dissolução conjugal de famílias de baixa renda é um processo complicado, já que os serviços de advogados e de custas, que são as despesas dos processos judiciais, dificilmente são suportados por esse perfil familiar. Em geral, a justiça gratuita, a qual recorrem os casais de baixo rendimento, é garantida pela lei nº. 1060/50 oferecendo-a através de órgãos como faculdades ou o próprio Ministério Público. As defensorias públicas são regulamentadas através da Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994, devendo estas, prestar assistência jurídica gratuita, incluindo-se os cartórios judiciais e extrajudiciais. Mesmo assim, esse conjunto de leis não garante o acesso da população às defensorias públicas conforme afirma Nóbrega (2003). Segundo o autor: “as Defensorias Públicas não dispõem de meios mínimos para atuar e, em boa parte dos municípios brasileiros sequer tem notícia de que esteja disponível serviço de tamanha importância para o indivíduo” (2003, p. 5).

Neste sentido, as famílias produzem e reproduzem espaço e este é vivenciado através de papéis de gênero, estereotipados pela sociedade contemporânea, machista, eurocêntrica, branca. Os papéis de gênero reservados a mulher, como a maternagem, promovem uma intensa vivência feminina do espaço privado que, com a dissolução conjugal, tende a ser modificada e refeita. Assim, o espaço privado e o público estão profundamente articulados, envolvendo uma ação estatal que deve privilegiar a complexidade de relações vivenciadas pelas famílias de baixa renda, que enfrentam os processos de dissolução conjugal e a reconfiguração de papéis sociais que envolvem as relações de gênero.

Se toda existência é espacial, vivências de diferentes gêneros constituem em vivências espaciais diferentes. Assim, as espacialidades das mulheres chefes de famílias monoparentais femininas é também um tema geográfico a ser analisado que

pode enriquecer a Geografia a partir da superação de uma perspectiva de categorias genéricas de sociedade, construindo a compreensão de relações de determinado grupo social, tradicionalmente invisibilizado no discurso científico da Geografia brasileira.

1.3- Famílias Monoparentais Femininas, Dissoluções Conjugais e Ações de Pedidos de Alimentos em Ponta Grossa – PR.

A instituição do matrimônio sofreu mudanças ao longo do tempo na sociedade brasileira, passando de uma instituição indissolúvel, para a possibilidade de dissolução, em 1977, com a instituição da primeira Lei de divórcio no Brasil, inicialmente sendo chamado como 'desquite'. Segundo Bucher-Maluschke (2007) foi apenas da década de 60 que as mulheres garantiram sua emancipação enquanto mulher casada, pois antes disso, eram consideradas incapazes de gerir suas vidas e eram tidas como dependentes dos homens.

Os papéis de gênero dentro da instituição do casamento têm sido foco de estudos de Féres-Carneiro (2001). Segundo ela, há uma construção da identidade conjugal no casamento contemporâneo, no momento em que as mulheres passam a exercer funções que antes eram destinadas aos homens, os homens passam a participar mais das atividades da casa, mas eles consideram estas tarefas uma ajuda para a mulher. Ou seja, a responsabilidade das tarefas domésticas ainda é feminina, mesmo com a ajuda masculina. A autora ainda chama atenção para o fato de que, apesar das mulheres exercerem funções fora de casa, isso não significa que exerçam tarefas masculinas, pois, muitas vezes, executam trabalhos domésticos, só que fora de suas casas.

Assim, por maior que tenha sido as transformações dos papéis de gênero, não há dúvidas que o espaço doméstico é naturalmente atribuído às mulheres. As situações de dissolução conjugal implicam negociações desses papéis de uma forma ainda mais conflituosa, pois o interesse de manutenção da relação conjugal já não existe.

A dissolução conjugal vem diminuindo em todo o Brasil e seguindo esse mesmo caminho no Paraná e, em Ponta Grossa pode-se verificar o mesmo. Em

convívio direto no cartório da 2ª Vara de Família de Ponta Grossa¹³ foi constatado que houve uma diminuição de dissoluções conjugais, devido à prática das Uniões Estáveis¹⁴, o que implica em outras formas de dissolução conjugal, menos formais.

No Brasil, por mais que a prática da modalidade União Estável tenha aumentado, o casamento civil também aumentou consideravelmente. Ao considerar as dissoluções conjugais a soma dos processos de divórcio e a separação, evidenciam uma diminuição dos processos, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Total de casamentos e dissoluções conjugais no Brasil entre os anos de 2003 a 2008.

Casamentos e Dissoluções Conjugais no Brasil entre os anos de 2003 e 2008							
Brasil							Total
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Casamentos	748.981	806.968	835.846	889.828	916.006	959.901	5.157.530
Dissoluções	236.549	224.052	251.162	264.064	244.034	238.637	2.916.996

Fonte: IBGE

Organização: Przybysz, J

Este quadro demonstra um aumento contínuo nos casamentos realizados no país, enquanto que entre os anos de 2003 e 2004 há um decréscimo nas dissoluções conjugais¹⁵, dando um salto no ano de 2005 e 2006 e voltando a diminuir posteriormente. No estado do Paraná, o fenômeno se comportou da mesma forma da encontrada no Brasil no que se refere aos casamentos e dissoluções

¹³ Vivência em campo de seis anos, inclusive com observações em audiências na segunda Vara de família de Ponta Grossa – Paraná.

¹⁴ Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1o A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

§ 2o As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.

¹⁵ O ano de 2003 é o primeiro ano de vigor do Novo Código Civil, onde há a regularizada a União Estável.

conjugais, inclusive no que diz respeito a estes picos de aumento nos anos de 2005 e 2006. Ao indagar os funcionários do cartório onde foi feito o levantamento processual sobre o que aconteceu com esses anos quando houve um aumento das dissoluções, foi respondido que a forma de coleta de dados havia sido modificada o que gerou novos resultados. Até o ano de 2004 o próprio cartório fazia esse levantamento e enviava ao IBGE. No ano de 2005 o próprio IBGE passou a coletar os dados referentes às dissoluções nos cartórios de família a cada três meses, dando maior inteligibilidade à contagem deste fenômeno.

A tabela 2 apresenta o comportamento do fenômeno das dissoluções conjugais no Paraná.

Tabela 2 - Total de casamentos e dissoluções conjugais no Paraná entre os anos de 2003 a 2008.

Casamentos e Dissoluções Conjugais no Paraná entre os anos de 2003 e 2008							
PARANÁ							TOTAL
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Casamentos	50.065	52.775	55.151	56.997	57.490	57.952	330.430
Dissoluções	13.360	13.083	13.822	15.160	13.672	12.452	163097

Fonte: IBGE

Organização: Przybysz, J

A relação entre os casamentos e as dissoluções conjugais em Ponta Grossa continua seguindo a mesma perspectiva observada no Brasil e no Paraná, mantendo um aumento linear nos casamentos e uma média de decréscimo e aumento das dissoluções conjugais nos mesmos anos, conforme demonstra a tabela 3.

Tabela 3 - Total de casamentos e dissoluções conjugais em Ponta Grossa entre os anos de 2003 a 2008.

Casamentos e Dissoluções Conjugais em Ponta Grossa entre os anos de 2003 e 2008							
Ponta Grossa	TOTAL						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Casamento	1.733	1.442	1.488	1.735	1.765	1.673	9.836
Dissolução	461	490	553	575	459	432	5.940

Fonte: IBGE

Organização: Przybysz, J

Segundo o IBGE (2008)¹⁶ houve um aumento da nupcialidade no Brasil e este fenômeno está ligado “ao maior número de casais que formalizaram suas uniões consensuais, incentivadas pelo código civil renovado em 2002 e pelos casamentos coletivos promovidos desde então”.

A diminuição do número de dissoluções conjugais em todo o Brasil, Paraná e na cidade de Ponta Grossa, gera a impressão de que as famílias estão se mantendo dentro de um padrão formal de relações de conjugalidade e de divisão de trabalho social na reprodução familiar. Contudo, há de se recordar que, a grande parte de União Estáveis não gera processos de separação e divórcio, notadamente nas classes de baixa renda.

Segundo dados do IBGE (2008)¹⁷ Em 2007, entre os arranjos familiares em que a mulher é a pessoa de referência, 52,9% eram do tipo monoparental (sem a presença de um dos cônjuges). Já nas unidades unipessoais, o percentual de mulheres é maior em decorrência da mais elevada expectativa de vida feminina. Também é interessante observar a baixa frequência de arranjos familiares com homens na chefia sem a presença de cônjuge (3,3%) e com filhos, conforme pode ser visualizado na figura 1 que se segue:

¹⁶ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&. Acesso em 04/09/2010.

¹⁷ Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&. Acesso em 04/09/2010.

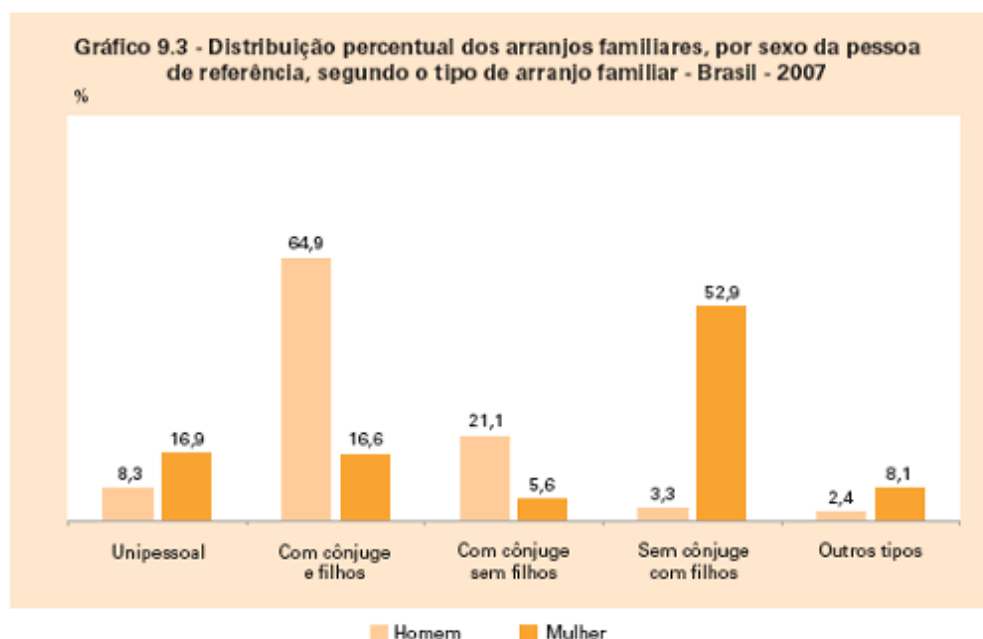


Figura 1 – Gráfico relacionado aos arranjos familiares, por sexo da pessoa de referência, segundo o tipo de arranjo familiar no Brasil em 2007.

Fonte: IBGE

Organização: IBGE

A Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE (2007): “apontou que o número de mulheres consideradas 'chefes' de família no Brasil teve um aumento de 8,2 milhões em dez anos (de 1996 a 2006). Em 1996, o número de mulheres indicadas como a pessoa de referência da família era de 10,3 milhões. No ano passado, o número subiu para 18,5 milhões. Em termos relativos, esse aumento corresponde a uma variação de 79%.”¹⁸

Assim, há um fenômeno social que envolve diferentes configurações familiares e novos papéis de gênero em que o desafio da situação financeira de inúmeras famílias brasileiras passa pela compreensão dessas composições.

A baixa remuneração recebida por essas mulheres tornam-se um fator relevante para o estudo das famílias chefiadas por mulheres. Nesse sentido, os próximos quadros, que seguirão, demonstrarão a percepção de renda recebida por famílias monoparentais femininas e masculinas, não no sentido de fazer uma comparação, mas para demonstrar que existe um fator que difere quando se trata de

¹⁸ Disponível em <http://www.observatoriosocial.org.br/conex2/?q=node/2103>. Acesso em 04/09/2010

uma mulher, criando seus filhos sozinha e de um homem, que cria seus filhos, sozinho.

Tabela 4 – Valor médio recebido por mulheres e homens chefes de família no Brasil.

Valor do rendimento mensal médio recebido por família no Brasil e no Paraná		
Tipo de composição familiar	Renda média mensal no Brasil	Renda média mensal no Paraná
Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos	752,69	745,38
Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos e com parentes	915,53	905,55
Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos	990,93	931,92
Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos e com parentes	1.094,63	1.057,51

Fonte: IBGE

Organização: Przybysz, J

Este quadro nos mostra que as famílias chefiadas por mulheres têm um rendimento menor do que as famílias chefiadas por homens, tanto no Brasil quanto no Paraná. Por mais que o IBGE não demonstre se são mães solteiras ou se são mulheres separadas, isso não desconsidera o fato de que as mulheres mesmo estando sustentando suas famílias sozinhas recebam menos que os homens.

Na tabela 5, é possível constatar as diferenças do valor médio dos rendimentos mensais recebidos por homens e mulheres chefes de família na cidade de Ponta Grossa:

Tabela 5 – Valor médio recebido por mulheres e homens chefes de família em Ponta Grossa.

Valor do rendimento mensal médio recebido por família em Ponta Grossa	
Tipo de composição familiar	Renda média mensal
Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos	638,42
Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos e com parentes	892,73
Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos	868,91
Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos e com parentes	1.383,37

Fonte: IBGE

Organização: Przybysz, J

O que esses dados demonstram é que as mulheres que chefiavam famílias com filhos e sem cônjuge recebem um valor abaixo da média nacional e paranaense de mulheres na mesma situação. Quando se trata de mulheres que são chefes de família, mas tem algum parente morando na mesma casa, essa renda tem um aumento, não em relação à média nacional e estadual, mas em relação à categoria anteriormente citada.

As mulheres ainda recebem menos pelo seu trabalho, onde em sua maioria estão ligados ao espaço privado, como lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, domésticas, entre outros. Os levantamentos feitos nos processos de separação, divórcio e alimentos na 2ª Vara de Família em Ponta Grossa confirmam esta tendência sobre o tipo de trabalho feminino onde 34% das mulheres eram donas de casa enquanto que 66% das mulheres trabalhavam com empregos ligados ao

espaço privado. Esse dado foi encontrado nos levantamentos processuais os entre os anos de 2003 e 2007¹⁹.

O levantamento processual apresenta elementos de fundamental importância. Para identificar as dissoluções conjugais ocorridas em Ponta Grossa e a instituição de novos agrupamentos familiares foram considerados os processos das seguintes modalidades: Separações, Divórcios e ações de Alimentos, constante na 2ª Vara de família do fórum da Comarca de Ponta Grossa²⁰.

É de fundamental importância esclarecer que os processos de Alimentos não são gerados somente a partir das ações de Separação e Divórcio, mas também das ações de Dissolução de União estável, Investigação de Paternidade e podem ser gerados pelo simples fato do não pagamento de pensão.

A vivência no cartório da Segunda Vara de Família permitiu que fosse visualizada que o ponto fundamental de entrada de processos de alimentos é a falta de ajuda financeira por parte de um dos cônjuges, por isso seu maior contingente, sendo um mil duzentos e vinte e um processos de alimentos, contra oitocentos e dezenove de separação e oitocentos e quatorze processos de divórcio, lembrando sempre que, na maioria das vezes, os alimentos são estipulados na própria separação e no divórcio. Neste sentido, fica claro que existe negligência enquanto papel de um dos cônjuges na ajuda financeira aos filhos, evento esse, que pode também ser observado nas ações de execuções de alimentos.

Estipular o recorte das ações utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa é de fundamental importância, assim como estipular um recorte de grupo social para essa pesquisa também é importante. Foram consideradas as famílias sem renda, com renda até dois salários mínimos e com filhos menores de quatorze anos, esse recorte foi escolhido pela minoria que estas pessoas representam ao entrar com processos nos cartórios.

Os processos selecionados foram analisados quantitativamente a partir de uma planilha (apêndice 1), onde consta os dados fundamentais para caracterizar o

¹⁹ Esta pesquisa teve início no ano de 2008, onde somente tive acesso aos processos a partir do recorte temporal até o ano de 2007, após a realização da pesquisa meus acessos a estes processos para que eu pudesse ampliar o levantamento feito em campo foi negado.

²⁰ Os processos que correm nas Varas de família por ser considerados de direito privado estão sempre em segredo de justiça, neste sentido foi feito um ofício (Anexo 1) para a liberação de vistas a estes processos. Esta liberação teve vigor até o ano de 2008 somente na 2ª vara de família. A MM. Juíza da 1ª Vara de família, na época da pesquisa não liberou vistas dos processos.

perfil familiar, como: situação socioeconômica e a responsabilização com a guarda dos filhos da relação conjugal dissolvida ou da responsabilização pelo sustento dos filhos menores de quatorze anos, valor da pensão, entre outras. Neste sentido, foram organizados três quadros em relação aos processos de separação, divórcio e Alimentos

Tabela 6 – Ações de Separação na 2ª Vara de Família entre 2003 e 2007 em Ponta Grossa - PR.

Ações de separação entre os anos de 2003 e 2007				
Anos	Total de Processos	Total de Processos Pagos	Total de Processos Extintos	Total de Processos investigados
2003	151	70	6	40
2004	172	66	6	36
2005	164	62	13	24
2006	186	66	9	26
2007	146	28	5	19
TOTAL	819	292	39	145

Fonte: 2ª Vara de família

Elaboração: Przybysz, J

Tabela 7 – Ações de Divórcio na 2ª Vara de Família entre 2003 e 2007 em Ponta Grossa – PR.

Ações de divórcio entre os anos de 2003 e 2007				
Anos	Total de Proces- sos	Total de Proces- sos Pagos	Total de Proces- sos Extintos	Total de Processos inves- tigados
2003	138	53	8	20
2004	143	57	5	16
2005	135	52	4	11
2006	217	63	4	17
2007	181	20	1	16
TOTAL	814	245	22	80

Fonte: 2ª Vara de família

Elaboração: Przybysz, J

Tabela 8 – Ações de Alimentos na 2ª Vara de Família entre 2003 e 2007 em Ponta Grossa - PR.

Ações de alimentos entre os anos de 2003 e 2007				
Anos	Total de Processos	Total de Processos Pagos	Total de Processos Extintos	Total de Processos Investigados
2003	225	30	57	51
2004	228	31	58	58
2005	239	23	45	63
2006	287	32	62	83
2007	242	11	27	42
TOTAL	1221	127	249	297

Fonte: 2ª Vara de família

Elaboração: Przybysz, J

Estas tabelas demonstram o total de processos existentes, no cartório em questão, entre os anos de 2003 e 2007. Esta análise foi feita descartando os processos que são pagos às custas, pois os rendimentos já extrapolariam o recorte social estabelecido para esta pesquisa. Excluíram-se também os processos que foram extintos pelo art. 267²¹ e os que estavam fora do recorte social.

Os processos analisados foram interessantes fontes para evidenciar os padrões culturais que envolvem os papéis de gênero no âmbito familiar e também no processo de dissolução. Para Spink (1999), as práticas discursivas também podem ser evidenciadas por meio de:

²¹ **Art. 267** - Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:
II - quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;
III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;
VIII - quando o autor desistir da ação;
Disponível em http://www.dji.com.br/codigos/1973_lei_005869_cpc/cpc0267a0269.htm. Acesso em 08/10/2008

documentos de domínio público assumem formas diferentes. Arquivos diversos, diários oficiais e registros, jornais e revistas, anúncios, publicidade, manuais de instrução e relatórios anuais são algumas das possibilidades. Tudo tem algo a contar, o problema é aprender a ouvir. A escolha de material pode ser feita a partir de uma análise inicial do campo... ou pode emergir de forma mais aleatória a partir daquilo que se apresenta. O acaso é um elemento importante e nunca deve ser descartado; os pesquisadores no campo da produção de sentidos aprendem a ser catadores permanentes de materiais possivelmente pertinentes (SPINK, 1999, p. 136-137).

Apesar do peso da chefia do lar e da dissolução conjugal recair sobre as mulheres, na maioria das vezes, são elas que entram com os processos de dissolução conjugal tanto no Brasil quanto no Paraná e em Ponta Grossa, conforme tabelas 9 e 10:

Tabela 9 – Número de homens que requereram as ações de divórcio e separação concedidos em primeira instância no Brasil, Paraná e Ponta Grossa.

Número de homens que requereram as ações de divórcio e separação						
Brasil, Unidade da Federação e Município	Ano					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	25.039	24627	29471	32119	33567	33098
Paraná	1066	1007	1257	1351	1490	1422
Ponta Grossa – PR	51	53	57	66	82	62

Fonte: IBGE

Organização: Przybysz, J

Tabela 10 – Número de mulheres que requereram as ações de divórcio e separação concedidos em primeira instância no Brasil, Paraná e Ponta Grossa.

Número de mulheres que requereram as ações de divórcio e separação						
Brasil, Unidade da Federação e Município	Ano					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	38.226	35351	41635	45372	48042	46827
Paraná	1507	1507	1675	1994	1976	1989
Ponta Grossa – PR	105	83	85	119	91	77

Fonte: IBGE

Organização: Przybysz, J

Silva Neto e Strey (2007) alertam que a decadência da conjugalidade está relacionada com paradoxos que vão da glorificação da paixão até o desempenho de papéis econômicos. O fato do homem deixar de cumprir o papel masculino levam estas mulheres à separação, na tentativa de criar outras condições de sobrevivência.

Em 96,3% dos processos analisados foram às mulheres quem ficaram com a guarda dos filhos, o que é próximo da média nacional. Esse fenômeno acontece a partir do momento que a filiação é somente atrelada a mulher, pois o papel de gênero instituído socialmente a esta é a de mãe, mas os filhos continuam a gerar responsabilidade aos cônjuges. O afastamento da figura paterna da residência familiar influencia na vivência cotidiana das demandas dos filhos o que alivia a pressão psicológica e relaxa as ações de provimento por parte do pai dos dependentes.

Com a falta do pai, a mãe pode optar em entrar com processo na justiça para que este passe a ajudar financeiramente e psicologicamente os filhos. É, nesse momento, que colocamos a modalidade mais expressiva de ações judiciais, que gira

em torno das ações de “Alimentos”²² pois, as ações de Separação e Divórcio, compõem um conjunto menor de processos pesquisados.

Em geral, as pessoas de baixa renda não recorrem à justiça com grande frequência para realizar os processos de separação e divórcio, além de muitas dessas famílias também utilizarem a União Estável como forma de casamento, como já explicitado na sessão anterior.

Nas ações de alimentos, um dado que chamou a atenção foi que, em 74% destas, as mulheres figuram com o estado civil de solteiras e a única forma de conquistar os direitos relativos aos filhos gerados nos relacionamentos em que não existe o casamento civil é majoritariamente por este perfil de ação judicial. As ações de alimentos são realizadas para a garantia de sobrevivência dos filhos, mas podem ser extensivas às ex-mulheres, no caso de incapacidade de sustento. Mesmo que haja a estipulação da obrigatoriedade do pagamento de pensões alimentícias e que a legislação seja rigorosa nesse sentido, verificou-se enorme inadimplência, comprovada pelos processos de “Execução de Alimentos”²³.

No período estudado houve mil duzentos e vinte e um processos de Alimentos, dos quais foram geradas oitocentas e setenta e cinco “Ações de Execuções de Alimentos”. Ou seja, os pais haviam deixado de cumprir suas obrigações de suporte financeiro em oitocentos e setenta e cinco casos dos mil duzentos e vinte e um processos.

Chamamos a atenção para um dado colocado pelo escrivão da Segunda Vara de Família, onde menos de 1% das ações de alimentos são pagas, esse dado pode demonstrar que há uma maior incidência do não pagamento de pensão em famílias de baixa renda, somado com o dado da guarda que é majoritariamente feminina, ainda mais quando a mulher se torna a parte mais penalizada na relação após a dissolução conjugal.

Neste sentido, devemos ainda colocar que os processos de execução de alimentos não foram explorados sob perspectivas de filhos procedentes de casamento civil, união estável ou relacionamento eventual. O fato é que na

²² As ações de alimentos são referentes aos pedidos de pensão para os filhos, este processo é o que vai regularizar a ajuda financeira que o pai dará aos filhos.

²³ Em via de regra a ação de alimentos gera um título executivo, para executar essa dívida gerada nas ações de alimentos a mãe como representante legal dos filhos entra com a ação de Execução de Alimentos, executando o título que não foi pago nas ações de alimentos.

execução de alimentos está claro que o papel paterno de sustento aos filhos foi negligenciado, pois para cada processo de alimentos, há 0,72 “Execuções de Alimentos”, como pode ser evidenciado no gráfico 1, que segue:

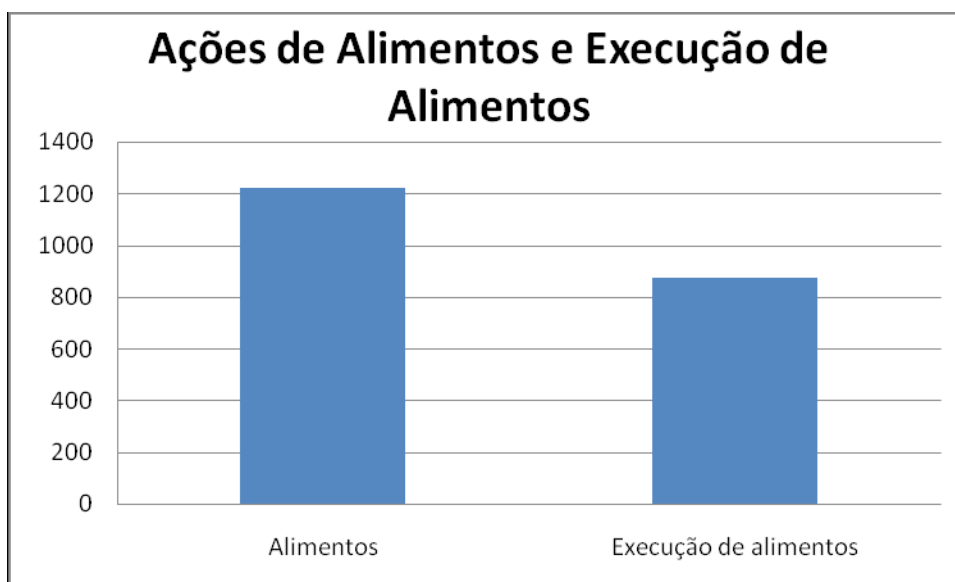


Gráfico 1 – Número de ações de alimentos e de execução de alimentos requeridos por mulheres após a dissolução conjugal entre 2003 e 2007.

Fonte 2ª Vara de Família

Organização: Przybysz, J

Os dados evidenciam que em 71% dos Processos de Alimentos que entraram na 2ª Vara de Família do Fórum da Comarca de Ponta Grossa, nos cinco anos considerados, o acordo não foi cumprido por parte do pai responsável. Mesmo que o art. 733²⁴ do Código de Processo Civil permita a prisão quando não há o pagamento da pensão alimentícia às crianças, há que se considerar o fato de que, mesmo que o devedor cumpra a pena de reclusão de no máximo noventa dias e não pague o que é devido, a situação da criança e suas necessidades continuam as mesmas.

A ação legal dos legisladores, Juízes e Promotores, está distante da realidade vivida por famílias de baixa renda, notadamente a realidade vivida pelas

²⁴ Art. 733 - Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Disponível em http://www.dji.com.br/codigos/1973_lei_005869_cpc/cpc0732a0735.htm. Acesso em 08/10/2008

mulheres responsáveis pelos filhos dos matrimônios ou uniões estáveis dissolvidas nas periferias urbanas.

O abandono financeiro dos ex-cônjuges, a ineficiência da justiça, a moradia em periferias precárias em serviços de creches e escolas integrais, colocam essas mulheres em difícil situação e em muitos casos, são acusadas de abandono de incapaz. Durante uma das entrevistas realizadas, uma mãe relatou que ela trabalhava fora e deixava o filho de 8 (oito) anos em casa, sozinho. Então, houve uma denúncia por parte dos vizinhos para o Conselho Tutelar. Assim, para não ser acusada e não correr riscos de perder a guarda do filho, hoje faz apenas pequenos 'bicos' enquanto o filho está na escola, para conseguir sustentá-lo²⁵.

Mesmo depois da dissolução do casamento, os filhos, nele gerados, continuam a formar responsabilidades para ambos os pais, agora separados. Essa responsabilidade conjunta é de difícil negociação e as consequências para os filhos são inevitáveis. Em geral, a pessoa que deixa o núcleo familiar afasta-se e com isso as responsabilidades também são deixadas de lado. Prochner (2005) argumenta em sua pesquisa sobre as mulheres chefes de família de baixa renda que ocorre grande intensidade do abandono paterno:

Através das entrevistas foi possível investigar também a relação que elas mantêm com seus ex-maridos com relação ao sustento dos filhos do casal. É alarmante o fato de as mulheres não receberem auxílio do pai para o sustento dos filhos: 66% de mulheres chefes de família nunca receberam pensão do pai de seus filhos; 21% recebem esporadicamente, isto é, quando e quanto eles querem pagar; e apenas 13% recebem pensão alimentícia regularmente. Entre os motivos do não recebimento de pensão, 63% delas declararam o fato das pressões e ameaças que sofrem de seus ex-companheiros. 17% exigem verbalmente, pois não conseguiram auxílio da justiça pública e, sendo assim, os companheiros não se sentem obrigados a colaborarem com o sustento dos filhos. Somente 20% relataram estar cobrando judicialmente seus direitos. Com relação à frequência de visitas aos filhos, 55% das mulheres entrevistadas relataram que seus ex-maridos nunca vêm visitá-los, 26% visita-os esporadicamente e apenas 19% visita-os frequentemente (PROCHNER, 2005, p. 67).

As mulheres chefes de família, moradoras de periferias pobres têm assumido sozinhas a responsabilidade da reprodução social. Mesmo quando

²⁵ Diário de campo: em conversa com duas mulheres no dia 17/04/2010, no Jardim Alto alegre.

conseguem uma creche ou alguém para cuidar dos filhos, enquanto elas trabalham, acabam por acumular inúmeras tarefas. Venturi e Recamán (2004) em entrevistas realizadas com mulheres, afirmam que:

Como componentes negativos que definem a situação atual da mulher, destacam-se dificuldade e excessos de responsabilidades, atribuídas principalmente à dupla jornada de trabalho, o doméstico e o remunerado... as discriminações no mercado de trabalho, tanto de funções como de salários... o preconceito social que reserva às mulheres discriminações e um lugar inferior em relação aos homens... e maior exposição à violência (VENTURI E RECAMÁN, 2004, P. 19).

Os processos relatam além do não pagamento de pensão alimentícia aos filhos do casal, uma série de outros atos de violência sofrido pelas mulheres. A citação do processo de Separação X1/2005²⁶, a seguir, evidencia a pressão masculina, mesmo depois do rompimento do relacionamento marital, em que o réu continuava as agressões à ex-companheira:

A relação das partes sempre foi atribulada, porém, o exagerado consumo do álcool tornou o réu extremamente violento, agredindo fisicamente e moralmente a autora, situações estas que foram denunciadas...

Este mesmo tipo de violência foi também evidenciado na pesquisa de Prochner (2005). Ela alerta para o fato de que os homens, quando se separam de suas esposas e mantêm ainda os recursos econômicos da família, sentem-se no direito de manter seu poder sobre suas ex-mulheres, como pode ser visto no trecho a seguir:

No que diz respeito ao controle que os ex-maridos exercem com essas mulheres após a separação, constatou-se que em 20% dos casos os homens estão sempre tentando controlar suas ações, em 30%, os homens interferiram apenas no início da separação e 50% nunca interferiram em sua vida familiar. Os dados apresentados acima, juntamente com os depoimentos coletados demonstram o sério problema que ocorre na esfera privada e que deve ter interferência urgente do Estado. O que está caracterizado é que há uma infância abandonada tanto no sustento material como afetivo

²⁶ O número do processo é fictício por determinação do juiz de direito da Vara de Família de Ponta Grossa.

pelos pais que pesam sobre o conjunto da sociedade. Esses homens, ao se separarem de suas esposas, abandonam seus filhos e não suportam o fato de não terem mais autoridade sobre elas. Os dados que demonstram auxílio financeiro para os filhos está diretamente relacionado com controle das ações femininas, mesmo após o término do relacionamento conjugal. Sendo assim, a maioria das mulheres separadas deixam de exercer sua cidadania e passam a sofrer sozinhas a responsabilidade de criar seus filhos por medo de serem perseguidas ou reprimidas pelos seus ex-maridos (PROCHNER, 2005, p. 67).

As mulheres que figuram nos processos analisados, por muitas vezes, passam também por violência domésticas e possuem entre 21 e 30 anos. Casam-se cedo e separam-se muito cedo também. Esse fator faz com que a mulher abandone os estudos para que possa cuidar da família. Silva (2007a) em seu artigo: “Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino”, demonstra que as mulheres da periferia ainda centram suas vidas na família e nos afetos relativos a este grupo. A tenra idade, o despreparo para uma vida profissional e as novas responsabilidades assumidas, depois da separação conjugal, formam uma conjugação de problemas bastante difícil de enfrentar. Sua condição de “dona de casa, esposa e mãe” a coloca em situação subordinada ao marido, o qual possui o papel de provedor do lar, notadamente, quando as regras de conduta moral são rompidas entre os cônjuges.

O fato é que a dissolução conjugal na família de baixa renda implica em dividir escassos recursos para a manutenção de duas residências e, em geral, a saída do pai gera o abandono econômico da família, como pode ser visto no trecho retirado do processo X/2007 da Segunda Vara de Família do Fórum da Comarca de Ponta Grossa:

Desde que o requerido assim se afastou do lar por espontânea vontade dele mesmo, ficou patente que o mesmo em conversa com a autora, veio a dizer que não ajudaria a mesma em nada, o que em definitivo terminou assim por fazer, ou seja, desde que assim o fez, abandonou de imediato a sua família, literalmente, sem sequer ajudar materialmente, bem como também de sua figura paterna. A autora não trabalha fora, cuida da casa e dos filhos. O réu trabalhava até o início deste ano como operador de serra, auferindo rendimentos no valor de um salário mínimo (Trecho retirado do processo de Separação X1/2007).

É, neste sentido, que a partir do gênero e dos papéis estipulados a homens e mulheres dentro da família é que a figura feminina é a mais representativa na reorganização familiar após a dissolução conjugal, pois é ela que, além de ficar com a guarda dos filhos, é a autora da maior parte dos processos judiciais, em busca de justiça.

Esse fato pode dimensionar a importância da figura feminina na nova família e os impactos dos novos elementos a serem geridos em suas vidas, o que dificulta as suas possibilidades de ascensão social de forma diferente a dos homens. Nos processos analisados, a partir das petições iniciais, pudemos fazer um levantamento das queixas feitas pelas mulheres após a dissolução conjugal.

Essas dificuldades relatadas pelas mulheres foram constatadas em noventa e sete processos que foram reunidas em quatro categorias apresentadas na tabela 11:

Tabela 11 – Queixas feitas pelas mulheres após a dissolução conjugal nos processos de Separação e Divórcio.

Queixas feitas pelas mulheres após a dissolução conjugal		
Tipo de dificuldade relatada	Número de Ocorrências de Queixas nos processos investigados	% de representação das queixas
Abandono econômico dos filhos	89	53,60%
Mudança de residência e dependência dos pais/avós/parentes	44	26,50%
Falta de visitas e abandono afetivo	17	10,30%
Outras queixas	16	9,60%
Total	166	100%

Fonte: 2ª Vara de Família

Organização: Przybysz, J

O maior número de queixas realizadas pelas mulheres se relaciona ao abandono econômico dos filhos. Em segundo lugar, aparece à categoria mudança de residência e dependência dos pais/avós/parentes, em terceiro, falta de visitas e abandono afetivo e em quarto lugar está à categoria “outras queixas”.

Na categoria “Abandono financeiro” as mulheres queixam-se que os ex-esposos não pagam a pensão relativa às necessidades dos filhos. É importante levar em conta que a 38% das mulheres eram donas de casa no processo de dissolução conjugal, sendo que 64% desempenham trabalhos de baixa remuneração. A falta de compromisso com a manutenção dos filhos gera situação de extrema carência, inclusive de alimentos básicos, como evidencia o trecho do processo X3/ 2006:

O autor passa por necessidades, para sua sobrevivência, vez que, sua mãe é diarista, mas não consegue sozinha suprir todas as necessidades do filho...

O “Abandono afetivo” é uma reclamação constante não somente nos processos, mas também nas entrevistas, se o abandono financeiro pode estar vinculado às dificuldades de empregabilidade do pai das crianças, o abandono afetivo é injustificável. Quando ocorre a dissolução conjugal, o homem separa-se não apenas da mulher, mas também de seus filhos, agindo como se suas obrigações não tivessem mais que ser cumpridas como pai. Pode-se dizer que há uma forte ideia de que os filhos são da mãe e não do pai após a dissolução conjugal, como visto no trecho do processo X6/2007 em que há a afirmação de que o pai “... nunca exerceu seu direito de visita, abstendo-se de manter qualquer contato com os requerentes”.

As visitas estão também relacionadas à violência conjugal, onde muitas mulheres têm medo de se expor e expor seus filhos novamente a este tipo de violência. Giddens (1993) comenta que a família é o lugar mais perigoso que existe na sociedade, pois a probabilidade de acontecer à violência dentro de casa é muitas vezes maior do que em outros lugares. Geralmente a violência dentro da família é mais difícil de ser constatada a não ser que haja a denuncia por parte da mulher, de parentes ou até mesmo de vizinhos.

Com o advento da violência e com a situação de abandono financeiro e afetivo a mulher se vê sem alternativas a não ser recorrer à família e essa é uma queixa que se vincula à categoria “Dependência dos avós / Mudança de residência” e também são relatos constantes nas entrevistas. Os avós são, em geral, os maternos. A avó é a figura feminina que arca com o ônus do sustento e abrigo das famílias monoparentais de baixa renda. As mulheres e seus filhos mudam-se para casa dos pais, pois já não possuem condições financeiras de manter a residência, conforme demonstra o processo X4/2007:

Assim a autora e sua mãe vêm dependendo do apoio de parentes, estando ambas vivendo em pequena edícula sita nos fundos do imóvel utilizado pelos avós maternos, os quais prestam certo auxílio, na medida de seus poucos recursos.

Na categoria “Outras queixas” estão reunidas aquelas de baixa frequência de relatos como casos de abuso sexual em relação aos filhos, maus tratos em relação aos filhos, ações de tentativa de controle em relação à ex-esposa e má conduta moral. Essas queixas são encaminhadas para outra vara do Fórum e tratadas como ações criminais.

A negação ao auxílio financeiro por parte do ex-marido está relacionado também ao seu sentimento de posse em relação ao corpo feminino. O homem considera que o fato de não mais estar casado e ter direitos sobre a mulher, lhe retira a obrigatoriedade de sustento material dos filhos. Prochner (2005) ao pesquisar sobre a situação do abandono paterno na periferia pobre da cidade argumenta que há:

(...) uma infância abandonada tanto no sustento material como afetivo pelos pais que pesam sobre o conjunto da sociedade. Esses homens, ao se separarem de suas esposas, abandonam seus filhos e não suportam o fato de não terem mais autoridade sobre elas (PROCHNER, 2005, p. 67).

Fato esse também observado no processo X5/2005, onde há uma queixa de uma requerente que relata à mesma situação:

O réu não auxilia no sustento do menor, alegando que só pagará pensão quando puder e quando houver uma solução para o relacionamento entre si e a esposa.

Enfim, os processos analisados provenientes de dissoluções conjugais e ações de alimentos de famílias de baixo rendimento evidenciam um fenômeno de feminização de chefias familiares que constituem famílias com alta vulnerabilidade social e que diz respeito à sociedade como um todo, não sendo um problema de ordem apenas privada e familiar. Portanto, é necessário pensar as escalas micro e macro que se relacionam de forma intensa, articulando os espaços público e privado. A geografia, segundo Gomes (2009, p. 28), possibilita pensar essa articulação de forma complexa já que “(...) ela pode nos ajudar a entender melhor inúmeros fenômenos, que atuam em diferentes escalas e trazer inéditos recortes e condicionantes que escapam das dominantes causalidades comumente apontadas.”

Enfim, este capítulo estabeleceu um modelo de análise do fenômeno da instituição das famílias monoparentais femininas por meio da articulação dos espaços público e privado, evidenciando que a dicotomia estabelecida cientificamente é uma construção social que permitiu a ocultação de importantes variáveis da vida social, entre elas, a ação das mulheres. Ao invés de conceber os papéis desempenhados por homens e mulheres na constituição / dissolução dos agrupamentos familiares de forma dicotômica, este capítulo evidencia a necessidade do tratamento escalar e relacional do espaço, a fim de contribuir com a compreensão da realidade social.

CAPÍTULO 2 – ESPACIALIDADES FEMININAS E PAPEL DE GÊNERO NA CONJUGALIDADE NA PERIFERIA POBRE DE PONTA GROSSA – PR.

O capítulo tem por finalidade explorar as espacialidades vivenciadas pelas mulheres que são o foco deste estudo, profundamente relacionadas com o papel de gênero adotado por elas durante a fase de conjugalidade na periferia pobre da cidade de Ponta Grossa. Na primeira parte, será realizado um perfil do grupo de mulheres investigado e na segunda seção são analisados os elementos presentes na vivência espacial destas mulheres, desde o casamento até o momento da separação conjugal.

O período de vivência feminina durante o casamento é considerado aqui como um investimento que as mulheres realizam para a manutenção de sua família, enquadradas em papéis de gênero fundados no espaço doméstico. Embora esta pesquisa considere a articulação entre o espaço privado e público e uma implicação mútua entre eles, é preciso evidenciar que o peso do investimento feminino, tanto em tempo quanto em energia, estabelece uma forte vinculação feminina no espaço privado e familiar nas periferias pobres. Esse aspecto é fundamental para a compreensão da reorganização familiar após a dissolução conjugal, que traz novos elementos de configuração da família, com os quais as mulheres não estão preparadas para enfrentar.

2.1 – O perfil do grupo familiar investigado.

A escolha do recorte do grupo de pesquisa é parte integrante do processo de investigação, ou seja, embora seja justificado metodologicamente, é uma escolha do pesquisador. O recorte estabelecido socialmente privilegiou as mulheres de baixa renda, moradoras de periferias pobres, por pensar que as reorganizações familiares afetam com maior força a população com menores recursos econômicos de manutenção.

As escolhas que fazemos no processo de pesquisa devem ser tratadas como política, assim como, devemos sempre lembrar que no campo de pesquisa não somos neutros. Esses processos de exposição das metodologias, dos recortes

de grupo, do processo de investigação de dados qualitativos e quantitativos, que são políticos, vêm sendo negligenciado por muitos pesquisadores como apontam Rose (1997), Narvaz e Koller (2006), Knopp (2007) e Silva (2009), entre outros.

Para Narvaz e Koller (2006):

As preocupações comuns das diversas epistemologias e metodologias iniciam com a escolha do delineamento a ser utilizado na pesquisa, uma vez que diferentes métodos conduzem a diferentes resultados. Os pressupostos epistemológicos, ontológicos e éticos implícitos nos delineamentos de pesquisa têm implicações políticas, podendo estar a serviço de interesses diversos (NARVAZ E KOLLER, 2006, p. 651).

Esses posicionamentos relacionados aos aspectos metodológicos do processo de pesquisa tem sido um ponto valorizado nas discussões realizadas a partir da matriz da Geografia Feminista. Esses encaminhamentos têm tratado, dentre outros aspectos, da relação entre sujeito pesquisado e o sujeito pesquisador, tornando-se uma prática a análise da própria postura do pesquisador dentro da pesquisa científica. Isso produz um entrelaçamento entre práticas políticas e práticas teórico epistemológicas, mesmo que este subcampo tenha assumido varias tendências.

A geógrafa Joseli Maria Silva (2009), trata da relação entre o sujeito pesquisador e sujeito pesquisado a partir de sua pesquisa de pós-doutorado, onde analisa as relações de imigração ilegal e de representações sociais de prostitutas brasileiras que residem na Espanha. A presente autora questiona a sua posição no campo enquanto pesquisadora, onde a sua corporeidade é percebida e analisada pelas entrevistadas, não sendo invisível e sendo reflexiva em relação ao seu campo de pesquisa.

Rose (1997) nos alerta que a construção de pesquisas científicas envolvem relações de poder que devem ser evidenciadas durante o processo de investigação, permitindo pensar a posicionalidade do pesquisador e também do sujeito pesquisado.

As relações de poder também estão intrínsecas, na própria comunidade científica produzindo invisibilidades, sendo que esta é pautada em uma ciência hegemônica, branca e eurocentrada. A posicionalidade, a reflexibilidade, assim

como as escolhas teóricas e metodológicas, permitem que nós, geógrafos, possamos verificar a existência de grupos que são silenciados por essa ciência hegemônica.

É, neste sentido, que durante a vivência de seis anos no campo de pesquisa, foi percebido a importância de uma pesquisa sobre o grupo de mulheres que passaram por dissolução conjugal, pois as espacialidades destas se modificam após a separação. Essas espacialidades permitem observar um *contínuo* entre o espaço privado e público. A temática referente as famílias que passaram por dissolução conjugal é invisível na ciência geográfica, assim como, tratar o espaço privado e público como esferas que se relacionam também é um fator invisível.

Durante seis anos de vivência, em atividades profissionais no Cartório da Segunda Vara de Família do Fórum Desembargador Joaquim Ferreira Guimarães em Ponta Grossa, foi percebido que após a dissolução conjugal a carga maior referente à criação, educação e sustento da família era destinada, nas maiorias das vezes, às mulheres.

Foi observando então, que havia diferentes papéis de gênero a serem desempenhados por homens e mulheres, inclusive após a dissolução conjugal, sendo assim, pode-se transformar os fatos observados na Segunda Vara de Família em campo de pesquisa.

A pesquisa documental nos processos da Segunda Vara de Família contribuiu para demonstrar as espacialidades vivenciadas por mulheres após a dissolução conjugal a partir da ótica documental. A opção por fazer a triangulação destes dados processuais com entrevistas em profundidade com mulheres que passaram por dissolução conjugal, além de permitir a efetivação do que já fora posto pelos documentos jurídicos em relação às espacialidades, como também permite uma visão contrária em relação a dicotomização dos espaços público e privado.

Spink e Medrado (1999) colocam que as “*linguagens sociais*” permitem uma construção da realidade através de falas, ou melhor, de “*práticas discursivas*” que para os autores:

...remete, por sua vez, aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade. Podemos definir práticas discursivas

como linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas (p. 45).

A produção de sentido nas práticas discursivas é evidenciada por Silva (2009), ao fazer uma análise referente à pesquisa através de discursos na Geografia. A autora coloca que as entrevistas não são lineares e que devem ser entendidas através de sentidos, “variáveis ilimitadas de valores semânticos inscritos nas instâncias de enunciação” (p. 100).

As práticas discursivas remetem a uma série de “condições sócio- históricas” (p. 99) que permitem uma análise interpretativa de cada pesquisador. A interpretação pode ser dada de diferentes formas dependendo do olhar do pesquisador e da pergunta a que este quer responder. Para essa pesquisa, foram analisados os discursos partindo das espacialidades vivenciadas por mulheres que passaram pela dissolução conjugal na cidade Ponta Grossa – PR.

O recorte de grupo estipulado foi de mulheres sem rendimento até rendimento de dois salários mínimos. Como já evidenciado no capítulo anterior, durante a vivência no campo de pesquisa foi percebido que as mulheres que possuíam rendimento menor eram mais penalizadas do que mulheres com renda maior, longe de uma comparação ou exclusão social. As espacialidades vivenciadas por mulheres com menor rendimento são diferenciadas de mulheres que também passaram por dissolução conjugal, principalmente no que se refere a serviços de infraestruturas, serviços judiciais, educação, entre outros.

Esse mesmo recorte foi estipulado na análise documental, também a partir da vivência no campo de pesquisa. Desta mesma forma, o recorte social do grupo entrevistado abrange mulheres com filhos menores de quatorze anos na época da separação. Por mais que filhos maiores de quatorze anos ainda sejam dependentes dos pais, estes já têm certa liberdade para trabalhar, inclusive com carteira assinada.

Em princípio, o recorte espacial que fora pensado para esta pesquisa se estendia por toda a cidade de Ponta Grossa, pois as entrevistas seriam realizadas com mulheres que tinham processos na Segunda Vara de Família²⁷. A pesquisa em

²⁷ Por mais que os processos das Varas de família em todo o Brasil sejam permeados pelo segredo de justiça, os nomes das mulheres e também os números dos processos foram preservados nas

campo, muitas vezes, revela informações que nos tensiona fazer modificações nos recortes estabelecidos para nossos trabalhos. Ao estabelecer os primeiros contatos com o campo de pesquisa, foi observado que as mulheres após a dissolução conjugal mudavam de endereço, ou seja, os endereços dos processos não mais ajudavam.

Nesse sentido, optou-se por recorrer ao banco de dados da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR), através de um levantamento realizado por Pacheco (2008), a partir dos dados disponibilizados pela PROLAR, foi verificado os conjuntos habitacionais com expressiva presença feminina, neste sentido, se direcionou a busca de mulheres que passaram por dissoluções conjugais nessas áreas.

Inicialmente, foram selecionados todos os conjuntos habitacionais que possuíam mais que 40% de mulheres chefes de família, dentre eles: Jardim Jacarandá, Jardim Aroeiras, Vila São Miguel, Jardim Alto Alegre, Jardim Cerejeiras. Contudo, ao explorar as especificidades dos empreendimentos, constatou-se que alguns conjuntos habitacionais estavam atrelados às rendas superiores ao perfil definido. Assim, cruzamos a presença expressiva feminina com o rendimento das famílias e as áreas selecionadas e que foram efetivamente exploradas nessa pesquisa:

Tabela 12 - Conjuntos habitacionais com maior número de chefes de família.

Empreendimento	Número de famílias	Números de famílias com mulheres sendo chefes	Proporção de mulheres sendo chefes de família
Jardim Jacarandá	150	85	56,67%
Jardim Alto Alegre	198	156	78,80%
Jardim Cerejeiras	310	220	70,90%

Fonte: Pacheco (2008)

Organização: Juliana Przybysz

análises documentais, assim como os nomes são preservados nas entrevistas.

Nesse sentido, segue figura 2 para a visualização dos conjuntos habitacionais selecionados:

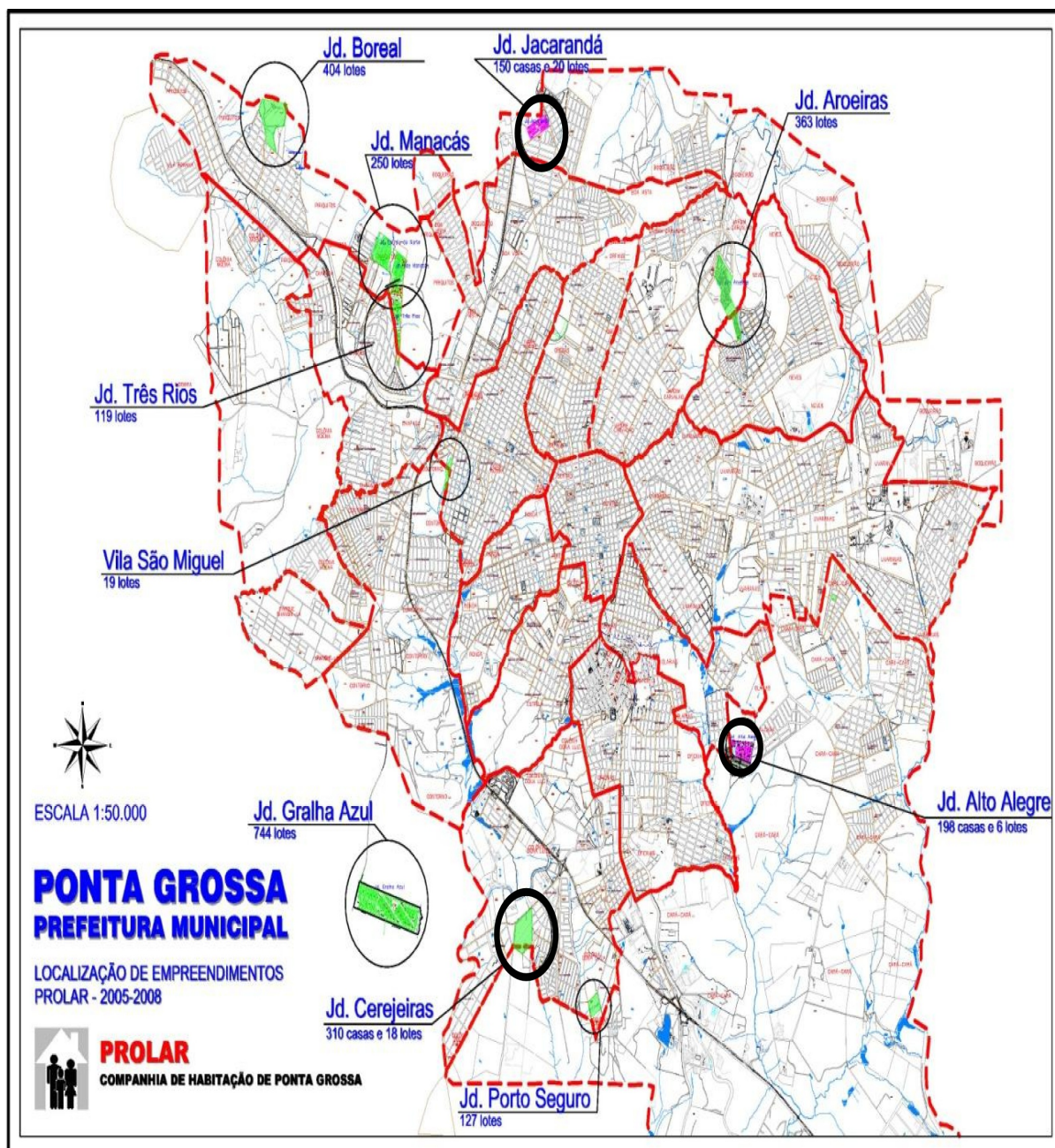


Figura 2 – localização de empreendimentos da PROLAR com ênfase nos conjuntos habitacionais selecionados para a pesquisa.

Fonte: PROLAR – Ponta Grossa

Após do estabelecimento do recorte espacial, passou-se a realizar as entrevistas nos conjuntos habitacionais, as quais tiveram um total de de dezessete

entrevistas. Desse total, cinco foram realizadas no Jardim Jacarandá, oito no Jardim Alto Alegre e quatro no Jardim Cerejeiras.

Para a realização dessas entrevistas, foram feitas algumas escolhas teóricas e metodológicas já demonstradas anteriormente, que permitiram que fosse feita a reflexibilidade nessa pesquisa, pois pesquisadores não são invisíveis ao campo de pesquisa, existindo uma relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado. Nesse sentido, foi feito a opção de não revelar às entrevistadas que havia sido feito um levantamento processual no cartório da Segunda Vara de Família, nem a existência de tantos anos de observações no campo de pesquisa.

A decisão de não revelar a estreita relação com a justiça foi tomada para que esta não fosse transformada em assessoria jurídica e também na tentativa de não influenciar diretamente nas entrevistas. Mesmo tomando esta decisão, algumas mulheres perguntavam sobre como poderiam agir em relação à pensão dos filhos ou para si, neste caso após a entrevista foi passado endereços de assistências judiciárias gratuitas.

Esse fato pode ser verificado no diário de campo em entrevista com Althea:

Após agradecer pela entrevista, Althea me perguntou como poderia fazer para regularizar a pensão para a filha, pedir pensão para si e principalmente, para regularizar a questão do terreno da PROLAR. Pois, quem estava pagando a dívida atrasada do terreno era o ex-marido, no lugar de dar pensão para a filha, mas a construção em cima do terreno, tinha sido feita pelo atual marido, não sabendo como ficava a sua situação. Neste momento, falei que eu não sabia como ficaria a sua relação com a casa, pois o terreno havia sido comprado no primeiro casamento mas a construção havia sido feita no segundo casamento. Mas que eu poderia indicar assistência judiciária gratuita que a ajudaria tanto em relação à pensão como ao terreno. Assim, passei o endereço da Assistência da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - CESCAGE e Faculdade União, passei também o nome dos advogados de cada centro assistencial jurídico. Althea agradeceu a ajuda e que iria já ao próximo dia resolver sua situação²⁸ (Entrevista realizada em 31/10/2009, no Jardim Jacarandá, por Juliana Przybysz).

As escolhas que foram feitas em relação às pesquisas não justifica deixar de dar ajuda a quem se entrevista, neste caso, às mulheres que pediam ajuda era

²⁸ Fonte: Diário de campo, entrevista realizada em 31/10/2010 – Jardim Jacarandá.

repassado os endereços das assessorias jurídicas de Ponta Grossa. Desta mesma forma, existia a possibilidade de alguma entrevistada fazer o nosso reconhecimento da Segunda Vara de Família. Essa possibilidade apesar de ser pequena ocorreu onde a entrevistada não nos reconheceu do Cartório, mas houve o reconhecimento da nossa parte conforme diário de campo:

Hoje, durante a entrevista com Shannon e Enid, percebi que já havia feito audiência com a Shannon no Cartório da segunda Vara de Família. Fiquei com receio de que ela me reconhecesse e a entrevista virasse uma assessoria jurídica. Ela não me reconheceu, mas eu já conhecia um pouco da sua história, o que enriqueceu a entrevista. Da mesma forma, que em outras entrevistas, repassei o nome das assessorias jurídicas, as quais ela já havia passado por todas, e disse que o processo estava parado, porque era justiça gratuita. Passei o telefone de uma advogada particular, como me falou que não poderia pagar, comentei que não iria precisar, porque não iria cobrar nada. Logo após a entrevista, liguei para a advogada e contei o que havia acontecido. Prontamente me respondeu que ajudaria Shannon, sem cobrar honorários. Uma semana após, fiquei sabendo que Shannon foi até o endereço que indiquei²⁹ (Diário de campo. Entrevista realizada com Shannon, Conjunto Jardim Alto Alegre em 20/02/2010).

A reflexibilidade que é destaca por Rose (1997), assim como por Joseli Silva (2009), ficam explicitadas nestes dois relatos do diário de campo desta pesquisa. Ao fazer a reflexão em relação a posição enquanto pesquisadores permite que as escolhas referente ao campo de pesquisa sejam políticas e que de alguma forma interfere na pesquisa, por isso a reflexibilidade deve ser feita.

Neste sentido, deve-se lembrar que o posicionamento teórico e metodológico realizado por um (a) pesquisador (a) não é tarefa fácil, pois existem vários elementos que interferem e influenciam na pesquisa. Um dos elementos que mais sofrem influência do posicionamento teórico e metodológico do pesquisador é o resultado de pesquisa, sem esquecer da interferência no cotidiano dos grupos estudados.

No grupo estudado, as mulheres tinham acima de 20 anos, conforme gráfico 2, que segue abaixo:

²⁹ - Fonte: Diário de campo, entrevista realizada em 20/02/2010 – Jardim Alto Alegre.

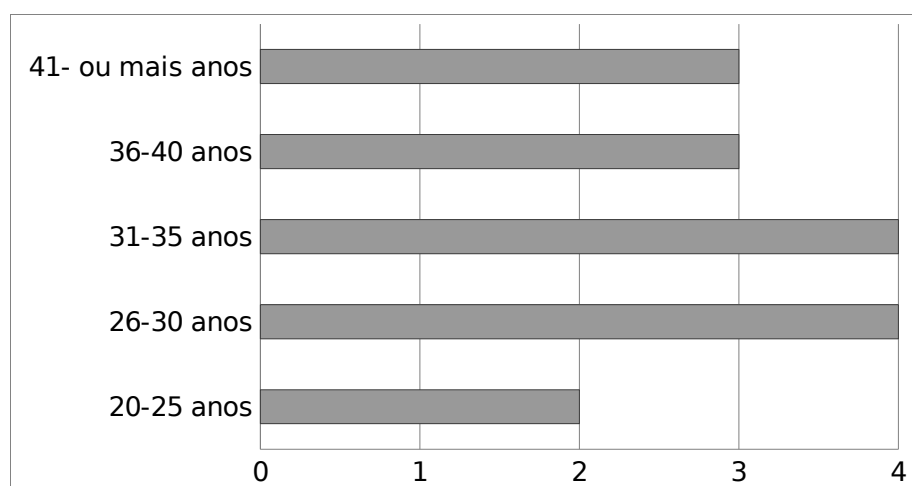


Gráfico 2 – Perfil relacionado à idade das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família – Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2009/2010

Organização: Przybysz, J

Pode-se observar no gráfico que existe uma diversidade relacionada a idade das mulheres, sendo que a maioria encontra-se entre 26 e 35 anos, caracterizando um grupo maior de mulheres que se casam cedo e se separam também muito cedo. É interessante ressaltar também, que 50% das mulheres do grupo estudado passaram por dois ou mais relacionamentos, caracterizando uma busca pela felicidade a partir do outro ou até mesmo um parceiro que ajude nas despesas da casa e no cuidado com os filhos.

O estado civil, do grupo estudado, na época das entrevistas é exposto no gráfico 3, onde:

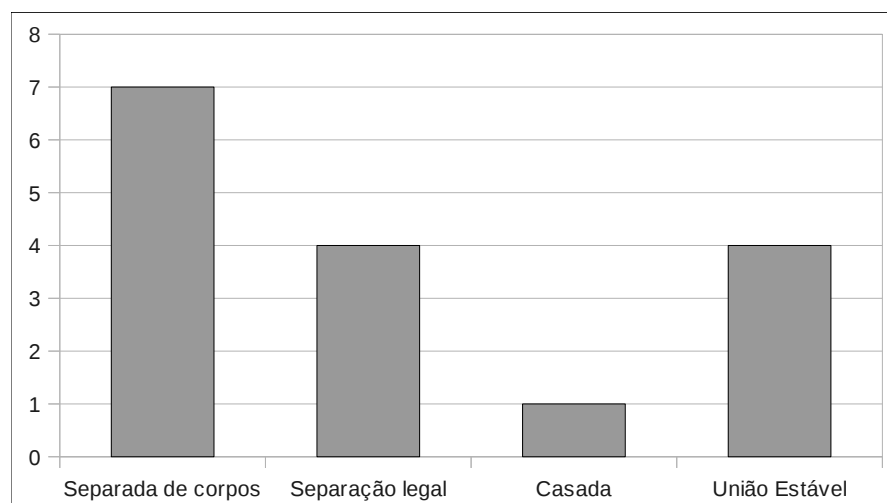


Gráfico 3 – Estado civil das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2009/2010

Organização: Przybysz, J

Percebe-se que em sua maioria, as mulheres estavam separadas dos seus maridos, mas não legalmente, para este acontecimento utiliza-se então, uma expressão do próprio judiciário que é a “separação de corpos” para nomear as separações em que as mulheres não entraram com os processos na justiça. A separação legal e a União estável também representam categorias importantes, a primeira demonstra que estas mulheres foram atrás da justiça e dos seus direitos em relação à separação e a segunda representa as mulheres que após a separação casaram-se novamente e estavam em outro relacionamento, por meio de União Estável.³⁰

A União Estável é uma categoria que vem se mostrando relevante no decorrer das investigações relacionadas à essa pesquisa, pois como fora abordado no capítulo anterior, ela se faz muito presente no cotidiano das famílias da periferia pobre de Ponta Grossa. Este dado é aqui confirmado quando 52% das mulheres entrevistadas optaram pela União Estável como forma de casamento.

³⁰ Mesmo que estas mulheres estejam nomeadamente em relacionamento de União Estável estas mulheres se identificaram como sendo chefes de família.

O tempo de separação é um dado importante em relação à reconstrução da vida das mulheres que passaram por dissolução conjugal. O tempo de separação aqui engloba todos os casamentos, pois algumas mulheres como já foi evidenciado, passaram por mais de um casamento, assim como o tempo de separação é vinculado à data da realização das entrevistas. Neste sentido, 22% das mulheres tinham menos de um ano de separação, 33% estavam separadas de um a cinco anos, 33% têm o tempo de separação entre seis e dez anos, enquanto 11% estavam separadas há mais de onze anos.

Estes dados reafirmam através da média de idade das entrevistadas que elas se casam muito cedo e também se separam muito cedo. Assim como, evidenciam que as mulheres assumem a responsabilidade do casamento e de uma família muito novas e deixam para trás outras vivências, como a da escola, onde 56% das mulheres não completaram o ensino fundamental e médio, promovendo uma desqualificação em relação às suas atuações no mercado de trabalho.

A profissão do grupo de mulheres estudado está mais ligada ao espaço privado, onde 50% atuam como cozinheiras, faxineiras, babás, entre outros, 18,75% das mulheres quando questionado sobre seus empregos, responderam que estavam desempregadas, não nomeando nenhum tipo de emprego ou até mesmo se consideravam donas de casa, 6,25% se consideravam aposentadas e apenas 25% das mulheres tinham empregos ligados ao espaço público como cabeleireira, agente comunitária, vendedora, entre outros.

Os dados referentes à escolaridade e à profissão, somam-se à renda recebida pelas mulheres, que foi analisado a partir de duas vertentes, a renda individual de cada mulher e também a renda familiar, estes dados são evidenciados a partir do gráfico 4 e gráfico 5:

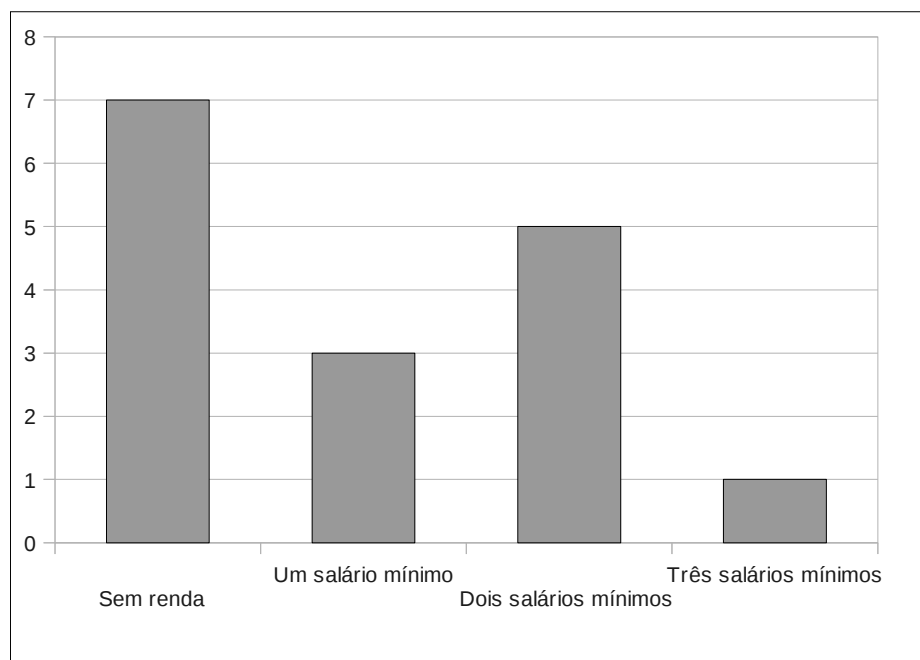


Gráfico 4 – Renda individual das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos Conjuntos Habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2009/2010

Organização: Przybysz, J

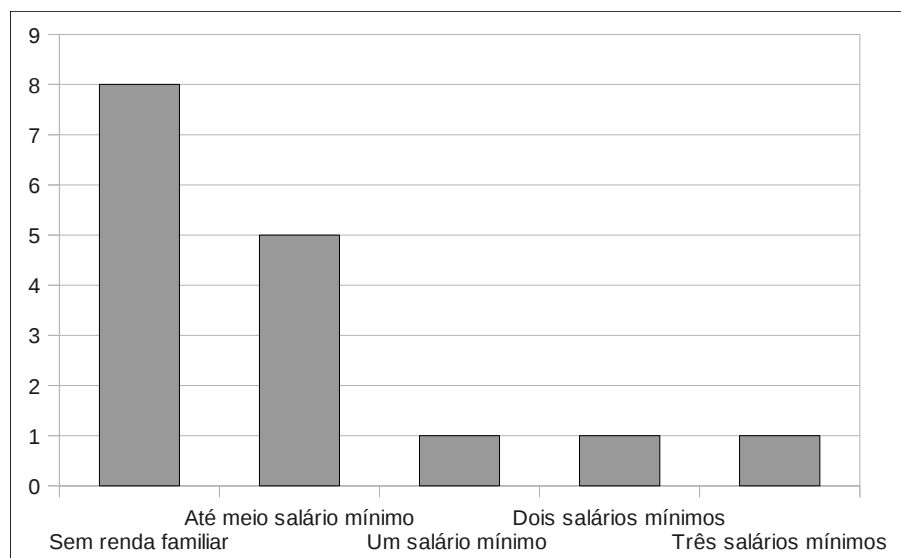


Gráfico 5 - Renda familiar das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos Conjuntos Habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2009/2010

Organização: Przybysz, J

A classe que tem mais representatividade no gráfico 4 é o das mulheres que não tem rendimento. Essas mulheres que não tem renda, geralmente sobrevivem com o dinheiro da pensão ou ajuda de outras pessoas, como pais, atual marido, vizinhos, entre outros. O que fica evidenciado no gráfico 5 onde cinco mulheres sobrevivem com até meio salário mínimo. Somente uma das mulheres tem renda individual de três salários mínimos, enquanto oito mulheres recebem o percentual de um a dois salários mínimos.

Este último dado, representa as oito mulheres que no gráfico 5 não tem renda familiar, não dependendo de outras pessoas para sobreviver financeiramente, enquanto que três mulheres têm uma renda familiar de um a três salários mínimos, essa renda familiar é somada muitas vezes com a do atual marido, filhos, genros, entre outros.

Nas entrevistas, muitas mulheres confirmam que a principal dificuldade em relação ao cuidado dos filhos está na questão financeira, que é evidenciada pelos gráficos 4 e 5. Essas dificuldades ficam ainda mais evidentes quando a mulher tem um número alto de filhos para sustentar, dado este que pode ser demonstrado no gráfico 6:

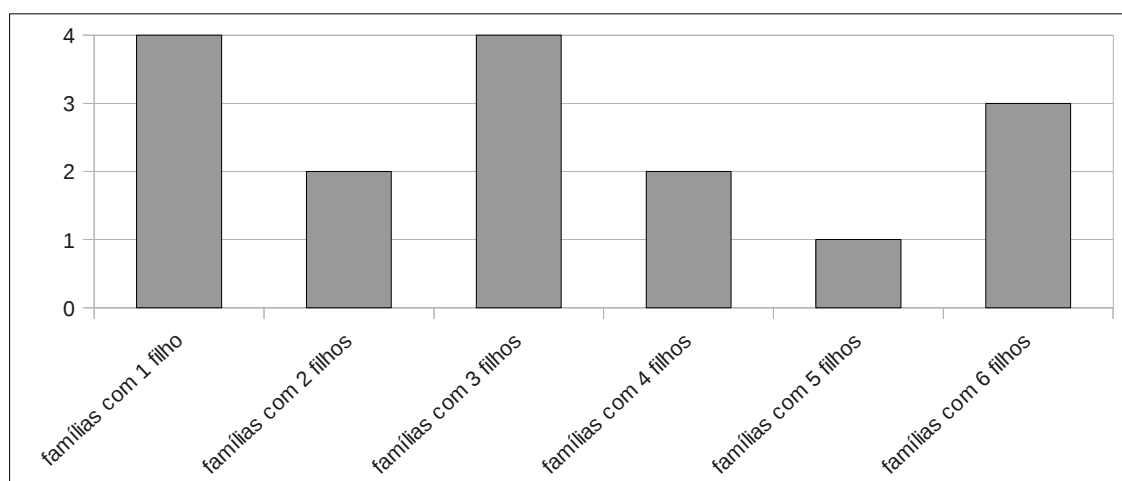


Gráfico 6 – Relação entre totais de mulheres e filhos nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2009/2010

Organização: Przybysz, J

Neste gráfico fica evidenciado que a maioria das mulheres teve mais que um filho durante o casamento. Este dado reafirma a dificuldade em criar os filhos ainda mais com poucos recursos, mas devemos lembrar que essa relação de dificuldade pode ser dada ainda no casamento, pois, em muitos casos, as mulheres eram quem sustentavam a família mesmo estando casada. A quantidade de filhos por mulher está relacionada tanto ao primeiro, como aos demais casamentos. Sendo que, em 71% das entrevistas os filhos eram do primeiro casamento, 24% do segundo casamento e apenas 5% do terceiro casamento.

A idade dos filhos das mulheres é relacionada com o tempo de separação, pois por mais que muitos tenham a idade superior ao estipulado pelo grupo focal na época das entrevistas, quando houve a separação todos eram menores de quatorze anos. A idade dos filhos é evidenciada pelo gráfico 7:

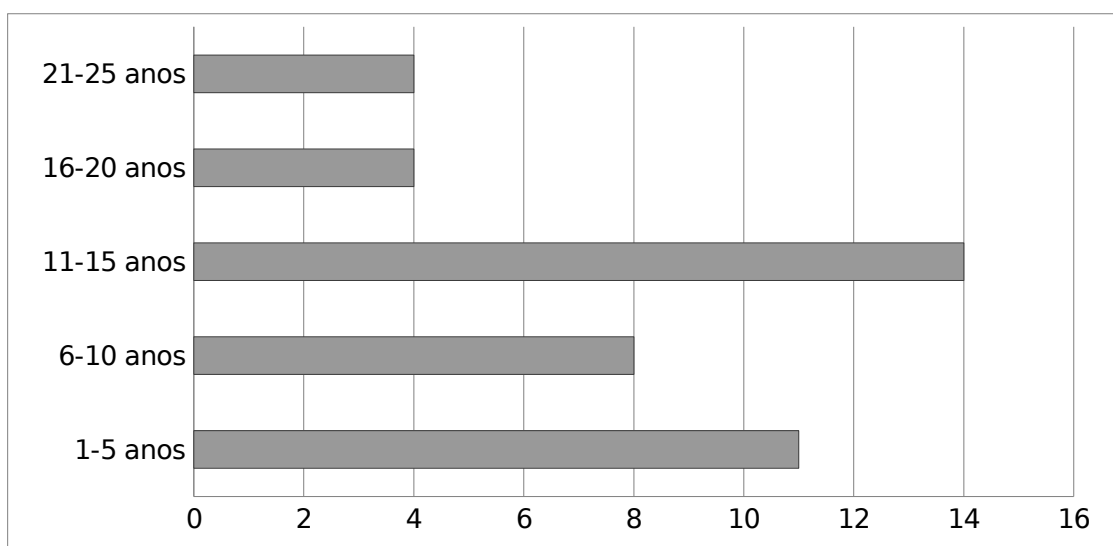


Gráfico 7 – Idade dos filhos das mulheres que passaram por dissolução conjugal na época das entrevistas, nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2009/2010

Organização: Przybysz, J

A relação entre idade e tempo de separação torna-se importante, pois quando os filhos são menores precisam de maiores cuidados em relação à alimentação, educação e principalmente quando relacionamos ao fato de que enquanto menores não podem exercer função remunerada, ou se exercem não é

bem gratificada a ponto de ajudarem nas despesas da casa. Esse fato evidencia uma sobrecarga do cuidado da mãe para com os filhos, dado este que será discutido nas próximas sessões.

Nesta sessão, fora evidenciado os recortes da pesquisa e do grupo social escolhido para as entrevistas em profundidade, assim como, demonstrou-se a metodologia utilizada para a análise das entrevistas e o perfil das famílias de mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família. Além disso, foi considerada a posição e reflexibilidade em relação ao campo de pesquisa e nas entrevistas em profundidade.

2.2 - Elementos presentes na vivência espacial feminina na conjugalidade

A instituição do casamento vem sendo discutida por diversos autores em diversas áreas das ciências sociais, de muitos modos uma discussão até sem fim, devido às muitas possibilidades de se pensar o matrimônio. Esta discussão vem sendo traçada desde o casamento enquanto uma criação social, do casamento margeado pelo amor, e sem nos esquecer do casamento enquanto instinto natural ou da união afim de criação da prole.

Lins e Silva (2009) ao escrever sobre: “A história do matrimônio”, aponta que o casamento apesar de sofrer modificações sociais no decorrer do tempo não pode passar despercebido enquanto natural ou enquanto uma herança evolutiva animal. O autor homogeniza o matrimônio ao salientar que este tem um núcleo comum, que independe das relações espaciais e sociais vivenciadas pelas pessoas, esse núcleo comum é chamado de 'instinto', e torna-se a ponte entre os seres humanos e os animais. Para Lins e Silva (2009):

Toda história e evolução das relações sexuais dos animais irracionais é imprescindível a uma análise da história do matrimônio humano, especialmente porque não é possível tratar o casamento como uma criação puramente jurídica e social (p. 114).

O 'instinto chamado de casamento' (p.116), conforme coloca o autor, dá início a família, lembrando que a considerada União Estável não é negligenciada pelo autor como casamento. Este instinto natural, também está convencionado a procriação e a necessidade que o homem e a mulher têm de se unir a uma companhia a partir de afinidades e amor.

A riqueza histórica trazida pelo autor em relação ao matrimônio é importante, se pensarmos este como instituição natural, e mesmo que Lins e Silva (2009) enfatize as mudanças sociais do casamento, esta lógica naturalista não é explicativa. Lógica esta que é evidenciada pelo próprio autor:

Portanto, a necessidade de unir-se, de criar laços familiar e de procriar não seria construção artificial sociológica, posto que antes de tudo seria resultado trazido por instinto comum ao dos animais irracionais, ao que se soma a seleção natural do decorrer dos anos, a determinar a organização familiar como forma de melhor adaptação de certas espécies sobre a terra, estando entre elas, seguramente, o ser humano (p. 112).

Ao afirmar que os laços familiares são instintivos, sendo comum aos animais irracionais e também ao homem, o autor não leva em consideração justamente a racionalidade do homem, a qual permite que este, estabeleça conceitos e regras sociais, que muitas vezes, se aplicam aos animais irracionais. Sendo a afetividade, as relações familiares, a própria família, o amor, entre outros conceitos, criações dos seres humanos, justamente por estes serem seres pensantes. Neste sentido, percebe-se que a ordem se inverte, onde os seres racionais nomeiam a vivência dos seres irracionais.

Já Engels (1997) vem discutindo o surgimento da família como construção social, portanto a família é uma instituição que está sempre em movimento, construção, reconstrução e desconstrução. O autor demonstra os diversos tipos de família que foram permeados por mudanças sociais e culturais, chegando até a família monogâmica. Este tipo de família veio instituída pelo casamento³¹ que para o autor foi uma forma de manutenção da propriedade privada, onde a união com uma mulher só era feita com o interesse da manutenção da prole para a passagem dos bens proferidos ao homem.

³¹ Nesse momento levaremos em conta o casamento como união de duas pessoas, podendo ser civil, religioso e também na forma de União Estável.

Esse tipo de matrimônio se estendeu durante toda a idade média e para Engels (1997) foi o início da instituição da família monogâmica, pautado em contratos firmados a partir de relações econômicas. Passado o fim da Idade Média a liberdade de escolha no contrato de casamento é permitida, surge então, outra forma de casamento que já é monogâmico, o casamento livre, pautado na escolha pelo amor ou afinidade ao companheiro.

Essa transição apresentada por Engels (1997) demonstra como o matrimônio e a família são construções sociais. Neste mesmo sentido, o autor Denis de Rougemont (2003), discute o casamento como construção social e moral imposta pela Igreja, pela arte e pela cultura. Sendo assim, o casamento é arraigado de fatores sociais que permitem mistificações principalmente pautadas no amor e felicidade. O autor ainda comenta que:

Em nossos dias, o panurgismo estético atinge uma força sem precedentes, desenvolvida de tal modo por todos os meios da técnica, e por vezes da política, que a escolha de um tipo de mulher depende sempre e sempre menos da aura pessoal, sendo da paixão é condicionada pelas estatísticas publicitárias. O homem que julga escolher "seu tipo de Mulher" está, na verdade, intimamente influenciado por fatores da moda ou da propaganda, ou seja, pela novidade (ROUGEMONT 2003, p. 379).

A construção do casamento e do amor ainda está permeada pela estética, aqui representada pelo autor como somente de posse feminina e que leva o homem a uma escolha física e não pessoal. Mesmo que saibamos que, muitas vezes, esta visão seja recíproca a mulher, que olha o homem somente a partir de sua estética, sabemos também que o casamento é transpassado por uma idealização feminina que é a da construção de uma família, a de uma 'família feliz'. Lembrando que essa construção não é necessariamente idealizada somente pela mulher, mas também pelo homem.

Essa construção que geralmente é relacional a mulher é dada pelo seu papel de gênero que também é socialmente construído. Esse papel de gênero permeia através do casamento uma idealização de ser mãe de família, de ter uma casa própria, uma condição social estável e boa, e tudo mais que possa se viver bem nos dias atuais. Lembrando que o papel de gênero feminino é relacional ao

papel de gênero instituído socialmente ao homem que é o de provedor da família. Sendo assim, a falta de cumprimento de ambos os papéis que são instituídos socialmente ultrapassam a fronteira que tange o amor e passam a ser observados como uma questão de sobrevivência tanto para o homem como para a mulher.

Rougemont (2003), neste sentido, coloca que o casamento é a destruição do amor, pois a união entre um casal permeia convivência, permitindo que não sejam mais observadas as singularidades existentes, e sim as diferenças através do não cumprimento dos papéis de gênero. A construção dos papéis de gênero ficam evidentes nas entrevistas realizadas em campo, onde 79% das mulheres têm sentimento negativo em relação à experiência do casamento. Esta relação a partir do grupo pesquisado fica evidenciado no gráfico 8:

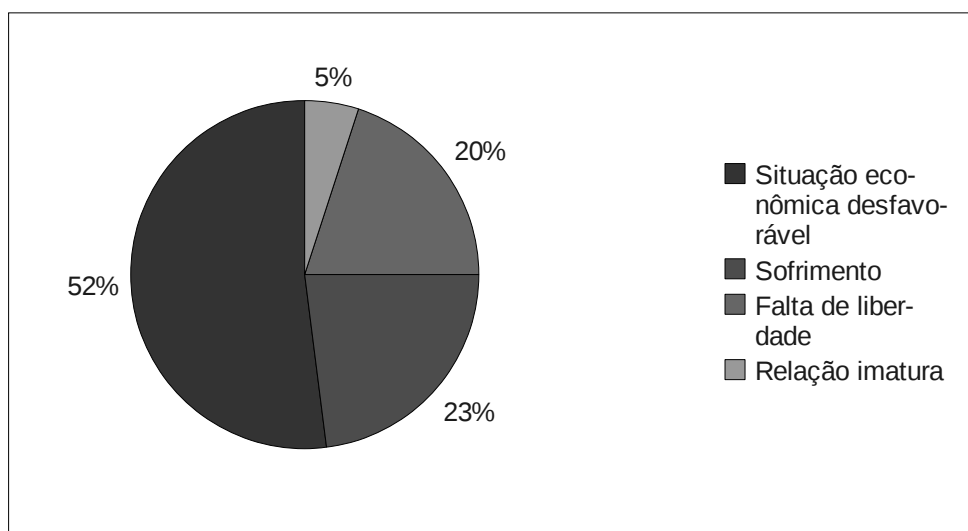


Gráfico 8 – Aspectos negativos das mulheres que passaram por dissolução conjugal relacionados ao casamento nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2009/2010

Organização: Przybysz, J

A situação econômica desfavorável está relacionada, na fala das entrevistadas, a partir do não cumprimento do papel masculino. Além disso, aparece com evidência à restrição da liberdade feminina por parte da autoridade masculina, o sofrimento e a imaturidade dos casamentos. A situação econômica desfavorável, atribuída ao papel masculino evidencia que a idealização de uma família não está

somente pautada no amor, mas também na manutenção básica de sobrevivência do grupo familiar. O ideal de casamento e de família está profundamente relacionado aos papéis de gênero e ficam evidentes na fala de Atena:

(...) e ele trabalhava por conta, às vezes tinha trabalho, emprego, às vezes não tinha, era aquela vida bem difícil, faltava... Às vezes chegava a falta as coisas dentro de casa... era só ele que trabalhava, ele não me deixava de maneira nenhuma. Chegava a falta as coisas pra nós, pra mim e pras crianças. Então, isso tudo foi uma soma, né? De, assim... uma soma de problemas que acabou resultando na separação, né?...³²

Nessa fala podemos perceber que há existência de uma expectativa feminina em relação ao cumprimento das obrigações do marido no que se refere ao trabalho, a manutenção da casa e em relação à liberdade feminina. Essa expectativa está ligada ao papel de gênero masculino que, inclusive, deve conseguir uma moradia. A existência do ditado popular 'quem casa quer casa' permeia este ideal dentro do casamento. O grupo focal demonstra que as condições de moradia eram importantes na relação conjugal conforme coloca Irene:

Moro muito melhor que antes, nossa! Maravilhoso, nossa! Eu sonhava há vinte anos ter uma casa, muito melhor, até, veja, eu fico pensando, por que não é minha, né? Porque, nossa, ele comprou uma vez, ele comprou tijolo, (falando do ex-marido) ele comprou aqueles Eternit e depois ele vendeu tudo (eu – vendeu porque) vendeu por loco, por que... De não ter apetite de fazer casa... de não ter vontade... de não ter vontade de fazer nada, daí vendeu, né?³³

O tipo de moradia das mulheres que passaram por dissolução conjugal segundo as evocações das entrevistas concentrava-se em 53% como alugadas e 47% como moradia cedida por terceiros. Essa relação de idealização da moradia perpassa por toda a conjuntura do casamento pois é na espacialidade da casa que a família acredita ter segurança e é também nessa espacialidade que, acredita-se na família feliz. Em relação à moradia com terceiros em 29%, as evocações

³² - Fonte: Entrevista realizada com Atena no Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 16/01/2010.

³³ - Fonte: Entrevista realizada com Irene no Jardim Jacarandá em Ponta Grossa – PR, na data de 31/10/2010.

evidenciaram que o casal morava junto com os sogros e em 71% as falas demonstraram que o casal residia nos fundos da casa da sogra.

Apesar de ser uma prática comum nos casamentos a moradia com terceiros, devemos sempre lembrar que a idealização do casamento perpassa pela casa. Certeau e Giard (1996), ao levar em conta o espaço privado a partir da especificidade da casa, como moradia, comentam a importância de se ter um lugar próprio, por mais que estes autores não demonstrem a sua relação com o espaço público evidenciam muito bem o quanto a importância da espacialidade da casa:

O território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das “artes de fazer” é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente. De tudo se faz para não “retirar-se” dela, porque é o lugar “em que a gente se sente em paz”. “Entra-se em casa”, no lugar próprio que, por definição, não poderia ser o lugar de outrem (p. 203).

O grupo social de mulheres investigadas na pesquisa possuem uma ideia de definição de papéis de gênero que envolve uma divisão do trabalho que separa os homens com sua obrigação de manutenção econômica da família e isso envolve a conquista da moradia própria e coloca o papel feminino como mantenedora do bem estar e dos cuidados cotidianos. Mesmo atualmente, com tantas conquistas femininas no mercado de trabalho e na política, há ainda no imaginário desse grupo uma forte relação entre a figura feminina e o espaço doméstico.

Os papéis de gênero instituídos por essas mulheres não são fixos e estão em permanente mutação. Butler (2003, p. 29) argumenta que: “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”. Assim, o gênero não existe em si, como algo material, mas como “uma complexidade, cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (p. 37).

Nesse sentido, os papéis de gênero instituídos historicamente e socialmente as mulheres e homens tornam-se reflexões primordiais quando pensamos a instituição das famílias dissolvidas. Fox e Murry (2000) comentam sobre a irreflexibilidade de pesquisas quando pensamos a família apenas como um dado sexual e não a partir de uma perspectiva de gênero. Pensar as famílias a partir do

gênero permite que possamos analisar a perspectiva familiar com outros olhos. As autoras ainda enfatizam que os estudos da família não são mais tratados de forma geral, pois geram uma neutralidade em relação à classe, gênero e raça, sendo que o tratamento mais específico em relação à família, prepondera estes conceitos tornando a problematização deste grupo focal ainda mais rica.

Os papéis de gênero dentro da família, segundo Fox e Murry, muitas vezes, são invisíveis aos olhos daqueles que acreditam ter um casamento perfeito, mas ainda continuam a existir. Nas entrevistas realizadas, essa divisão dos papéis de gênero é evidente em diversos pontos, como o cuidado com os filhos que em 56% das falas ficou claro que eram realizados somente pelas mulheres e em 44% das evocações eram realizados por ambos. Em nenhum momento as mulheres que faziam parte do grupo estudado colocaram que somente o pai cuidava dos filhos, mas sim, que apenas ajudavam no cuidado com os filhos.

O papel de gênero feminino socialmente construído está intimamente relacionado ao papel de mãe que envolve cuidados dos filhos em relação à alimentação, educação, saúde, entre outros. Badinter (1985) desconstrói o amor maternal e também a ideia da maternidade como instinto, assim como Rougemont (2003) desconstrói o amor entre um homem e uma mulher como algo natural. A forma como amamos está relacionado a cultura espacial e temporal. A autora coloca que ao longo do século XVIII, as mães entregavam seus filhos para amas de leite, pois devido à mortalidade infantil nesta época ser demasiadamente grande, as mães não queriam se afeiçoar aos filhos entregando-os as amas de leite até os quatro ou cinco anos ou entregavam seus filhos porque queriam ocupar-se mais da vida em sociedade e dos seus maridos.

Ao revelar esta parte da história, a autora complementa dizendo que não existe um instinto materno e sim uma construção do amor entre mãe e filhos, ao que ela chama de maternagem. A ideia de que todas as mulheres nascem para serem mães e que ao longo da suas vidas devem ter filhos e cuidá-los até atingir uma maioridade civil, nada mais é do que construir um papel de gênero relacionado e arraigado à mulher por toda uma história. Este papel de gênero de mulher e mãe leva-nos ao propósito de que os filhos são somente da mãe e não do pai, por isso os

cuidados aos filhos são, muitas vezes, estritamente femininos o que é demonstrado no grupo de mulheres que passaram por dissolução conjugal.

O cuidado com os filhos, com o lar em relação aos afazeres domésticos também é uma função estritamente feminina no grupo estudado, pois em 68% das evocações somente as mulheres realizavam essa função e em 32% das falas, o marido ajudava nos afazeres domésticos.

Assim, como no cuidado com os filhos há somente uma ajuda do marido, pois este não está ligado aos afazeres domésticos, ainda mais quando tratamos de uma sociedade patriarcal, onde o papel masculino é o de provedor da família. Cabe destacar ainda que a ajuda masculina em relação aos afazeres domésticos estão ligados em 47% das referências de fala das mulheres à ausência da esposa em casa, 27% a ajudas esporádicas nos afazeres domésticos, 13% por motivos de doença da mulher e em 13% das evocações não houve justificativa da ajuda masculina.

Esses dados nos revelam que a ajuda só é mútua quando há a ausência da mulher dentro de casa, legitimando o papel de gênero do marido de provedor das condições econômicas do lar. Neves Strey (2007) em seu artigo: “Gênero, família e Sociedade” argumenta sobre o “trabalho de homem” e o “trabalho de mulher”, para ele:

Embora as crenças sobre o trabalho apropriado para ambos os sexos tenham mudado bastante no mercado de trabalho, as sobre quem deve fazer o trabalho doméstico não-pago estão mudando muito mais devagar. É verdade que a maioria dos homens e das mulheres agora concordam que o trabalho familiar deva ser compartilhado. No entanto, poucos homens assumem igual responsabilidade pelas tarefas cotidianas dentro de uma casa (p. 29).

Esse mesmo argumento é feito por Sarti (2007), mas de maneira mais aprofundada, tratando especificamente das famílias de baixa renda em bairros de São Paulo. A autora evidencia que para este grupo, o trabalho é transpassado pela identidade feminina que é estabelecida através da moral de ver que ela cumpriu seu trabalho dentro do lar. Já para Sorj (2004), o trabalho doméstico é um “dote natural” (p. 107) das mulheres, pois estas o fazem em troca de seu sustento e que esta

identidade de trabalhadora doméstica desintegra muitas possibilidades de executarem outros trabalhos que não sejam ligados a esfera privada.

Esse papel de reprodução da família instituído à mulher além de englobar o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos, ainda é vinculado a educação dos filhos efetivando a ideia de que os filhos são somente da mãe e não do pai. No grupo focal de mulheres entrevistadas que passaram por dissolução conjugal, 77% das evocações trazidas nos discursos evidenciaram que somente as mães educaram os filhos durante o casamento, enquanto que 20% das referências discursivas colocaram que houve apenas uma ajuda do marido em relação à educação dos filhos e somente 3% das falas evidenciaram que somente o pai educava os menores. A relação de ajuda na educação da prole pode ser vista no trecho relatado por Althea e Demetra:

só eu, só que ele nunca deu um tapa nos filho né e eles tinham medo dele, ele nunca deu um tapa, mas eles tinham medo dele, até agora eles são (grande) né é só que agora as fiarada tão tudo grande né.³⁴

não, nunca se envolveu, nem tinha interesse de se envolver.³⁵

A relação que se estabelece entre o homem e a mulher no casamento tanto na educação dos filhos quanto nos afazeres domésticos e cuidado com os filhos, tem se mostrado de forma desigual no grupo estudado. Essa desigualdade que é promovida pelos papéis de gênero diferenciados de cada um, torna-se fator relevante na construção desta dissertação, pois estes papéis relacionais de homens e mulheres na família são produzidos e reproduzidos através do espaço.

Duncan e Smith (2002) ao trabalhar com a geografia da formação das famílias na Grã-Bretanha evidenciam que estas variam no tempo e no espaço e que tais variações têm implicações importantes nas expectativas normativas, nos comportamentos sociais e também nas políticas sociais estipuladas por cada país. Os autores também criticam que a Geografia das famílias produzida na Europa tem

³⁴ Fonte: Entrevista realizada com Althea no conjunto Jardim Jacarandá em Ponta Grossa – PR na data de 31/10/2010.

³⁵ Fonte: Entrevista realizada com Demetra no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR na data de 16/01/2010.

abordado este tema em escala nacional, sem levar em conta as dimensões regionais e locais relacionadas às desigualdades de gênero.

Assim como em outros países, no Brasil a desigualdade de gênero nas famílias também é negligenciada, principalmente em relação às espacialidades desta instituição que são importantes quando pensadas a partir da família como a base da sociedade brasileira. É, neste sentido, que tratamos das espacialidades das famílias que passaram por dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa no Paraná, evidenciando principalmente que estas estão relacionadas ao privado, mas que refletem o espaço público estabelecendo um contínuo entre ambos.

O espaço como evidenciado no primeiro capítulo é um conceito amplamente debatido na ciência geográfica e que na presente dissertação será entendido como reflexo, mediação e condição social. Nesse entendimento, o espaço não será pensado como estruturante e cristalizado nas formas urbanas e sim mediado através das relações de poder estabelecidas nas diferentes espacialidades, no presente caso, no espaço privado e no espaço público, através das dissoluções conjugais nas famílias pobres.

O espaço segundo Massey (2008) será importante para estabelecer a relação entre espaço público e privado a partir das dissoluções conjugais. Segundo a autora, o espaço é constituído através de uma tríade de inter-relações, multiplicidade e sempre em construção. Esta tríade vem legitimar o fenômeno das espacialidades das mulheres que passaram por dissolução conjugal quando pensamos no contínuo entre o espaço público e privado, ainda mais quando são somados aos papéis de gênero construídos na família.

Esses papéis de gênero no casamento podem ser pensados ainda através do espaço paradoxal trabalhado por Gillian Rose (1993) que se soma ao espaço enquanto relacional, múltiplo e sempre em construção tratado por Massey (2008). Rose (1993) coloca que vivenciamos múltiplas espacialidades de forma diferenciada, onde podemos estar, hora no centro e hora na margem das relações de poder, sendo estas vivências relacionais sempre ao outro, no presente caso a vivência do marido.

O fato das mulheres estarem relacionadas ao papel de provedora do lar as coloca em outra situação que irá apresentá-las como margem nas relações de poder

dentro do casamento, que é o lazer. Nas entrevistas realizadas em campo 41% das falas relatadas pelas mulheres demonstravam que não tinham lazer e 59% das evocações das mulheres evidenciavam que tinham lazer. Por mais que o percentual de mulheres que tinham lazer é maior do que o percentual de mulheres que não tinham lazer, deve-se levar em consideração o tipo de lazer feminino, que as coloca enquanto margem nas relações de poder dentro do lar. Segue gráfico 9, que evidencia o lazer feminino no casamento:

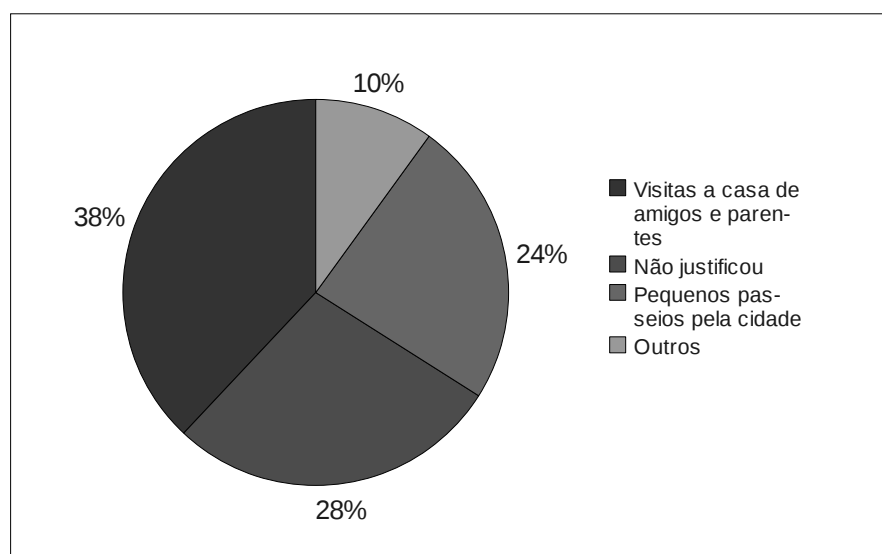


Gráfico 9 – Tipo de lazer feminino durante o casamento das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2009/2010

Organização: Przybysz, J

O gráfico demonstra que 10% das evocações das mulheres tinham o lazer relacionados a lanchonetes, bailes, entre outros, em 24% das referencias as falas não justificou o tipo de lazer, 28% relacionam-se a passeios pela cidade como parques e shopping, sempre acompanhadas dos filhos e 38% das evocações fazem menção ao lazer enquanto visitas à casa de amigas e parentes, mas novamente sempre na presença dos filhos.

A relação estabelecida entre o lazer no casamento se apresenta de forma diferenciada entre homens e mulheres, pois as mulheres se preocupam com os

afazeres domésticos e com o cuidado dos filhos antes de pensar no lazer. Além desta preocupação, ainda cabe aqui salientar que as mulheres pensam no lazer sempre em relação a seus filhos por isso 46% das falas relacionadas ao lazer feminino está ligado as espacialidades privadas, enquanto que 28% das falas referem-se as espacialidades públicas como parques, mercados, shopping, entre outros e em 26% das falas a espacialidade do lazer feminino não ficou evidente.

Neste sentido, o lazer feminino encontra-se enquanto margem, principalmente, quando tratamos de espaços públicos e privados. Mas para contrapor ao lazer feminino e, ao mesmo tempo, caracterizar efetivamente as espacialidades enquanto margem, evidenciamos os espaços ligados ao lazer masculino, onde 19% das falas das mulheres evidenciavam que seus maridos não tinham lazer e 81% tinham lazer.

As espacialidades relacionadas ao lazer masculino estão entre 24% ligadas ao espaço privado e 76% ligadas ao espaço público, cabe ressaltar que a relação entre o casamento e o lazer masculino é evidenciado através das vozes femininas, ou seja, esses dados são demonstrados através das falas femininas e não masculinas. Em relação aos tipos de lazers masculinos em 41% das evocações não houve justificativas em relação a estes, mas em 5% as falas relacionam o lazer masculino a casa de amigos e 54% evidenciam que o mesmo está ligado a bares, bailes e jogos de futebol.

Então, fica evidente neste trabalho que em relação ao lazer, a mulher é margem nas relações de poder, isso quando levamos em conta este enquanto espaço público. Outra evidência enquanto margem em relação ao lazer é o fato de muitas mulheres deixarem de sair, pois tem afazeres domésticos ou os filhos para cuidar conforme evidencia a fala de Megan:

Porque eu tinha que trabalha fora, lava, passa, cozinha, fazia economia na casa porque tava no começo de vida, né? E não tava assim sendo feliz por causa que, na verdade, eu amei muito e não fui amada, porque era parece um objeto, eu lavava, passava, cozinava, fazia comida, chegava tarde eu tinha que tá bem bonita, bem limpa, arrumada, esperando meu marido, sendo que muitas vezes, eu ficava até 3:30 da madrugada esperando uma pessoa que tava lá na lanchonete com moças mais novas do que eu, não mais bonita do que eu porque eu acho que beleza não é só física, a beleza mais importante é a interior e eu não fui valorizada por isso aí

*chegou uma época, né? Uma decepção muito grande, que ele engravidou uma moça, né? E eu peguei e segui minha vida, né?*³⁶

Esta fala demonstra que o peso da casa fica somente com as mulheres e que isso pode se tornar um impedimento para a realização de qualquer tipo de lazer, mesmo que seja somente para ir até a casa de amigos ou parentes. Para a mulher o trabalho da casa e o cuidado sempre está em primeiro lugar, enquanto que para o marido, cujo qual, tem mais acesso ao espaço público, esses fatores não são tão relevantes ainda mais quando estão relacionados ao papel da mulher.

A fala de Megan ainda caracteriza outro aspecto relacionado ao casamento que é a traição que esta geralmente ligada a separação do casal, mas não é somente este aspecto que é evidenciado no grupo focal estudado. A mulher significada enquanto dona de casa, a provedora do lar quanto aos cuidados e educação dos filhos e afazeres domésticos, idealiza um casamento feliz com um marido que traz o sustento da casa e condiciona a moral da família. Quando esta moral é quebrada tanto pela traição quanto por outros fatores como falta de sustento da casa, brigas, violência, controle do corpo feminino, entre outros, a mulher geralmente não suporta a pressão do casamento e acaba pedindo a separação e o ideal de casamento feliz cai por terra.

As separações no grupo de mulheres estão ligadas a uma série de fatores que são evidenciados no gráfico 10:

³⁶ Fonte: Entrevista realizada com Megan no Conjunto Jardim Jacarandá em Ponta Grossa – PR, na data de 22/05/2010.

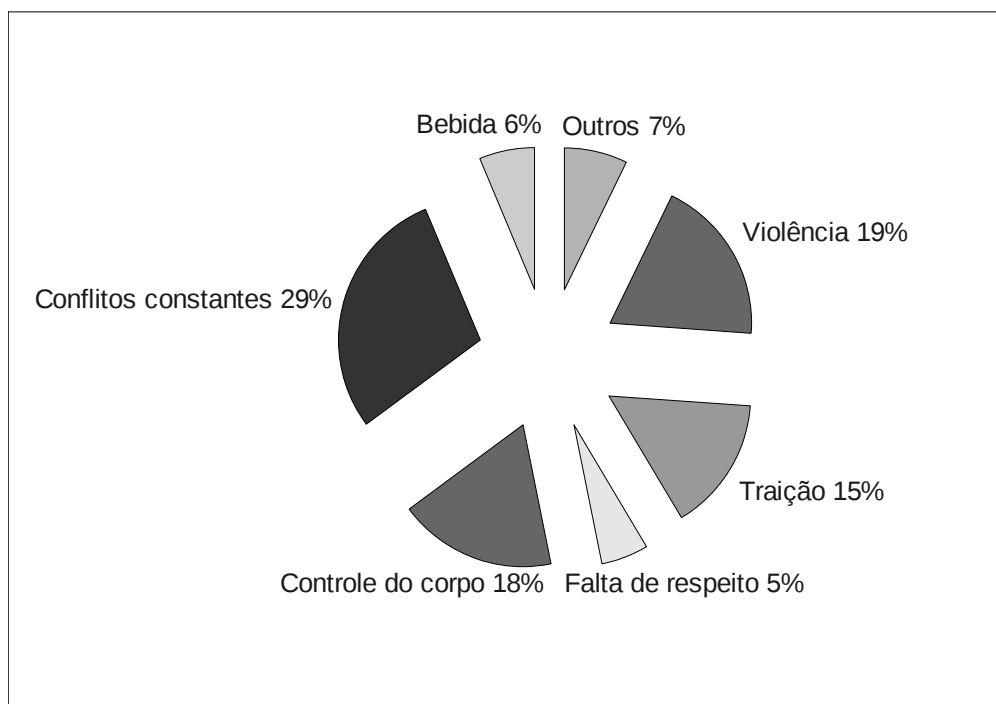


Gráfico 10 – Motivo das dissoluções conjugais relacionados ao grupo focal estudado nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

Os dados do gráfico demonstram os vários fatores que levaram a dissolução conjugal do grupo estudado, com maior concentração em 29% das falas das mulheres que estão relacionadas aos conflitos constantes entre o casal, esses conflitos dizem respeito a falta de ajuda nos afazeres domésticos, no cuidado com os filhos, nas saídas constantes a bares, lanchonete, entre outros e também a irresponsabilidade em relação à manutenção econômica do lar. Muitas mulheres colocaram que as brigas constantes entre o casal foram fazendo com que o casamento acabasse como coloca Kendra:

*A gente não se dava bem, né? Com o tempo foi se desgastando, né? Daí ele chegava do serviço estúpido, grosso. Daí não dava certo de ele fica ali, né? Daí os piá via muita briga, né? Daí preferi me separa do que deixar eles vê briga, né?*³⁷

³⁷ Fonte: Entrevista realizada com Kendra no conjugal Jardim Cerejeira em Ponta Grossa – PR, na data de 16/04/2010.

Muitas vezes essas brigas resultavam em violência doméstica que em 19% das evocações demonstraram que foi este o motivo da separação. A violência entre casais ainda é tratada como crimes menores pela sociedade e até mesmo pelas mulheres que sofrem este tipo de violência, pois se trata de um problema com características domésticas, onde deve ser resolvido no espaço doméstico. A Lei Maria da Penha vem diminuindo, de certa forma, a conformidade deste tipo de violência, principalmente entre as mulheres, mas a lei ainda não consegue efetivar seu objetivo, porque muitas mulheres deixam de denunciar este tipo de abuso, muitas vezes, por medo ou até mesmo porque dependem do marido.

Saffioti (2004) ao trabalhar com os dados da Fundação Perseu Abramo, onde por 15 anos foram entrevistadas mulheres sobre os mais diversos temas, coloca que a violência doméstica tem estreita relação com o patriarcado, onde a dependência feminina em relação ao marido faz com que essas mulheres ignorem este tipo de violência e que a liberdade por meio da autonomia feminina é uma forma de amenizar este tipo de problema.

Cabe salientar que a violência doméstica pode ser evidenciada de diversas formas, como violência física e verbal, tanto contra a mulher quanto contra os filhos, também devemos levar em conta a violência através da privação de liberdade e do controle do corpo feminino. A violência doméstica também é exercida pela mulher tanto contra os filhos como contra o marido, eximir esse fato é estar condizente com a fragilidade feminina que em muitos casos deixa de existir. Por mais que ainda se coloque o contraponto em relação à violência conjugal não somente exercida contra mulheres por homens, mas também contra homens por mulheres, o tema aqui estudado permite que se faça uma análise dos dados a partir da violência efetivada pelo marido.

Pode-se apontar então que, 11% das evocações evidenciam que as mulheres que sofreram violência, foram apenas em relação a ameaçadas de agressão, enquanto 22% das falas evidenciam violência verbal e 67% evidenciam a violência física. Ao indagar sobre a denúncia destas agressões, muitas mulheres colocaram que apenas dissolveram o casamento e resolveram não denunciar, outras colocaram que não valia a pena denunciar e apenas uma das mulheres denunciou na delegacia a violência sofrida.

Outro dado que se mostra relevante é que 39% das evocações das mulheres evidenciaram sofrer a violência no casamento, enquanto que 61% das falas demonstraram que a violência sofrida pelas mulheres por parte do marido se estendeu após a dissolução conjugal, esse dado evidencia que mesmo com o casamento dissolvido ainda há um controle da vida feminina pelo ex-marido.

O controle do corpo também é um dos motivos das separações, onde 18% das referências de fala mostraram que as mulheres não tinham liberdade, ou sofriam muito com o ciúme por parte do marido. Este motivo é relatado por Damra:

É que é a idade dele, que ele é bem mais velho que eu. Daí peso, né? Porque ele tá com quase cinquenta anos, eu com trinta e dois, né? Aí o ciúme começou demais, a possessividade demais, de não deixa eu saí, de não deixa eu conversa com as pessoas que eu conheço, né? Aí, né, a gente acabou que optando por ele seguir a vida dele e eu seguir a minha.³⁸

O controle do corpo feminino vem sendo debatido através da dominação de gênero, que para Apfelbaum (2009) tenciona o pensamento naturalista em relação ao homem e a mulher e também a homogeneidade entre essas categorias. Para esta autora a dominação de gênero neutraliza o dominado criando categorias hegemônicas como é o caso do controle do corpo feminino pelo homem, bem como a dominação de gênero constrói representações tanto do homem e da mulher que podem ser sentidas em diversas espacialidades e também no espaço público e privado.

Além do controle do corpo, 15% das falas ainda evidenciaram que o motivo principal das separações foi a traição, que já fora demonstrado anteriormente no trecho relatado por Damra. A traição está amplamente relacionada às espacialidades vividas por homens e mulheres, as quais são mais evidentes nos homens, justamente por terem mais acesso ao espaço público e consequentemente mais propensos a conhecer outras pessoas como coloca Althea em trecho de entrevista:

(...) que ele quando eu descobri bem que ele tava me traindo ele quis me bate, né? Ele me agrediu e daí que eu descobri que ele tava

³⁸ Fonte: Entrevista realizada com Damra no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 16/01/2010

*me traindo. Até eu fui atrás dele no clube e peguei ele com ela. Só que eu não fiz nada, né, porque pra mim não adianta, né, faze, né?*³⁹

Além da traição, 6% das referencias de falas colocaram que o motivo principal da separação foi a bebida. Sarti (2007) ao escrever sobre a moral na família pobre a partir de entrevistas realizadas na periferia de São Paulo, coloca que os papéis de gênero são centrais na organização familiar. O papel central masculino geralmente deixa de existir quando envolve a questão do alcoolismo, neste sentido, a autora argumenta que:

*Assim, para constituir a “boa” autoridade, digna da obediência que lhe corresponde, não basta ao homem pagar e botar comida dentro de casa e falar que manda. Para mandar, tem que ter caráter, moral. Assim, o homem, que bebe, perde a moral dentro da casa. Não consegue mais dar ordens*⁴⁰ (p. 63).

A autoridade masculina na família também pode ser evidenciada a partir da falta de respeito, onde 5% das evocações fizeram referência a este fator como motivo da separação. Muitas mulheres colocaram que quando não há mais respeito em um casamento, este está por se acabar. A categoria falta de respeito não foi relacionada a nenhum outro fator, somente ao fato de que o marido não respeitava mais a mulher e que por isso o casamento não poderia continuar.

A categoria outros, relacionada aos motivos da separação, englobam motivos como: má administração financeira, falta de ajuda financeira por parte do marido, falta de perspectivas em relação ao trabalho também por parte do marido, a transmissão do vírus HIV, entre outros. Os motivos da separação revelam intimidades do casal que geralmente são pouco explicitadas pelas entrevistadas, muitas vezes por não quererem mais voltar ao passado ou pelo simples fato de não confiarem as suas vidas a pessoas desconhecidas.

Esta seção evidenciou os elementos presentes na vivência espacial das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família na cidade de Ponta Grossa – PR até o momento da separação conjugal. As espacialidades relacionadas às vivências

³⁹ Fonte: Entrevista realizada com Althea no conjunto Jardim Jacarandá em Ponta Grossa – PR na data de 31/10/2010

⁴⁰ Grifo original da autora.

das mulheres que passaram pela separação evidenciaram as relações de poder colocando-as entre centro e margem na espacialidade da casa e do casamento, assim como demonstrou a idealização do casamento feliz a partir dos diferentes papéis de gênero que acabam se transformando em diferenças no decorrer do casamento ocasionando uma separação do casal pelo não cumprimento destes papéis.

2.3 – A divisão do trabalho entre os gêneros na família e as diferentes espacialidades.

Nesta seção, será discutido a relação entre a divisão de trabalho feminino e masculino na conjugalidade e seus papéis de gênero instituídos socialmente. O trabalho é mais que trabalho em si, está impregnado de valores sociais e os aspectos de gênero são fundamentais. O trabalho ligado a reprodução familiar é geralmente desvalorizado e executado, na maioria das vezes, por mulheres enquanto o trabalho considerado produtivo possui maior valor social e econômico, como evidenciam Hidalgo, Juliano, Roset e Caba (2003). Outras autoras como Sorj (2005), Alves Neto, Fasolo, Canever (2007), Sarti (2007), também vem estudando temas relacionados ao trabalho e as relações de gênero.

Na Geografia, Veleda da Silva (2000) traz interessantes contribuições sobre relações de gênero e trabalho. Segundo a autora, o trabalho relacionado ao gênero no Brasil passou a ser tema de pesquisa nos anos 70, tendo como referência tanto o espaço urbano como rural. Segundo Kergoat (2009) as feministas deram novos ares as pesquisas relacionadas a este tema, pois passaram a compreender as divisões no trabalho como relações de poder, onde prevalece o poder hegemônico masculino em relação às mulheres e que esta divisão é entendida pelas feministas através dos papéis de gênero socialmente construídos e que variam no tempo e no espaço.

A temática relacionada ao trabalho para Oberhauser (2003) é evidenciada principalmente a partir da “geografia da economia feminista” que se coloca a partir de três frentes relacionadas ao trabalho feminino. Primeiro, demonstra que os papéis de gênero na economia não são levados em consideração, colocando como similares as vivências de homens e mulheres nas relações de força de trabalho.

Segundo, a multiplicidade de relações sociais também deve ser levada em consideração, pois sofrem o impacto da economia, assim como também vão impactar essas mesmas relações econômicas. Terceiro, a influência metodológica relacionada às pesquisas de geografia econômica, devendo existir maior aproximação do campo de pesquisa (OBERHAUSER 2003).

O trabalho e suas relações de gênero podem ser analisados por diversas correntes, como a quantitativa, marxista e cultural. A vertente cultural, ligada aos simbolismos em torno do trabalho vem contribuindo com a compreensão das relações de gênero, enriquecido a análise com outros importantes elementos sociais como raça, religião, nacionalidade, idade e sexualidade.

Os papéis de gênero que são socialmente construídos se diferenciam temporalmente e espacialmente, podendo evidenciar fatos que não tem sido levado em consideração pela ciência geográfica brasileira. No Brasil, alguns autores como: Rosa Ester Rossini (1998), Susana Maria Veleda da Silva (2000), Joseli Maria Silva e Marcio José Ornat (2007), vêm contribuindo com a temática relacionada às mulheres e trabalho. Neste sentido, a temática do trabalho relacionada as famílias que passaram por dissolução conjugal é um tema importante para a Geografia, mas ainda é um tema ainda marginalizado.

É, neste sentido, que Veleda da Silva coloca que:

A Geografia brasileira, a exemplo da anglo-saxônica e espanhola, precisa estar atenta para esses novos movimentos sociais e lançar mão da categoria gênero como mais um instrumento de análise do social que, conseqüentemente, produz diferentes espaços geográficos. Incorporar as contribuições teóricas do feminismo e estudar empiricamente como o espaço é modificado por esses movimentos é tarefa emergente para quem quer compreender os novos espaços geográficos (VELEDA DA SILVA, 2000, s/p).

As relações entre as dissoluções conjugais e a reorganização familiar, enfatizando os papéis de gênero se colocam como um desses desafios para a geografia no Brasil. As mulheres pesquisadas evidenciam em suas falas que as suas espacialidades elaboram uma articulação entre o espaço público e privado, mesmo que essas articulações ocorram permeadas por vários tensionamentos. Um deles é o imaginário feminino em que os homens devem ser os provedores das

famílias, enquanto elas acabam fazendo essa tarefa sem ter estudo ou preparo para o mercado de trabalho.

Além do contínuo e do tensionamento evidenciado através das espacialidades público e privado de mulheres que passaram por dissolução conjugal, outro importante elemento torna-se evidente quando relacionamos o trabalho e a economia doméstica. As relações existentes entre estes dois fatores e a manutenção da família vêm desconstruindo o ideal de casamento e de família para muitas das mulheres do grupo estudado. Esta relação de desconstrução começa a ficar evidente quando se associa o papel masculino como provedor da família e o papel feminino como reprodução social.

No grupo estudado, constatou-se que, em 90% das falas de referência das mulheres os maridos trabalhavam durante o casamento, sendo que este dado segue um padrão já estabelecido no Brasil. Este padrão pode ser evidenciado através dos dados do IBGE, onde os homens são a maioria da população economicamente ativa que exercem atividades diferentes das mulheres. No mês de maio de 2011, essa taxa se encontrava em 66,7% relacionado aos homens, enquanto que a mulher representa 49% da população economicamente ativa e exercendo atividade. Esses dados demonstrados nesta sessão colocam o homem como central nas relações de poder, em relação ao trabalho rentável no lar, efetivando assim o papel de chefe de família ao homem e chefe do lar à mulher.

No grupo focal estudado esta relação também aparece a partir da fala de Irene:

Sim, a maior parte das responsabilidades era dele, tipo, a casa quem mantinha era ele, aí só a gente queria comprar uma televisão nova, aí eu entrava para ajudar a comprar, a gente queria vestir um quarto bonito para a menina porque na época eu só tinha a menina, porque eu me separei e logo em seguida, eu tive os gêmeos.⁴¹

A desconstrução das relações familiares desde o ideal de casamento até as relações de tensionamento entre o espaço público e privado a partir do trabalho começam a ficar evidente no grupo estudado quando 50% das evocações das mulheres referem-se ao trabalho de seus ex-maridos enquanto fixo e 50% das falas

⁴¹ Fonte: Entrevista realizada com Irene no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 23/01/2010.

faziam referência ao trabalho por dia. Esses dados não nos revelam muita coisa quando tratados sozinhos, mas quando permeados pela economia dentro da família começam a evidenciar essa desconstrução.

Apenas 14% das falas evidenciaram que a renda familiar era suficiente para a manutenção do lar, enquanto que 86% das evocações colocaram que a renda familiar era insuficiente. A idealização do casamento permeia o trabalho e a economia do lar, pois como já evidenciado anteriormente, muitas mulheres idealizam um casamento feliz, com filhos, casa e uma situação financeira boa para a manutenção da família.

O grupo entrevistado colocou que a renda era insuficiente no casamento principalmente pela ingerência do marido em relação as despesas da casa. Sarti (2007) coloca que a mulher pobre⁴² além de estar vinculada a reprodução social da família, ainda, gerencia o dinheiro que o marido traz para casa a partir de seu trabalho. No grupo focal estudado esta ordem é subvertida a partir da ingerência do marido em relação ao dinheiro conforme podemos verificar no gráfico 11:

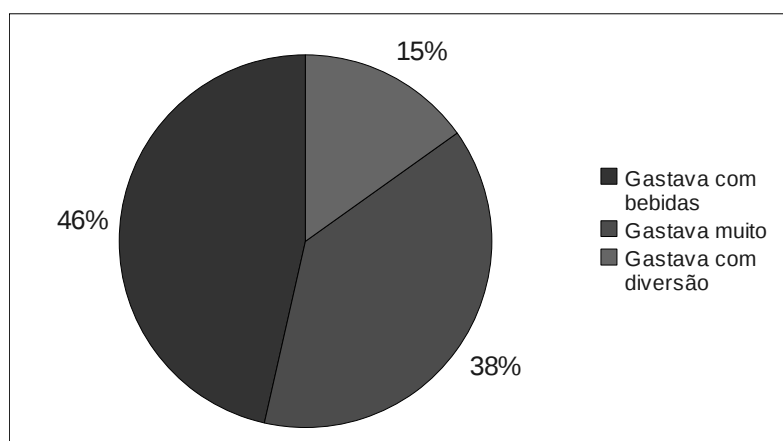


Gráfico 11– Má administração da renda familiar pelo marido durante o casamento com as mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

⁴² A autora utiliza o termo pobre no livro, pois foi assim que o grupo se autodenominou durante as entrevistas.

A ordem colocada por Sarti (2007) é subvertida, pois no grupo em tela, a renda diminui devido ao não remanejamento desta para as despesas da família. Por mais que em 90% das falas faziam referência de que o marido trabalhava durante o casamento, a renda desse trabalho não era revertida a manutenção do lar e sim para outros gastos externos, como: bebidas e diversão ou havia um excesso de gastos por parte do marido. A postura dos homens no grupo estudado sugere que os seus rendimentos não eram repassados para as mulheres o que dificultava a situação financeira do lar. Esse padrão pode ser visto na fala de Althea: *antes eu tinha, tinha, dava né, só que, ele fazia muita conta em bebida, né, era muita conta, demais, se ele soubesse leva, dava, né, só que, ele não sabia leva, né, muita conta, né?*.⁴³

Essa lógica coloca as mulheres em uma situação de abandono financeiro por parte dos maridos, levando-as a trabalhar fora para ajudar nas despesas da casa, ou até mesmo arcar sozinha com estas despesas. Sorj (2004) ao falar sobre o trabalho na família argumenta que a mulher está cada vez mais inserida no mercado de trabalho, não só para ajudar a família nas despesas da casa, mas também em busca de sua independência pessoal. Essa inserção se dá de forma desigual nas famílias que passaram por dissolução conjugal de baixa renda em comparação com as famílias que passaram pelo mesmo processo mas com renda maior, como já evidenciado no capítulo anterior.

No grupo em tela, muitas mulheres começam a trabalhar por não ter ajuda financeira do marido e preferem assumir sozinhas as despesas da casa enfrentando uma dupla jornada de trabalho, conforme evidencia trecho de entrevista com Aislin:

*Eu que trabalhava e eu que sustentava também sempre, porque o dinheiro que ele pegava, na maioria das vezes, era pro final de semana na casa da mãe, churrasco com os amigos... Sabe? aquela pessoa assim, que não tem responsabilidade com nada, dinheiro sabe, gastava no que quê, sabe? Então, era bem dize eu que sustentava a casa, pagava pra cuida deles (aponta para os filhos).*⁴⁴

⁴³ Fonte: Entrevista realizada com Althea no Jardim Jacarandá em Ponta Grossa – PR, na data de 31/10/2010

⁴⁴ Fonte: Entrevista realizada com Aislin no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 13/03/2010

Oliveira de Francisco (2011), ao escrever sobre o trabalho feminino no campo demonstra as mesmas tendências, que as mulheres têm dupla jornada de trabalho dentro e fora do lar, pois ajudam na subsistência da família produzindo e reproduzindo o espaço. A relação entre as mulheres trabalhadoras no campo tem íntima relação com as mulheres que trabalham dentro e fora de casa no espaço urbano. Lembrando que, essa constatação entre as mulheres que trabalham dentro e fora do lar, tanto no meio rural, como no meio urbano, não é uma relação de comparação, mas sim uma constatação geral em relação ao trabalho feminino.

Veleda da Silva (2000) evidencia que por mais que muitas mulheres estejam participando intensivamente do mercado de trabalho este ainda é marcado pelos papéis de gênero e pela indiscriminação da força de trabalho de homens e mulheres. Um exemplo claro é relacionado a renda salarial de homens e mulheres que pode ser verificado nas tabelas 4 e 5, do primeiro capítulo desta dissertação.

Neste sentido, pode-se evidenciar através das entrevistas, que 64% das falas fazem referência ao trabalho fora do lar e apenas 36% das evocações evidenciam que as mulheres não trabalhavam. Esse aumento pode ser demonstrado pelas pessoas de referência da família relacionadas ao trabalho, conforme é demonstrado pela tabela 13

Tabela 13 – Famílias residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência da família em relação ao trabalho no Brasil de 2001 a 2002.

Tabela 1942 – Famílias residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência da família									
Brasil									
Variável = famílias residentes em domicílios particulares (percentual)									
Sexo	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Homem	72,66	71,6	71,21	70,6	69,41	68,61	67,02	65,09	64,83
Mulher	27,34	28,4	28,79	29,4	30,59	31,39	32,98	34,91	35,17

Fonte e Organização: IBGE

Organização: IBGE

Este quadro demonstra um aumento significativo das famílias chefiadas por mulheres desde o ano 2001 até o ano 2009. Em uma escala maior não se pode generalizar que todas as mulheres que chefiam o lar passaram por dissolução conjugal, mas a constatação de que aumentou o número de mulheres que trabalham fora do lar para sustentar a família.

Das mulheres que não trabalhavam fora de casa nas entrevistas realizadas em campo, 61% das evocações colocam que os seus respectivos maridos não permitiam o trabalho fora do lar, 28% das falas não houve justificativas em relação ao motivo pelo qual as mulheres não trabalhavam durante o casamento, enquanto que 11% colocaram outros motivos como: filhos pequenos ou porque o marido pediu.

Atena, em seu discurso, coloca de maneira clara e enfática que seu marido não a deixava trabalhar, assim como havia um controle excessivo do corpo conforme demonstrado em trecho retirado da sua entrevista.

...era só ele que que trabalhava, ele não me deixava de maneira nenhuma...

Bom, na realidade ele só que trabalhava, porque ele me proibia de trabalhar, né...

...não podia trabalhar, não podia sair de casa, ficava assim, bem fechada em casa mesmo, só em casa...⁴⁵

O fato das mulheres não trabalharem durante o casamento, apesar da construção do seu papel de gênero como provedora do lar, denota que somente o marido trazia recursos para dentro do lar e que as mulheres não podiam ajudar financeiramente o que aumenta as possibilidades da falta de suprimento e condições básicas dentro de casa. Neste sentido, o trabalho fora do lar para a mulher se torna central, quando se verifica a falta de suprimentos, mas evidentemente não podendo fazer, aceitavam estas condições.

Das mulheres que trabalhavam, 38% das evocações evidenciavam que as mulheres tinham trabalhos permanentes mais informais, ou seja, trabalhavam nos mesmo lugares mas sem carteira assinada. No Brasil, a relação entre trabalhos com

⁴⁵ Fonte: Entrevista realizada com Atena no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 16/05/2010.

carteira assinada e trabalhos sem carteiras assinadas mostra uma relação interessante entre homens e mulheres.

Houve um aumento de carteiras assinadas entre os anos de 2002 e 2009 no Brasil, sendo que trabalhos com carteira assinada para mulheres teve um aumento considerável, mas ainda foi menor do que o aumento de trabalhos com carteira assinada para os homens. Nesta mesma perspectiva, houve uma diminuição de trabalhos sem carteira assinada entre os anos de 2002 e 2009, mas a diminuição é muito maior de trabalhos relacionados aos homens do que de trabalhos relacionados às mulheres. Este dado no Brasil pode ser somado ao do grupo estudado, pois todas as mulheres não têm carteira assinada mesmo que tenham um trabalho fixo.

O trabalho fixo durante o casamento das mulheres refere-se ao emprego doméstico, lembrando que este é historicamente ligado ao papel feminino. Pereira de Melo (1998) faz uma análise do serviço doméstico no Brasil nos anos de 1985 a 1995 a partir dos dados do IBGE. A autora evidencia que o trabalho feminino no Brasil teve modificações nestes anos, onde as mulheres passaram a trabalhar na indústria brasileira, e que apesar dos dados demonstrarem esta modificação no trabalho feminino, a atividade feminina que tem mais peso ainda continua sendo o trabalho doméstico remunerado:

A categoria trabalhadores domésticos é essencialmente feminina, mais de 90% dos seus trabalhadores foram e são mulheres e esta situação não foi alterada na década: em 1985 havia cerca de 3,5 milhões (93,57%) de mulheres para apenas cerca de 250 mil (6,43%) homens e em 1995 são 4,8 milhões (93,16%) mulheres para 350 mil (6,84%) homens (PEREIRA DE MELO 1998, s.p.).

O trabalho doméstico no Brasil vem absorvendo a população feminina de baixa renda e com pouca qualificação como é o caso das mulheres, do grupo estudado, que tinham trabalho fixo no casamento. O trabalho doméstico foi uma saída encontrada por essas mulheres para ajudarem nas despesas da casa ou até mesmo para assumir as despesas da casa, pois como já evidenciado, anteriormente, seus maridos não tinham um controle do dinheiro proveniente de seu trabalho. Este fato pode ser demonstrado no trecho de entrevista com Aislin:

(...) tanto que depois eu pensei comigo, sabe de uma coisa, eu vo ergue minha cabeça, não vo me entrega... eu procurei serviço, comecei a trabalhar de doméstica, aí foi a hora que eu ergui minha cabeça, o José⁴⁶ ia pra creche o dia inteiro e eu trabalhando.⁴⁷

Neste sentido, 38% das evocações mostram que as mulheres ajudavam nas despesas da casa a partir do trabalho doméstico fixo, mas sem carteira assinada. Mesmo assim, este dado ainda compõe a minoria das mulheres, pois 62% das falas das mulheres evidenciam que estas tinham trabalhos intermitentes e informais. Os trabalhos intermitentes estão relacionados a trabalhos por dia como diarista, carpinteira, vendendo salgados, entre outros. Pereira de Melo (1998) evidencia que 18,27% das trabalhadoras domésticas no Brasil nos anos de 1985 a 1995 trabalhavam em mais de uma casa, caracterizando um trabalho intermitente informal.

Existe uma relação muito grande entre o trabalho permanente informal e o trabalho intermitente informal nas famílias do grupo em tela, que é a ajuda financeira para o sustento da família ou esses tipos de trabalho são uma forma das mulheres conseguirem assumir sozinhas as despesas do lar, já que seus maridos faltavam com o seu papel de provedor da família. O não cumprimento do papel masculino em relação ao trabalho pode ser demonstrado na fala de Demetra:

(...) pois daí quando aparecia serviço ele ia trabalha por dia, daí eu também trabalhava, mais o benefício bolsa família, daí eu fui fazer meu cadastro lá, daí passei no cadastro, daí comecei a receber o bolsa família, é... é... a vida que levava por dia... trabalhava por dia, cada um trabalhava um poquinho aqui, um poquinho ali, quando aparecia pra ele, ele ia trabalhar porque trabalhava três dias depois parava porque ele bebia também né... daí era assim...⁴⁸

A fala desta entrevistada demonstra que o trabalho fazia parte de sua vida de casada, pois o marido nem sempre arrumava trabalho. O trabalho intermitente destas mulheres centrava-se, geralmente, no trabalho doméstico, mas também

⁴⁶ Nome fictício do filho.

⁴⁷ Fonte: Entrevista realizada com Aislin no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 13/03/2010

⁴⁸ Fonte: Entrevista realizada com Demetra no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 16/01/2010.

contavam com trabalhos pesados como de carpinteira e catadora de latinhas. Esta forma de trabalho é, muitas vezes, a única forma das mulheres conseguirem algum dinheiro rápido para sustentar sua família, muitas delas colocaram que trabalhavam de dia para conseguir comer a noite.

Neste sentido, pode-se evidenciar que não havia o cumprimento do papel de gênero masculino idealizado no casamento, colocando o restante da família em dificuldades e, conseqüentemente, levando a mulher a exercer o papel de provedora não só da reprodução do lar mas também da provedora econômica do lar. A inversão dos papéis de gênero no grupo em tela pode ser verificado no gráfico 12:

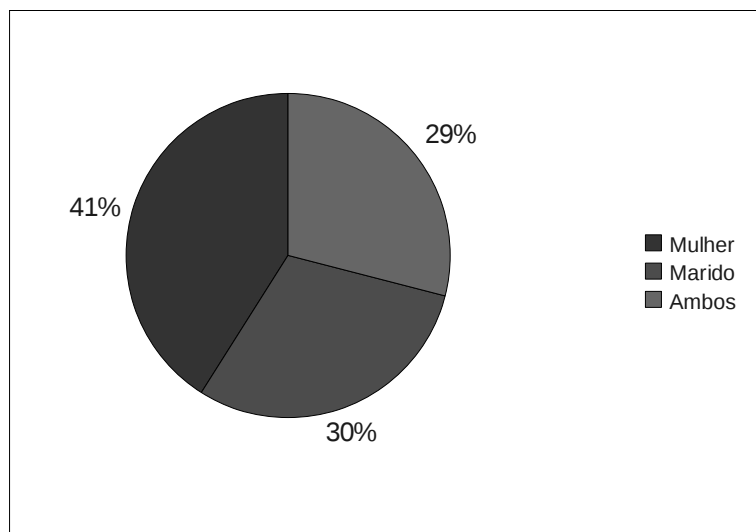


Gráfico 12 – Responsável pelas despesas do Lar durante o casamento das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com Maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

Como se pode verificar, o gráfico 12 nos revela um dado muito importante no grupo estudado, onde o peso da responsabilidade econômica do lar está majoritariamente em mãos femininas, em 41% das evocações, as mulheres sustentavam sozinhas o lar. Esse dado vem efetivando a dupla jornada de trabalho feminina dentro do lar, mas também revela a centralidade deste papel em relação as

atividades econômicas do lar. A mulher, enquanto central na espacialidade doméstica, em relação à economia do lar e central nesta mesma espacialidade em relação aos cuidados da casa e dos filhos, diminui o papel masculino em relação à família.

O papel masculino diminuto em relação à família, somado ao sentimento negativo das mulheres em relação ao casamento evidenciados no gráfico 8, faz com que o marido já não seja uma pessoa desejada dentro do lar tanto pela mulher quanto pelos filhos, sendo colocado como margem das relações de poder dentro da casa. Acredita-se que a centralidade do papel feminino e o margeamento masculino nas relações de poder dentro do lar, levam aos muitos motivos da separação.

Pode-se observar que há uma desconstrução em relação ao ideal de casamento formado por essas mulheres no decorrer da vida, a partir do seu papel central, na economia doméstica e também na reprodução social do lar. Mesmo que em 29% das falas ambos trabalhavam a soma desses percentuais ainda faz prevalecer o papel feminino de provedora econômica do lar, pois em apenas 30% das referências de fala somente os maridos sustentavam o lar, lembrando que a incidência de mulheres que não podiam trabalhar porque o marido não deixava é muito grande como mostrado anteriormente.

Ao evidenciar a centralidade do papel feminino, enquanto provedora econômica do lar, encontra-se um problema relacional entre os espaços públicos e privados. A maioria das mulheres do grupo estudado é central em todas as relações de poder nas especificidades do espaço privado, mas são margem no em relação ao trabalho, pois o trabalho feminino está ligado geralmente a espacialidades relacionadas ao privado.

Os trabalhos relacionados ao espaço privado ainda são muito mal remunerados, sendo eles fixos e sem carteira assinada ou intermitente. Lembrando que nestas duas modalidades de trabalho, o peso maior encontra-se no trabalho doméstico, ligado a espacialidades da casa. Pereira de Melo (1998) coloca que a remuneração do trabalho doméstico é uma das piores remunerações de trabalho no Brasil e ainda coloca que:

Provavelmente, a oferta e os baixos salários pagos a essas trabalhadoras possibilitaram que as mulheres dos estratos de renda

médios e altos ingressassem no mercado de trabalho nas últimas décadas, sem que a sociedade criasse em contrapartida serviços coletivos de creches, escolas em tempo integral, atividades que diminuíssem em parte os encargos familiares com a socialização das crianças. Como as mulheres pobres não têm voz no cenário político, restaram-lhes as soluções improvisadas para a guarda dos seus próprios filhos, sem interferência do Estado. Como essas mulheres sempre trabalharam, seja no eito ou na senzala, a novidade atual é o exercício do trabalho fora de casa das mulheres da classe média (PEREIRA DE MELO 1998, s.p).

Os salários baixos dessas mulheres aumentam as vivências espaciais de mulheres de classe média, pois essas conseguem pagar os baixos salários podendo sair para trabalhar fora. Neste momento específico, pode-se verificar uma reprodução da pobreza destas mulheres da periferia mas também uma falta de tensionamento ao Estado no que tange a infraestrutura urbana afetando consequentemente as mulheres de baixa renda, conforme afirma a autora.

Sendo assim, a soma da falta do cumprimento do papel masculino e a baixa remuneração recebida por essas mulheres, resulta na reprodução da pobreza e periferização destas famílias. A periferização e pobreza destas famílias evidenciam que há uma produção e reprodução dos espaços públicos e privados consecutivamente ofuscando a dicotomização entre estas espacialidades, ainda mais quando a mulher é central nas relações de poder referente a reprodução social e a manutenção econômica do lar.

Nesta seção, foi demonstrado as relações entre o trabalho feminino e masculino durante o casamento. No grupo estudado, verifica-se que a maioria das mulheres trabalhavam para ajudar no sustento econômico do lar, pois seus maridos não administravam corretamente o dinheiro que recebiam dos seus trabalhos em relação às despesas do lar. Nesta perspectiva, a maioria das mulheres assumiam as despesas do lar tornando-se centrais nas relações de poder em relação à economia doméstica, mas periféricas em relação à remuneração do trabalho. Neste sentido, muitas mulheres como centrais nestas relações tensionam o espaço público formando um contínuo entre este e o espaço privado.

2.4 – A instituição da guarda feminina e suas implicações no desempenho do papel feminino.

Após a dissolução conjugal, um dos impasses para a família é a guarda dos filhos do casal. Na grande maioria das vezes, a guarda dos filhos é feminina e esse fato está profundamente relacionado com valores culturais que consideram as mulheres mais adequadas do que os homens para as tarefas de cuidados com crianças. Essa ideia tem consequências diferentes para cada um dos cônjuges.

A intensa feminização da guarda dos filhos é um fator histórico, pois está vinculada, principalmente, a visão naturalista da mulher enquanto mãe, como, se a mulher nascesse para ser mãe e que tivesse que viver intensamente e por toda a vida somente para o cuidado de seus filhos, desde o cuidado moral até o econômico. Badinter (1985) ao desconstruir o sentimento materno enquanto instintivo e natural, coloca através da maternagem, que este sentimento é socialmente construído, como já evidenciado anteriormente.

Por mais que Badinter (1985) venha desconstruindo o desejo 'natural' da mulher de ser mãe e de cuidar dos seus filhos, existe uma ideia socialmente concebida de que a mulher deve sempre cuidar dos seus filhos. Isto se reflete nas normas jurídicas e nas decisões dos casais no momento da separação. Em 96,3% dos processos analisados nesta pesquisa a guarda dos filhos ficou com a mãe. Nas entrevistas realizadas em campo 100% das mulheres tinha a guarda de pelo menos um dos filhos.

Nem todas as mulheres, entretanto, tinham a guarda de todos os seus filhos, por diversos motivos. Shannon, por exemplo, deixou os filhos do primeiro relacionamento com “pessoas conhecidas” para poder fugir das agressões do companheiro. Althea entregou um dos filhos a avó paterna. Apenas em dois casos os homens ficaram responsáveis pela prole do casal. O caso de Irene, em que dois filhos vivem com o pai e o de Trina que sofreu violência por parte do filho dependente químico e acabou entregando o filho ao ex-marido.

Contudo, apesar de haver filhos que não residem com as mulheres pesquisadas cabe ressaltar que 78,05% dos filhos estão sob a guarda feminina.

Alguns fatos são importantes quando relacionados a guarda dos menores ao papel materno, sendo que estes fatos podem ser verificados antes mesmo das separações entre os casais e até mesmo antes do casamento através do ideal de casamento. O ideal de família e de casamento feliz, que geralmente é vivenciada pelas mulheres, perpassa principalmente a vontade de serem mães. Sarti (2007) demonstra em seu livro “A Família como Espelho”, a idealização relacionada ao casamento:

Quem casa, quer casa, mas não apenas isso. O projeto do casamento, em que está implícita a constituição de uma família, é associado à ideia de ter filhos (Sarti, 1985a). É inconcebível formar uma família sem o desejo de ter filhos. A ideia de família compõe-se então, de três peças: casamento (homem e mulher), a casa e os filhos (SARTI, 2007, p. 72).

Quando acontece a separação, majoritariamente, a guarda fica com a mulher, tendo em vista a condição natural com que a mulher em seu papel de mãe é tratada pela sociedade, criando a falsa ilusão de que os filhos são da mãe e não do pai. Esta relação vem sendo observada desde a antiguidade, onde a sobrevivência de um grupo dependia da procriação e logicamente da mulher. Hidalgo, Juliano, Roset e Caba (2003) vão ainda muito mais além quando colocam que o ideal maternal ultrapassa a relação com a sobrevivência de um grupo, relacionando o papel materno ao mercado de trabalho. Segundo estas autoras:

Desde la segunda mitad del siglo XVIII, empezaron a proliferar las publicaciones que exaltaban el ideal maternal. Médicos, higienistas, clero, filósofos y políticos instaron a las mujeres a ocuparse personalmente de sus hijos, amamantarlos y cuidarlos con una entrega total. Por razones morales, religiosas, científicas y sociales se creó en las mujeres la obligación de ser, ante todo, madres. El principal argumento se centraba en la naturaleza y el amor espontáneo de las mujeres hacia sus hijos e hijas. Las razones que explican este cambio de mentalidad hay que buscarlas en la necesidad de resolver problemas demográficos y sociales como los elevados índices de mortalidad infantil que impedían garantizar la reproducción, propiciaba la valoración de los individuos como riqueza económica potencial (HIDALGO, JULIANO, ROSET E CABA, 2003, p. 240 e 241).

As autoras colocam que esses papéis ultrapassam a naturalidade e garantem através de construções sociais a produção ou em melhores termos a geração de mão de obra para as indústrias e também evidenciam a construção social relacionada aos papéis das mulheres mães. Neste sentido, podemos observar que o papel da mulher historicamente é relacionado a criação de filhos, mas como coloca Badinter (1985), Hidalgo, Juliano, Roset e Caba (2003) e muitas teóricas feministas colocam que este papel é socialmente construído.

A relação de cuidado com os filhos antes perpassavam a figura materna e paterna, mas, atualmente, muitas destas famílias não fazem mais parte das famílias consideradas heteronormativa. As diversas mudanças da família, no tempo e através do espaço, permitiu que outras categorias fossem vistas na sociedade como é o caso das famílias monoparentais, homoafetivas, sem consanguinidade, entre outras. As mulheres do grupo estudado entram no grupo das famílias monoparentais que são vistas como famílias formadas por apenas um dos cônjuges e os filhos.

As famílias monoparentais têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, com o aumento das separações e divórcios, mas não se pode deixar de lembrar que essas famílias podem ser formadas também pela viuvez, por mães solteiras, entre outros. Por mais que existam muitas outras formas de se estabelecer uma família monoparental não se pode deixar de lado o fato de que a maioria das famílias monoparentais são instituídas por mães e filhos. Os dados do IBGE no ano de 2000 registram que 3,6% da população brasileira são constituídas por mulheres que são responsáveis pelo lar, sem marido e com filhos, enquanto que somente 0,45% da população brasileira é constituída por homens sem cônjuge e com filhos.

Estes dados reforçam que as mulheres são as que majoritariamente ficam com os filhos. Quando se trata do tema guarda dos menores, logo se pensa em processos judiciais e intensos atritos em relação a quem deve ficar com os filhos, sendo que a guarda tem sido um tema intensamente debatido por juristas a partir do Direito de Família. Concerniani (2010) aborda esse tema a partir das representações sociais dos juízes em relação à guarda dos filhos após a dissolução conjugal, onde os juízes em sua maioria prezam pelo bem estar das crianças, mas estes também não ficam a contraponto das representações sociais.

A partir das entrevistas com os juízes, a autora pode evidenciar que as famílias monoparentais são em sua maioria relacionadas às mulheres em sua maioria pobres e que sofrem um descaso em relação às políticas públicas, assim como a partir das representações os juízes acusam que a guarda compartilhada é a melhor forma de não afetar os filhos com a separação, pois deve haver uma boa convivência em relação aos cuidados da prole mesmo sem o casal morar juntos (CONCERNIANI 2010).

Quando a autora faz uma análise das sentenças relativas a guarda dos filhos, os juízes demonstram certa imparcialidade sem pender para a monoparentalidade feminina. Esses dados evidenciados por Concernniani (2010) denotam que os juízes por mais que evidenciem a existência das representações sociais não favorecem os pais e, sim, os filhos, mas também demonstram que as famílias monoparentais são em sua maioria femininas e de famílias pobres, onde ligam esta monoparentalidade ao sofrimento e também a força que as mulheres têm em suprir as necessidades da família.

As mulheres do grupo estudado têm, em sua maioria, a guarda dos filhos, mas cabe aqui ressaltar que nenhuma entrou com processos judiciais específicos para regulamentar a guarda de seus filhos, os poucos processos de separação que as mulheres do grupo focal entraram por si só, já regulamentavam a guarda. Neste sentido, é evidenciado que nenhuma das mulheres teve problemas em relação à guarda de seus filhos, sendo este o menor dos problemas em relação à criação e educação dos menores.

A baixa escolaridade observada no grupo pesquisado é um fator que dificulta a empregabilidade que se torna necessária para a manutenção da família após a separação conjugal. Os homens, na grande maioria dos casos investigados abandonam o sustento econômico dos filhos. Isso está presente em 50% dos relatos.

As mulheres entrevistadas evidenciam que sofrem com mais intensidade a falta de infraestrutura urbana e serviços adequados, porque os filhos geram demanda de cuidado e tempo. O fato de trabalharem fora, ao lado da falta de creches, postos de saúde, escolas e ônibus colocam essas famílias em situação de grande vulnerabilidade.

O perfil de empregos possíveis para essas mulheres, após a dissolução conjugal é bastante precário. O gráfico 13 a seguir evidencia as condições de emprego e as principais atividades desenvolvidas por estas mulheres após a dissolução conjugal:

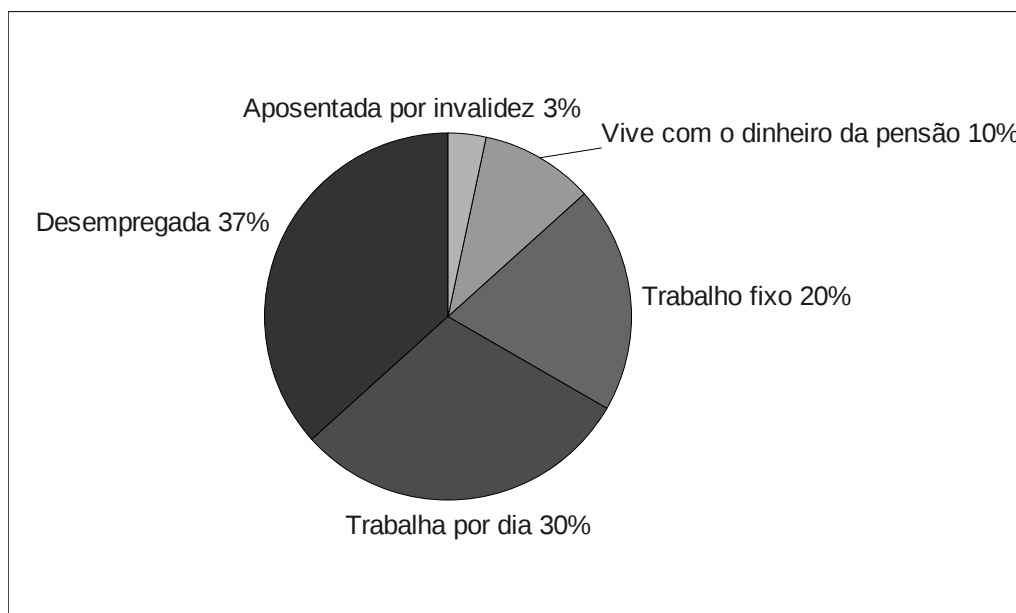


Gráfico 13 – Condições de emprego feminino e as principais atividades desenvolvidas pelas mulheres chefes de família após a dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

Um grande percentual, de mulheres, estava desempregada na época da realização da pesquisa, algumas sobrevivem com a ajuda recebida de outras pessoas como pais, parentes e até mesmo vizinhos. Todas elas estavam em busca de trabalho e uma das saídas mais comuns é o trabalho intermitente como diaristas. Apenas 10% dos relatos evidenciaram que a pensão dada pelo ex-marido ajudava o sustento da família. A grande maioria deles depende do próprio trabalho para a manutenção de si e dos filhos.

A negligência dos homens após a separação conjugal com relação aos seus filhos é algo que pesa sobre as mulheres. 51% das evocações sobre a presença paterna estiveram relacionadas ao descaso e ausência financeira e afetiva. 49% das

evocações estão relacionadas às pequenas quantidades em dinheiro de forma intermitente e a algumas poucas visitas aos filhos.

As famílias que se formam após a dissolução conjugal, sob a chefia feminina com poucos recursos de escolaridade e renda ficam bastante agravadas em situações de precariedade de serviços e infraestrutura. O grupo de mulheres entrevistadas são moradoras de periferias pobres e as precariedades das cidades acabam sendo mais um elemento a ser vencido por elas, além do sustento dos filhos e dos cuidados diários.

As chances de essas famílias melhorarem em relação à renda e condições de ascensão social são mínimas. Enquanto essas mulheres estão nas margens das relações de poder nas relações de trabalho e estudo, elas constituem uma importante centralidade na manutenção desse espaço privado. Assim, espaços privados e públicos estão relacionados de forma paradoxal.

Este capítulo analisou as espacialidades vivenciadas pelas mulheres, foco do trabalho e demonstrou que os papéis de gênero idealizados por essas mulheres na fase de conjugalidade, notadamente a dedicação ao grupo familiar, fragiliza suas possibilidades de no momento após a separação conjugal ter chances de ascensão social. A falta de estudo associada à pequena possibilidade de postos bem remunerados de trabalho, conjugados com a responsabilidade dos filhos, devido à guarda feminina dificulta ainda mais suas chances de crescimento econômico. A ausência paterna após a dissolução conjugal juntamente com a precariedade de serviços e infraestrutura das áreas de moradias agravam ainda mais a situação de vulnerabilidade dessas famílias. As suas vivências espaciais, portanto estão profundamente articuladas. Seus papéis de gênero, geralmente desempenhados na esfera do espaço privado as colocam com poucas chances no espaço público. Por outro lado, sua centralidade familiar mostra que nossa sociedade deve olhar para a forma de vivência dessas famílias para melhorar o espaço urbano como um todo.

CAPÍTULO 3 – MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DE PAPÉIS DE GÊNERO VINCULADOS ÀS ESPACIALIDADES FEMININAS NA RECONFIGURAÇÃO FAMILIAR

Este capítulo realiza uma análise das mudanças e permanências dos papéis de gênero vinculados às espacialidades vivenciadas por mulheres, após a dissolução conjugal. O espaço vivenciado por essas mulheres apresenta-se como móvel e tensionado pelas relações de poder, ultrapassando a ideia do espaço fixo. Assumir o papel familiar como chefe de família reconfigura sua vida cotidiana e os papéis por elas desempenhados.

As mulheres vivenciam múltiplas escalas espaciais de forma simultânea. A ideia da dicotomização do espaço público e privado é aqui ultrapassada pela ideia de vivência de múltiplas escalas espaciais em que se considera o espaço privado, a casa, o espaço doméstico como uma micro escala e o espaço externo, a cidade, como a macroescala. Essas escalas estão profundamente inter-relacionadas e interdependentes, impossíveis de serem compreendidas de forma segmentada.

O movimento interescalar das configurações espaciais e os tensionamentos vivenciados pelas relações de poder na situação após a dissolução conjugal é foco da análise do capítulo que se segue, tomando por referência os discursos emitidos por mulheres da cidade de Ponta Grossa que passaram por processos de dissolução conjugal.

3.1 - A relação entre escala no espaço paradoxal na superação da dicotomia entre as esferas pública e privada

O capítulo anterior resgatou as vivências das mulheres que passaram por dissoluções conjugais, trazendo o discurso sobre suas conjugalidades embebidas nos papéis de gênero que homens e mulheres desempenhavam. Foi evidenciado que as mulheres, apesar de terem suas atividades fora do ambiente doméstico, consideravam que o papel masculino deveria ser o de provedor e que sua função estava mais restrita à reprodução familiar. Esses deslocamentos entre o imaginário do ideal feminino e suas realidades mostram que a vida cotidiana dessas mulheres

não corresponde à mulher que tem como única referência espacial a casa, o espaço privado, embora que possam haver tensionamentos em que possa ser mais intensa sua vivência doméstica do que do espaço da cidade como um todo.

Esse desafio de conceber o espaço enquanto articulado foi possível pela via da análise escalar. Escala para esta dissertação é conceitualmente estruturada a partir de relações, relações estas vivenciadas por mulheres que passaram por dissolução conjugal tanto no espaço privado quanto no espaço público, não enquanto categorias distintas, hierárquicas, mas enquanto espaços que estabelecem um contínuo, ou seja, a escala micro espacial inter-relacionada com a escala macro espacial.

A escala geográfica tem se colocado enquanto um conceito fundamental na Geografia. Castro (1995) evidencia a importância de se pensar em escala nos trabalhos científicos da Geografia, para esta autora a visão sobre determinados fenômenos mudam de acordo com a escala em que se está trabalhando. Neste sentido, o olhar sobre as famílias monoparentais femininas a partir de uma escala geográfica micro espacial não seria o mesmo do que um olhar a partir de uma escala macro espacial. Muito mais importante que demonstrar o olhar a partir de uma determinada escala é pensar que as escalas formam relações umas com as outras, não categorizando fenômenos e deixando-os visíveis a partir de uma escala e invisíveis a partir de outra escala.

Sheppard e McMaster (2004) argumentam que a escala geográfica na década de 70 não era somente tratada como uma escala métrica entre dois pontos, pois começa a ser tratada enquanto uma construção social e enquanto um produto de processos sociais. Neste mesmo sentido, Marston (2000) em seu artigo *The social construction of scale*, coloca que a escala é estabelecida enquanto uma construção de inter-relações sociais, não sendo estas divisíveis em categorias ou pensadas a partir de hierarquias.

Essa divisão pode evidenciar alguns fenômenos mas também podem excluir outros fenômenos a partir do momento que não há relações entre as escalas. Pensar as famílias monoparentais somente a partir de uma escala micro espacial, sua existência fica visível só na espacialidade do lar, formando uma ilha em relação ao espaço urbano, notadamente não produzindo e reproduzindo esta espacialidade.

Neste sentido, a autora coloca que a construção de escala é um processo político e que seu entendimento está diretamente ligado ao entendimento das relações de poder existentes na sociedade, sendo assim, a escala é construída a partir de tensões entre forças estruturais, práticas cotidianas e vivências. Howit (1998) ao utilizar metáforas relacionadas a música permite que possamos entender as proposições relacionadas à escala geográfica. O autor coloca que o conceito de escala na história do pensamento geográfico sempre foi colocado de forma subentendida e proveniente de outro conceito, servindo como um conceito preso aos de espaço, lugar e ambiente.

Para Howit (1998) a escala é um conceito relacional aos outros conceitos da geografia não deve ser tratado com indiferença, mas também não deve ser tratado com primazia, sem esse conceito pode-se reduzir o pensamento geográfico a apenas uma faceta do mundo material e destruir a dialética que deve existir entre os vários conceitos da Geografia. O conceito de espaço e de escala para esta dissertação formam uma relação severamente perfeita, pois não há como pensar a inter-relação entre os espaços privados e públicos sem levarmos em conta o conceito de escala.

Sendo assim, os conceitos de espaço e escala formam uma dialética perfeita para desmistificar a dicotomia com que os espaços públicos e privados são tratados por muitos subcampos da Geografia. Mesmo sabendo que o espaço público reside com características próprias em muitas pesquisas, assim como o espaço privado também, para o grupo das mulheres que passaram por dissolução conjugal, trabalhar apenas uma escala de análise, torna este fenômeno invisível a uma macro escala e solitário em relação a uma micro escala.

Para entender melhor esta proposição, torna-se a utilizar como fonte Howit (1998). Para este autor, a escala pode ser vista a partir de três aspectos: tamanho, nível e relação. O primeiro aspecto, que é relacionado a tamanho, é sugerido pelo autor como a escala gráfica utilizada em mapas que são produtivas quando pensadas a partir de representações, análise e descrição, mas a escala enquanto tamanho reduz fenômenos somente a rótulos específicos, sendo passíveis apenas de ampla análise.

Já a escala, enquanto nível, é o que foi referido, anteriormente, ao ser coloca o espaço privado de um lado e espaço público de outro, estes espaços ao partir da escala enquanto nível pode também criar hierarquias. A dicotomização dos espaço públicos e privados ou da escala micro e da escala macro – local, regional, global – é uma metáfora importante para colocar a escala enquanto nível, como podemos evidenciar na figura 3, a seguir:

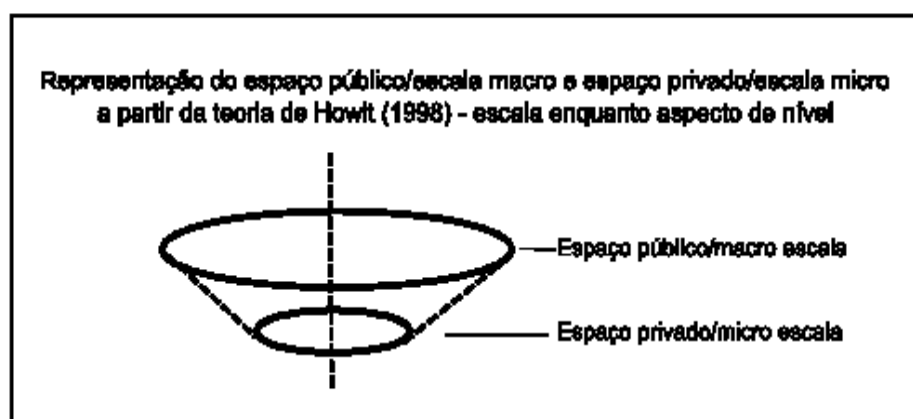


Figura 3 – Representação do espaço público e privado a partir da teoria de Howit, escala enquanto seu aspecto de nível.

Fonte: Howit (1998)

Organização: Przybysz, J.

Essa figura representa o espaço público/escala macro enquanto um nível maior e acima do espaço privado/escala micro, cujo qual se encontra abaixo do espaço público. Além da escala, enquanto nível, hierarquizar espacialidades ela também dicotomiza os espaços como podemos verificar na figura acima, onde as linhas tracejadas evidenciam que não há uma ligação legal entre as duas espacialidades como se não houvesse ligação alguma entre elas.

A escala, enquanto nível, é tratado por Howit enquanto secundária em seu artigo, mas aqui se torna elemento central apenas para evidenciar que a dicotomização entre os espaços públicos e privados deixam de evidenciar elementos de relação entre essas duas espacialidades. Já o terceiro aspecto de escala, tratado pelo autor é central para a construção desta dissertação, pois o autor trabalha com escala enquanto relacional.

Para Howit (1998) a escala, enquanto relação, não evidencia fenômenos enquanto níveis mas sim, enquanto uma dialética entre fenômenos. Esta dialética segundo o autor, é vista a partir de relações existentes não entre os níveis mas englobando aspectos culturais, geopolíticos, histórico, econômico, entre outros, neste sentido não se é observada a escala enquanto local, regional, global e sim as relações que envolvem essas totalidades geográficas.

A escala geográfica, de relações é demonstrada pelo autor a partir de metáforas musicais. Onde este considera que quando há mudanças na escala de uma determinada música, é alterada a totalidade dela e as relações existentes entre as várias notas musicais. Contudo, as notas permanecem as mesmas. Sendo assim, percebe-se que os elementos que estão presentes em determinadas escalas geográficas não são modificados e sim as relações existentes entre eles, consequentemente modificando as espacialidades destes elementos.

Na constituição da família monoparental, os elementos constituintes dessa relação não são modificados, pois o pai continua sendo pai e a mãe continua sendo mãe, o que há é um rearranjo destas famílias, as quais, constituem novas espacialidades, mas que são vivenciadas pelos mesmos elementos. E é na constituição dessas novas espacialidades que as mulheres majoritariamente ficam com a guarda dos filhos, tencionam o espaço público, o qual demonstra uma insuficiência de infraestrutura e de serviços sociais para abarcar essa mudança vivenciada pelas famílias que passaram por dissolução conjugal.

Contudo, essas relações que são visíveis no espaço público/macro escala, são reproduzidas pelas mulheres no espaço privado formando uma inter-relação entre estas espacialidades a partir de uma multiplicidade de acontecimentos e assim também acontece nas relações visíveis no espaço privado/micro escala. Sendo assim, os espaços público e privado são constituídos por inter-relações, por multiplicidades e estão sempre abertos e em construção, conforme coloca Massey (2008) e, a partir dessa mesma proposição pode-se observar que os elementos que compõem a escala geográfica e as relações existentes entre estes elementos, conforme evidencia Howit (1998).

As espacialidades vivenciadas por mulheres que passaram por dissolução conjugal são extremamente complexas e a construção conceitual de espaço a partir

de Massey (2008) e a escala a partir de Howit (1998) enquanto relacional, minimizam a dicotomização entre os espaços públicos e privados e não tornam esses sujeitos invisíveis em relação à produção do conhecimento e as políticas públicas.

Cabe, neste momento, ressaltar que há diversas discussões referentes ao espaço público, como se pode ver em Mitchell (1996), sobre as diversas abordagens referentes ao espaço público em cinco artigos publicados na *Urban Geography*, em 1996 e também em Goheen (1998) ao fazer um debate sobre duas perspectivas conceituais do espaço público a partir da cidade moderna. Essas discussões evidenciadas por estes autores são apenas algumas formas de se pensar o espaço público. Neste sentido, não se faz aqui uma discussão sobre esses conceitos, mas se evidencia a perspectiva relacionada ao espaço público e privado a partir do olhar das feministas como colocado por Assis (2009).

Para essa autora a dicotomização do espaço público e privado tem seu cerne no liberalismo conforme já foi evidenciado no primeiro capítulo desta dissertação. O liberalismo dicotomiza os espaços a partir do momento em que coloca o espaço privado enquanto “realização individual e exercício da liberdade” e o espaço público é onde “prevalece à neutralidade e a indiferença” (ASSIS 2009, p. 3). Sendo assim, o espaço privado é tratado como um espaço íntimo e o público enquanto um espaço de organizações liberais, onde somente há a existência da política e da justiça.

Mesmo evidenciando ricamente a dicotomização entre espaço público e privado a partir do liberalismo a luz das teorias feministas. A autora faz uma crítica a autores que tentam intervir na dicotomização das esferas públicas e privadas a partir da construção de novas esferas como em Honneth (2003) e Walzer (2003), evidenciando que:

Isso significa dizer que o problema presente na dicotomia público-privado não consiste nessa divisão, que, inclusive, se quiser, pode servir para classificar também as esferas propostas por Walzer e Honneth. O cerne da questão está em se definir, aprioristicamente, quais são os temas públicos e quais são os temas privados, o que pode ser discutido no espaço público e o que deve permanecer restrito e oculto na esfera privada. Essa definição compete aos atores sociais envolvidos na discussão pública e, portanto, para que

se supere os obstáculos advindos da rígida dicotomia sustentada pelo liberalismo, o relevante é a garantia de um espaço público aberto, inclusivo, capaz de abrigar uma multiplicidade de discursos e livre de instrumentos de dominação, sejam eles materiais ou simbólicos (ASSIS, 2009, p.15/16).

Mas, por outro lado, como visto na citação retro, a própria autora dicotomiza os espaços público e privado ao evidenciar que antes de tudo deve ser definido o que são temas privados e temas públicos e as espacialidades em que estes temas devem ser tratados.

Neste sentido, por mais que Assis (2009) venha criticar a precisão de se estabelecer novas esferas para neutralizar a dicotomização entre os espaços públicos e privados, compactuamos com as ideias de Arendt (2007), a fim de estabelecer um contínuo entre o espaço público e o espaço privado. Essa autora coloca que uma nova esfera, a esfera social vem dinamizar os processos inter-relacionais entre o espaço público e privado, garantindo uma inexistência da linha divisória entre estas espacialidades.

A contradição óbvia deste moderno conceito de governo, onde a única coisa que as pessoas têm em comum são os seus interesses privados, já não deve nos incomodar como incomodava Max, pois sabemos que a contradição entre o público e o privado, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social (ARENDT, 2007, p. 79).

Esse contínuo estabelecido pela esfera social em relação ao espaço público e privado pode ser evidenciado pelo campo de pesquisa a partir de recursos oferecidos pelo Estado como escolas, creches, lazer, hospitais, postos de saúde, também através do trabalho feminino, cujo qual na maioria das vezes é a mulher que sustenta o lar tanto antes quanto depois da separação, cuidado e educação dos filhos, entre outros.

O papel de mantenedora econômica da família, conjugado com o de reprodução social, coloca as mulheres em uma situação paradoxal, envolvendo inter-relações escalares com forte intensidade. As relações que realizam a mediação entre as escalas espaciais são permeadas pelo poder que posiciona as mulheres em

posições de centro e margem das relações de poder, como visto por Rose (1993) e Chimin (2009). Enquanto essas mulheres se tornam centrais no espaço da casa, podem ser periféricas no espaço de trabalho, pela sua baixa qualificação, por exemplo.

As inter-relações são verificadas a partir da infraestrutura, do Estado, trabalho, cuidado e educação dos filhos, economia doméstica entre outros, ou seja, através da própria sociedade que produz e reproduz as espacialidades do público e do privado. Essa produção e reprodução são fortemente verificadas a partir das diferenças entre os papéis de gênero de homens e mulheres na sociedade. Neste sentido, evidenciar os elementos que se modificaram e os elementos que permaneceram após a dissolução conjugal é de fundamental importância para que possamos demonstrar as relações de centro e margem vivenciadas simultaneamente nos espaços públicos e privados, pelo grupo estudado, a qual tenciona e ao mesmo tempo é tencionado por estas espacialidades.

3.2 - Elementos de mudanças e permanência dos papéis de gênero na reconfiguração familiar

A dissolução conjugal traz consequências diferentes para homens e mulheres e um fator fundamental é a guarda dos filhos que tradicionalmente é feminina, ocorrendo um distanciamento dos homens, notadamente nas tarefas diárias e de manutenção cotidiana. A ênfase dessa pesquisa se dá em torno das mulheres, já que são elas que arcam com o ônus. Esse elemento tem sido negligenciado, entretanto, pode-se considerar que ele modifica as espacialidades femininas de forma contundente.

Como foi demonstrado, no capítulo anterior, as mulheres que embasam essa pesquisa, dissolveram suas relações conjugais por vários motivos, constituindo novos agrupamentos familiares em que as colocam em papel central de suporte familiar.

Os agrupamentos familiares que se formam a partir de dissoluções em camadas de baixa renda trazem uma série de problemas que envolvem, além da situação econômica, as questões de gênero. Os papéis de gênero, instituídos

socialmente, são diferenciados pelos contextos espaciais e as periferias evidenciam que o imaginário feminino nas faixas de renda menos favorecidas ainda coloca as mulheres com uma forte centralidade na vida familiar. Mesmo porque, a falta de estudos e o mercado de trabalho precário são limites de conquista de autonomia dos papéis maternos e de esposa, já que o Estado pouco contribui para uma libertação de tarefas domésticas. A estrutura urbana é um fator limitante da libertação feminina nas camadas de baixa renda em que as residências são distantes dos locais de trabalho, o transporte é precário, as creches são inexistentes e as escolas são deficitárias.

A forma ideal de relação conjugal imaginada pelas mulheres pesquisadas com maridos provedores e mulheres donas de casa se desfaz no cotidiano de necessidades, em que elas acabam optando pela separação. Entretanto, isso afeta também os seus filhos, como evidencia o relato de Trina:

(...) mais eu, né, trabalhava de cedo à noite pá traze para dentro de casa e ainda apanhava dele, (risos) imagina... Eu e o filho apanhava dele, os dois mais velhos, por esses outros depois que eu separei, tem uma vida mais tranquila, né, tão estudando o piá e a menina, o piá de 12 e a menina de 11 tão estudando, o piá tá na quinta e ele reprovo e a menina já tá na sexta série, tão estudando. Agora os outros dois já não tiveram esta,... esta como que se diz... Esta oportunidade, que tiveram que me ajudar, lá no começo.⁴⁹

O grupo familiar se organiza contando com o trabalho dos filhos, ainda em momento de formação e coloca em risco as possibilidades de ascensão social da próxima geração. O momento de transição da situação de casamento para o momento de constituição da família monoparental feminina é relatado com grande sofrimento pelas mulheres, pois envolvem sentimentos de medo, insegurança e de certa forma, até de alívio pela liberdade conquistada.

Apesar de constatado, no capítulo anterior, que muitas dessas mulheres já exerciam algum tipo de atividade econômica, é importante ressaltar que elas consideravam seu trabalho como um “acessório” do trabalho masculino para o sustento da casa. Assim, o momento da separação traz outra situação para elas que é a busca por trabalho que viabilize seu sustento e de seus filhos. A fala de Althea é

⁴⁹ Fonte: Entrevista realizada com Trina no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de, 20/02/2010.

um exemplo do momento da separação e das carências que se colocam para o grupo familiar:

Porque eu tava desempregada, né? Daí, começou a falta as coisas, daí e atacando os nervos, daí, só nervo, né, daí, que minha nora arranjo um serviço pra mim, daí que foi beleza né, mas enquanto eu tava sem serviço eu não tinha nada e tinha que come, tinha que paga luz e água e não tinha como, né... (eu – E ele não te ajudava?)- não (e ele morava na mesma casa, na casa da mãe dele) na casa da mãe dele só que era no mesmo terreno, né, a dele era nos fundos e a da mãe dele era do lado.⁵⁰

A saída do homem do grupo familiar de baixa renda coloca essas mulheres como únicas provedoras e sua pouca experiência no mercado laboral é um grande desafio a ser vencido.

Já as evocações relacionadas às mulheres que já trabalhavam durante o casamento e que tinham a ajuda do marido nas despesas do lar ou sustentavam as famílias sozinhas, o trabalho torna-se elemento de permanência após a dissolução conjugal. Sendo assim, em 36% das evocações onde as mulheres não trabalhavam este vem a ser elemento de mudança na vida destas mulheres, pois estas começam a trabalhar, como evidenciado na fala de Althea, enquanto que em 64% o trabalho é elemento de permanência após a dissolução conjugal.

Mas não se pode levar em consideração apenas o trabalho em relação aos elementos de permanência e de mudança após a dissolução conjugal, as despesas domésticas também se tornam elementos fundamentais. Neste sentido, pode-se evidenciar que para estas mulheres que não trabalhavam há uma dificuldade não só em arrumar emprego, mas também em relação à economia doméstica que antes era gerenciada apenas pelo marido, sendo 30% das falas evidenciadas pelas mulheres, neste sentido em conformidade às falas pode-se colocar que a economia doméstica também é um elemento de mudança após a dissolução conjugal.

Assim como, vai ser um elemento de mudança para as mulheres que durante o casamento sustentavam junto com o marido o lar, sendo representadas por 29% das falas, ou seja, o elemento econômico também será de mudança, pois agora estas mulheres, durante a transição, sustentam sozinhas os lares. Diferente

⁵⁰ Fonte: Entrevista realizada com Althea no conjunto Jardim Jacarandá em Ponta Grossa – PR, na data de 31/10/2010.

das mulheres que sustentavam sozinhas o lar durante o casamento, sendo 41% das referências de falas, pois este elemento será de permanência. Este elemento de mudança na vida destas mulheres na transição entre separação e estabilidade, é colocado como difícil, como podemos verificar na fala de Kendra *eu vejo as dificuldades, porque leva uma família assim sozinha, é triste, é fogo, né? A tentativa é duro, você em dois, ainda você consegue equilibra e um apoia o outro*⁵¹.

Como é evidenciado, para as mulheres que tinham ajuda do marido ou para aquelas que o marido sustentava o lar a questão econômica é de grande peso, pois agora se veem obrigadas a sustentar o lar sozinhas. Já para as mulheres que eram responsáveis pelas despesas do lar a economia doméstica é um elemento de permanência, pois assim como antes continuam sustentando sozinha o lar, e mesmo assim há uma melhora na vida destas mulheres, pois não tem mais que sustentar seus maridos, como evidencia Trina⁵², no caso: *eu pego meu dinheiro gasto com nós aqui, né, não tenho que nem quando eu morava com ele, tinha que dividi, faze sobra, pra ele, mesmo que não sobrasse tinha que dar para ele, né?*

A relação econômica no casamento é um elemento fundamental para as mulheres como já evidenciado nas evocações que enfatizaram a situação econômica desfavorável como um aspecto negativo do casamento, sendo assim após o casamento em 57% das falas as mulheres colocaram que a renda familiar melhorou muito, enquanto que 43% das evocações femininas faziam menção de que a renda piorou após a dissolução conjugal. Neste sentido, por mais que muitas mulheres vivam em situação complicada, ainda sim, sabendo que a situação, muitas vezes, pode piorar pedem a separação para viverem sozinhas como os filhos.

Nas evocações relacionadas às mudanças após a separação, 87,5% destas falas evidenciam que a vida melhorou muito após a separação, enquanto que 12,5% das falas referem-se que a vida não melhorou, pois existe a necessidade de alguém para ajudar nas despesas do lar. Por mais que exista um momento de transição, logo após a separação até a estabilidade estas mulheres percebem que o melhor

⁵¹ Fonte: Entrevista realizada com Kendra no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 16/04/2010.

⁵² Fonte: Entrevista realizada com Trina no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 20/02/2010.

caminho é a separação para que possam viver com mais tranquilidade com seus filhos. Elas relatam que superaram o medo e a agressividade. Trina comenta:

Só que eu não tinha coragem de tomar uma decisão, de certo por causa de tanto apanha e de viver naquela vida ali, daí, eu sei lá, né... Daí, eu fiz amizade com uma lá, que fico minha comadre, depois que eu tive o piazinho, né, ela que começou a me alertar e a fazer que eu trabalhasse, seguisse em frente e não ficasse naquela ali, se eu me separar vai ser mais difícil, daí, ali eu fui cada vez mais, não fui ligando, se ele batia, deixava que batesse já tava curtida (risos) de apanha.⁵³

Quando as mulheres, então, aceitam o desafio da separação e de viver sozinhas como seus filhos, no momento de transição após a separação e entre a estabilidade, muitas conseguem se erguer novamente a partir da ajuda de outras pessoas tanto em relação com a moradia, como na própria economia doméstica. A ajuda de outras pessoas é muito presente na fala destas mulheres como fica evidente no gráfico 14:

⁵³ Fonte: Entrevista realizada com Trina no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 20/02/2010.

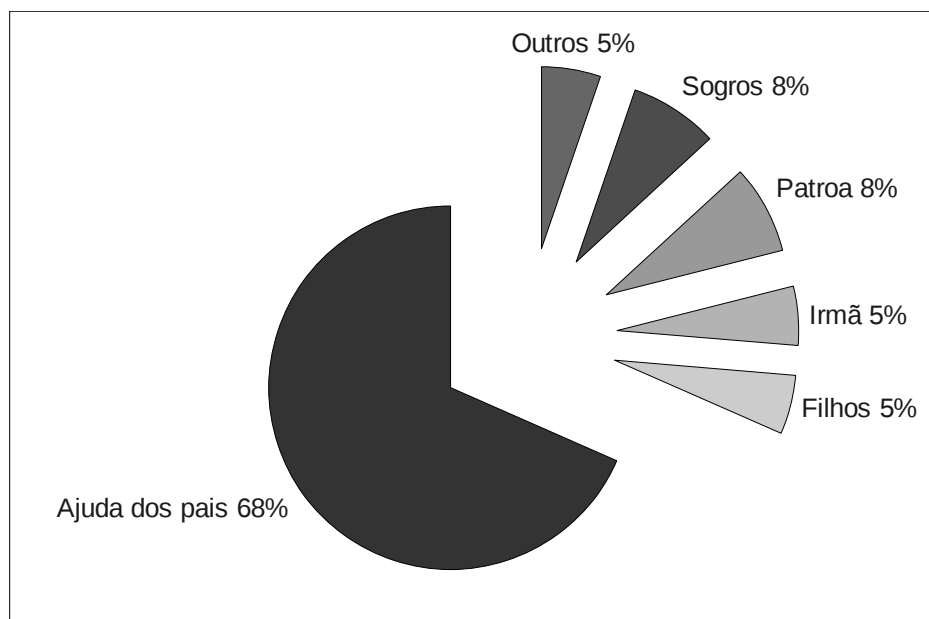


Gráfico 14 – Ajuda de terceiros no momento da transição entre a separação e a estabilidade às mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

Assim como nos processos judiciais analisados a ajuda maior que estas mulheres recebem é notadamente dos avós maternos dos filhos. Sarti (2007) ao fazer uma análise sobre “as relações através das crianças” coloca que estas são de responsabilidade de toda a família e não somente da mãe quando há a separação ou também em caso de morte. Para as mulheres que passaram por dissolução conjugal há esta ajuda, porque essas mulheres não veem outra solução e acabam voltando para a casa dos pais para que estes ajudem na criação de seus filhos, tanto na relação econômica, como no cuidado e educação, é neste sentido que Aislin comenta em entrevista a importância da ajuda dos pais tanto na decisão em relação à separação como após a separação:

Assim, meu pai e minha mãe me ajudaram mais, porque eles também não aceitaram aquilo, né, que eu tava passando. Tanto que, quando eu me separei, meu pai me ajudou a tomar, porque você sempre fica pensando: “ah, meu Deus, e meus filhos, e o que eu vou

fazer agora, o que vai ser de mim?" Né, sempre fica assim, né, então a decisão quem me ajudou a tomar foi meu pai e minha mãe, daí, eles começaram a me ajudar mais, ainda, né, que daí, que nem meu pai falou, né, quem aceitava o sofrimento era eu, né, então, a partir do momento que eu me separei, eu não tava mais aceitando aquela vida e foi onde eles me ajudaram mais.⁵⁴

As evocações das mulheres entrevistadas evidenciam que se forma uma rede de relações informais que acabam por auxiliar a família que se reorganiza. Fundamental é o papel de outras mulheres em relação à mulher que fica com os filhos em situação desfavorável. Demetra em sua fala demonstra com muita clareza este elemento de mudança na vida das mulheres:

Melhor do que a vida de casada... não, digamos, não quero dizer que com todos os homens, com ele, né, eu achava melhor fica sozinha com meus filhos, do que com ele, tipo assim, só eu com meu filho, alguma pessoa me ajudava, serviço arrumava mais fácil, né, porque quando você tem um marido que te ajuda, tudo mundo ajuda, mas se você tem um marido que tudo mundo vê que não vale o que a gente come, ninguém te ajuda, né... Não é assim, conta, as pessoas vê... Ah, ela tem marido, ela não precisa de ajuda, o marido que vá trabalhar, o marido que se vire e ela também que trabalhe... Agora, quando você não tem marido, eles dizem: Não, essa tá sozinha, tá batendo sozinha, então vamos ajudar.⁵⁵

A ajuda de terceiros está também intimamente relacionada a moradia, pois 86% das evocações demonstram que as mulheres logo após a separação abandonaram suas casas e foram morar com outras pessoas, enquanto que 9% alugaram uma casa após a separação e 5% das falas evidenciaram que ao se separar as entrevistadas continuaram morando com o marido, pois não tinham para onde ir. Neste sentido, pode-se observar que a moradia é um elemento de mudança na vida das mulheres.

A moradia com terceiros não está tão relacionada aos pais como foi evidenciado em relação à ajuda financeira e cuidado com os filhos, mas ainda a relação com a moradia está intimamente relacionada a família materna, como se pode verificar a partir das evocações no gráfico 15, a seguir:

⁵⁴ Fonte: Entrevista realizada com Aislin no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 13/03/2010.

⁵⁵ Fonte: Entrevista realizada com Demetra no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 16/01/2010.

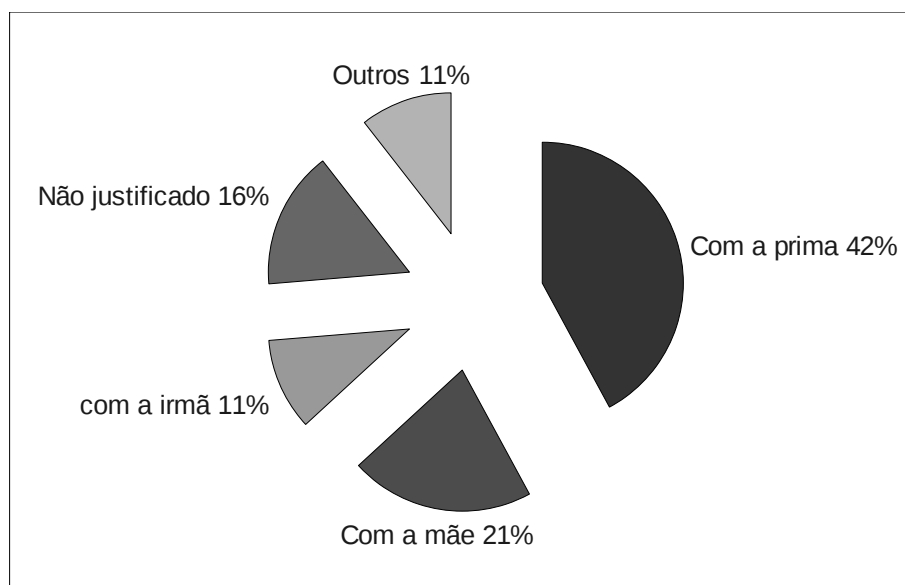


Gráfico 15 – Os tipos de relações na divisão de moradia com terceiros em relação as mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

Essa relação eminente da moradia com terceiros, pode evidenciar que a maioria das mulheres foram morar com primas, sempre ligadas a família materna, e mais uma vez reforçando o que Sarti (2007) coloca a partir das relações que acontecem sobre as crianças. Assim como há uma porcentagem maior em relação à moradia com a prima, as porcentagens relacionadas a residência com a mãe e com irmãs também se tornam importantes, pois ressaltam a importância da ajuda que as mulheres recebem logo após a separação.

Ainda houve evocações sem justificativa em relação à moradia com terceiros após a dissolução conjugal, a categoria outros está relacionada as falas de residência na casa de amigas, ou nas próprias casas onde exerciam o trabalho doméstico. Após este momento de transição, as falas do grupo investigado que demonstraram que a vida melhorou após a separação estão também relacionadas a garantia da casa própria, coisa que não foi possível quando estavam casadas. Atena

demonstra, a partir de sua fala, este momento de transição e a melhora que houve após a obtenção da casa na PROLAR:

É, aqui eu mora faz um ano, aqui eu consegui depois que eu me separei, porque depois que eu me separei, eu fiquei praticamente quatro anos morando... Um tempo eu morei... No começo com minha irmã, uma irmã minha, depois, uns dois anos eu morei nos fundos da casa do meu pai, uma casinha que ele tem nos fundos, pagava lá um aluguelzinho pra ele, morava lá e daí depois que eu consegui aqui, né? E aqui eu to tranquila, né, aqui é bem sossegado, tá bom de mora aqui.⁵⁶

Como se pode verificar a moradia é um elemento central e de mudança na vida destas mulheres após a dissolução conjugal, assim como a ajuda de terceiros também é no momento de transição até a estabilidade relacionada a nova configuração familiar. A moradia principalmente relacionada ao programa da PROLAR tem sido de extrema importância para essas mulheres, pois garantem casa própria com parcelas que elas conseguem fazer o pagamento todo o mês. Esta estabilidade permite que essas mulheres se sintam mais seguras principalmente em relação à criação de seus filhos.

A estabilidade relacionada a espacialidade da casa e a criação dos filhos, permeia a espacialidade da vila em que residem, onde as relações entre os vizinhos permitem uma vivência amigável e ainda mais tranquila, sem muitos problemas. Mayol (1996) em seu artigo sobre a espacialidade do bairro coloca que este é permeado por inter-relações entre seus moradores onde existe uma passividade de reconhecimento e de desconhecimento entre os seus moradores e para isso colocamos o nome de vizinhos. Para o autor, o bairro é a extensão da casa, onde não há somente relações entre objetos e sim relações de personalidade e impessoalidade, ficando evidente o vínculo entre o espaço público e o espaço privado.

O autor ainda enfatiza que:

Pelo fato de seu uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de

⁵⁶ Fonte: Entrevista realizada com Atena no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 16/01/2010.

continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo)... ... O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um *dentro* e um *fora*, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço. Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado (MAYOL, 1996, p. 42).

Como colocado pelo autor o campo de pesquisa demonstra que em 48% das falas das mulheres há uma relação positiva em relação aos vizinhos, onde existe um cuidado mútuo em relação aos filhos e a casa e também da própria vila. Esta relação de vizinhança ficou evidente em uma das entrevistas como verificado no diário de campo:

Quando terminei a entrevista de Edana, perguntei se ela sabia de alguma mulher que havia passado por dissolução conjugal ali na vila. Ela falou que conhecia Shannon e que era fácil encontrá-la e me explicou onde ficava sua casa. Quando cheguei à residência de Shannon, percebi que tinham duas mulheres na porta da casa da frente e perguntei se elas conheciam Shannon, coincidentemente era ela que estava ali, cuidando da vizinha Enid, que havia passado por uma cirurgia no coração e que acabara de receber a notícia de que seu filho mais novo havia sido preso por tráfico de drogas. Ambas me convidaram para entrar e a partir daí começou uma conversa com as duas mulheres. Uma conhecia muito a vida da outra, inclusive Enid pedia muito que eu ajudasse Shannon a resolver os problemas relacionados a emprego e aos processos de pedido de pensão. Neste momento, percebi também que o pouco de dinheiro que Shannon ganhava com trabalhos intermitentes, era porque Enid ficava com seu filho, pois a criança ficava somente meio dia na escola e para não ficar "jogada" na rua ficava com esta vizinha. (Diário de campo. Entrevista realizada com Shannon, Conjunto Jardim Alto Alegre em 20/02/2010)

Este breve relato de campo pode evidenciar uma das relações existentes entre as várias de vizinhança do grupo estudado. Entretanto, se deve lembrar que existe outro lado, onde 22% das evocações demonstraram que há um sentimento negativo em relação à vizinhança, porque há muito preconceito em relação aos

filhos e às próprias mulheres por constituírem uma família monoparental e principalmente por serem separadas.

Indo por um lado que desencontra o que Mayol (1996) coloca em seu texto sobre o bairro, 30% das falas evidenciaram que a relação com os vizinhos é indiferente, que apenas são conhecidos, mas que não há uma relação mais íntima na vizinhança. Essa relação de indiferença está ligada muitas vezes ao pouco tempo que as mulheres residem nos conjuntos habitacionais como é o caso do Jardim Cerejeiras e Jardim Jacarandá que são conjuntos relativamente novos perto do conjunto Jardim Alto Alegre, assim como está ligada também a falta de tempo, pois estas mulheres trabalham o dia todo.

Mas, mesmo que não haja tanta proximidade em relação à vizinhança ou o sentimento de indiferença tome conta destas famílias monoparentais, a partir da falta de tempo ou do pouco tempo de residência no local ou até mesmo ao contrário como coloca Mayol (1996), o bairro se transforma em uma continuidade do lar, como é evidenciado na maioria das evocações do grupo estudado. Essas relações positivas são tão intensas, a ponto de muitas mulheres não se sentirem somente felizes com suas vilas, mas também pelo fato de terem uma casa própria, independente do que a vila proporciona ou não, o que já é um grande passo para a vivência destas mulheres.

Porém, toda esta felicidade e segurança que é sentida por essas mulheres em torno da moradia própria, não escondem os problemas existentes nestas vilas que geralmente estão relacionados à infraestrutura. A moradia que é um elemento de mudança nesta nova organização familiar, notadamente um elemento essencial para a vida destas mulheres, mas as questões de moradia trazem também problemas relacionados ao espaço urbano, os quais são elementos de mudança na vida das entrevistadas.

Para uma mulher sozinha assumir um lar, presume mais responsabilidade em torno deste, do cuidado e da educação dos filhos e esta responsabilidade está intimamente relacionada ao espaço público, que deveria ser instituído de demandas não só habitacionais, mas também de escolas, postos de saúde, farmácias, hospitais, creches, entre outros. É, neste sentido, que o gráfico 16 vem demonstrando o que a vila mostra de positivo e o gráfico 17 demonstra os

problemas relacionados a vila de acordo com as evocações do grupo entrevistado, onde 40% das falas das mulheres evidenciam uma relação positiva com a vila e 60%, demonstram uma relação negativa:

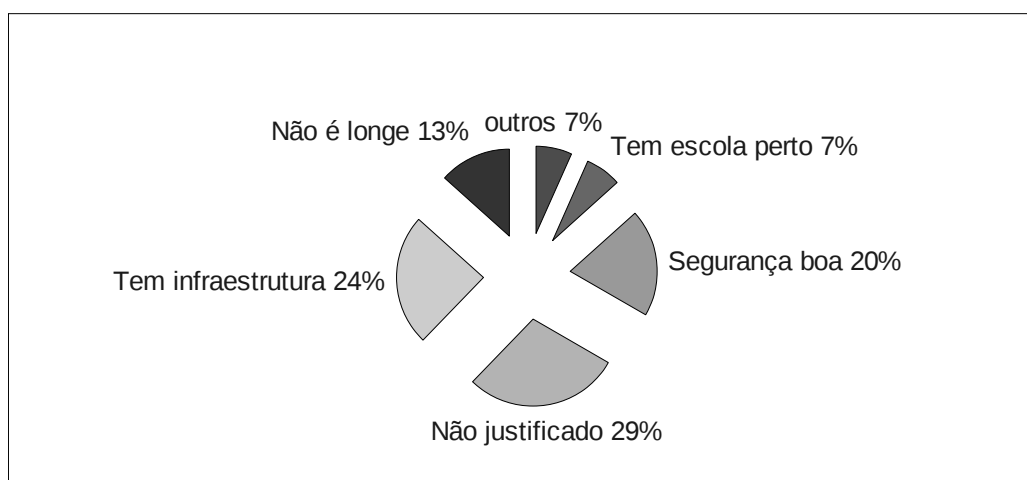


Gráfico 16 – Relação positiva com o espaço de moradia – vila – das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

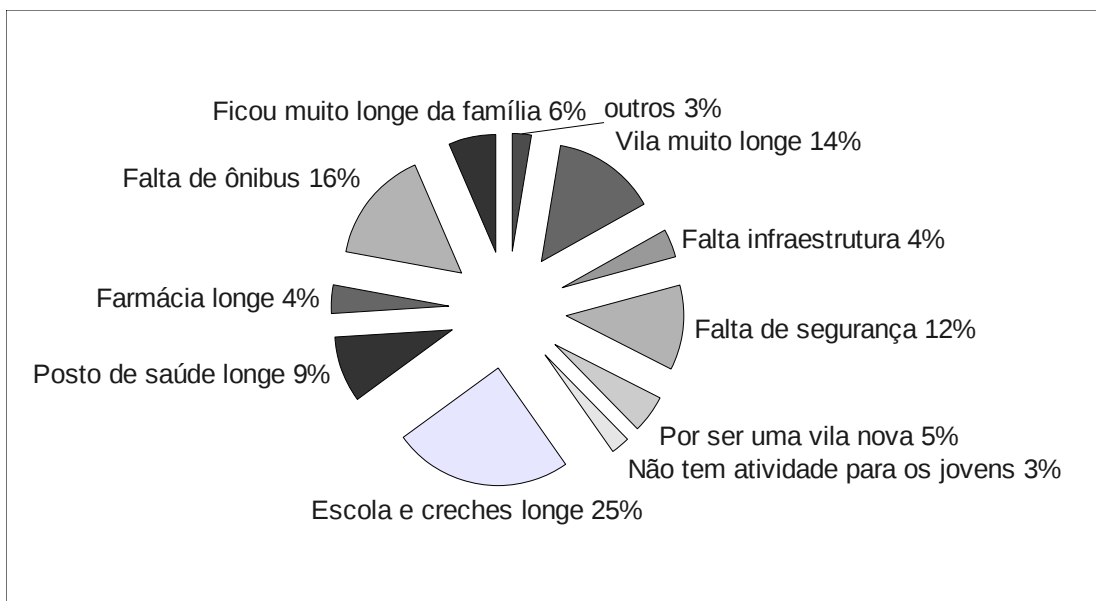


Gráfico 17 - Relação negativa com o espaço de moradia – vila – das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

O gráfico 16 evidencia que os aspectos positivos estão relacionados a infraestrutura, escola próxima a vila, proximidade ao centro, sendo que em algumas falas não houve justificativa em relação aos motivos de sua relação positiva com a vila e na categoria outros, as evocações demonstraram que é melhor porque fica longe do marido, porque na vila em que morava antes havia muita fofoca, entre outros.

A relação positiva com a vila reafirma a mudança de vida destas mulheres após a separação, mas não esconde a porcentagem maior das evocações que tem um sentimento negativo em relação a esta, onde há a colocação de que as entrevistadas gostam da vila mas que tem muitos problemas conforme demonstrou o gráfico 17. Esses problemas, como já evidenciado desde o primeiro capítulo da dissertação, estão relacionados a falta de infraestrutura, segurança, não tem atividades para os jovens, hospitais, creches, escolas, postos de saúde, farmácias

longe, entre outros. Bellona coloca em sua fala estas dificuldades relacionadas à vila:

A segurança não, não tem segurança, tem nenhuma, escola longe, posto de saúde longe, super complicado para mim que trabalho, tenho criança pequena, tenho que manda no ônibus sozinho, fico super preocupado com ele não tem outro jeito tenho que mandar ir para aula, não tem nem um transporte adequado para criança, mas se pelo menos se tivesse isso para levar as crianças.⁵⁷

Como se pode verificar na fala de Bellona a negatividade em relação à vila é intimamente ligada ao espaço público, ao espaço privado e ao Estado. Os elementos que foram demonstrados no gráfico são intimamente relacionados ao espaço público ou, melhor, são especificidades do espaço público, mas que afetam diretamente o espaço privado modificando as relações existentes nessa espacialidade. Neste sentido, a existência de uma divisão entre estas espacialidades afeta tanto uma quanto outra espacialidade, podendo ser o movimento também contrário.

As dificuldades vivenciadas por essas mulheres no espaço privado que estão intimamente relacionadas ao espaço público, faz com estas, por exemplo, fiquem horas em filas aguardando atendimento médico em postos de saúde que são, geralmente, longe de suas casas ou deixem de trabalhar para cuidar dos filhos, entre outros. Cabe aqui, ressaltar a relação existente entre drogas e criminalidade às famílias desestruturadas, que é naturalmente citada hoje em dia na mídia e levada em consideração nas diversas áreas do conhecimento.

Rauter (2011) demonstra em seu artigo sobre “As percepções da violência nas práticas profissionais de saúde: famílias desestruturadas, tiroteios e outras histórias” uma desconstrução do ponto de vista de alguns profissionais da saúde, sobre a ideia pré concebida de que a marginalização vem a ser um perfil de adolescentes que tem uma família principalmente monoparental. Para a autora, essa ideia é socialmente construída a partir do momento em que para estes profissionais a família ainda é aquela nuclear e patriarcal, então, tudo o que é novo é mal visto e mal compreendido.

⁵⁷ Fonte: Entrevista realizada com Bellona no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 20/02/2010.

Mas, neste mesmo caminho devemos observar que são essas mulheres, chefes de famílias de baixa renda que sustentam seus filhos sozinhas, sendo moradoras de áreas precárias e que ainda são culpadas por não “cuidar adequadamente” de seus filhos. O fato é que essas questões são de caráter público e não apenas de ordem privada. A sociedade como um todo é responsável pela forma com que essas famílias estão sobrevivendo, dentro de limitações e de direitos violados.

A estigmatização relacionada as famílias monoparentais pela própria falta do Estado afeta não somente o espaço público, mas o próprio espaço privado formando novamente um a continuação do outro. Neste sentido, se pode observar além das condições de infraestrutura, educação e saúde que foram colocadas através das falas das mulheres, que as coloca enquanto margem nas relações de poder relacionada ao público e central relacionada ao privado gerando um paradoxo em relação às vivências espaciais das mesmas, também se observa que as relações pertinentes a vila tornam-se elementos de mudança na vida destas mulheres após a dissolução conjugal.

Além da falta do Estado em relação a políticas públicas voltadas para estas mulheres. A falta do pai na vida dos filhos também é um elemento que deve ser considerado na reestruturação familiar. Este elemento pode ser observado a partir do cuidado com os filhos após a separação, onde 51% das falas colocadas a partir das entrevistas apontam que os pais estão totalmente ausentes na vida dos filhos após a separação e 49% evidenciam que os pais apenas “ajudam” no cuidado como os filhos.

Já o elemento relacionado a educação dos filhos após a separação não é um elemento de mudança, pois como evidenciado anteriormente ou não havia nenhum cuidado relacionado a educação para com os filhos em relação aos seus pais ou apenas havia uma pequena ajuda por parte deles. Mas um elemento totalmente novo passa a fazer parte da vida destas mulheres após a separação, tornando-se então um elemento de mudança em torno do cuidado com os filhos que é a relação com a justiça. Após a separação 56% das evocações relacionadas a justiça demonstram que as mulheres entraram como processos na justiça, sendo eles processos de Separação, Dissolução de União Estável e também os processos

de Alimentos e Execução de alimentos, enquanto que 44% das falas evidenciaram que não houve a entrada com processo na justiça.

Das falas relacionadas a entrada com processos na justiça 82% demonstraram algum tipo de experiência negativa, enquanto que 18% relataram uma experiência boa com a justiça. A experiência negativa em relação à justiça está relacionada a demora no andamento processual, abandono de causa por parte do advogado, falta de resolução do processo, que o processo nunca foi para frente, favorecimento ao pai dos menores, entre outros. Essas experiências negativas em relação à justiça são evidenciadas nos trechos de entrevistas a seguir:

Eu cheguei esses tempos, só que daí eu desisti, porque o advogado, ele saiu do negócio né, esses dias eu fui numa advogada e pedi informação, ela não sabia me informar se era certo ele parar com a pensão ou não (Edlyn).⁵⁸

Ah demoro!... Há sempre demora né... (Aislin)⁵⁹

O pessoal fala: pensão dá cadeia, dá nada! Se desse, ele tava preso. (Bellona)⁶⁰

A descrença na justiça não é apenas relacionada a estas mulheres, como se pode perceber nas falas acima, mas de um modo geral em toda a sociedade brasileira e não apenas ao direito de família e sim a todas as instâncias relacionadas ao sistema judiciário brasileiro. Andrade (2007) ao falar sobre o acesso à justiça no Brasil observa oito obstáculos relacionados a este tema são eles: “Custo de demanda”, “Custas judiciais”, “Honorários advocatícios”, “Impossibilidade das partes”, “Sistema processual”, “Instrumentos garantidores”, “Assistência jurídica integral e gratuita – Defensoria Pública” e “Juizados especiais”. Não cabe, neste momento, discutir sobre cada um destes elementos. Pois, todos estes elementos colocados pelo autor evidenciam os impasses que muitos têm em relação à justiça, inclusive as mulheres que passam por dissolução conjugal.

⁵⁸ Fonte: Entrevista realizada com Edlyn no conjunto Jardim Jacarandá em Ponta Grossa – PR, na data de 22/05/2010.

⁵⁹ Fonte: Entrevista realizada com Aislin no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 13/03/2010.

⁶⁰ Fonte: Entrevista realizada com Bellona no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 20/02/2010.

O que diferencia é que estas mulheres carregam em suas vivências os filhos gerados da separação, extremamente prejudicados por esses obstáculos no sistema judiciário e conseqüentemente carregam um sofrimento que para muitos é invisível, de um sistema jurídico falho.

Carregar sozinhas o sustento de uma casa e dos filhos também é uma opção das mulheres que não recorrem à justiça para garantir ajuda financeira aos pais de seus filhos. O gráfico 18, a partir das falas destas mães, podem evidenciar os motivos que levam estas mulheres a optar por seguir sozinhas suas vidas sem entrar com processos judiciais, principalmente no que tange aos filhos:

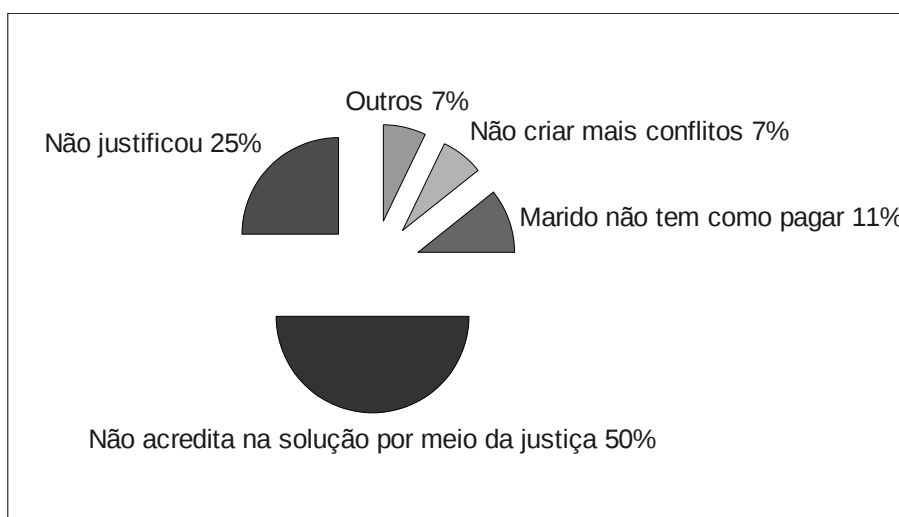


Gráfico 18 – Motivos que levaram as mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR, a não entrar com processos na justiça.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybysz, J

Como se pode verificar, os mesmos motivos que levaram as mulheres que entraram com processos na justiça e tiveram uma experiência negativa, são os motivos pelos quais muitas entrevistadas não recorreram ao espaço judiciário, pois 50% das evocações do grupo que não entrou com processos evidenciam que não acreditam em soluções por meio da justiça e preferem seguir sozinhas sem recorrer ao espaço judiciário após a dissolução conjugal. Mas o gráfico também evidenciou

que uma grande maioria das evocações não há justificativa em relação a não entrada com o processo na justiça, evidenciando que a realidade do sistema judiciário está muito longe da realidade que estas mulheres vivem.

Outro motivo evidenciado pelas entrevistas, em relação a não entrada com processos na justiça, é porque as mulheres acreditam que seus maridos não podem pagar uma pensão, onde há relatos que como antes do casamento já assumiam sozinhas a economia do lar, não faz diferença agora depois de separadas a ajuda do ex-marido em relação à pensão dos filhos. É, neste mesmo sentido, que 7% das evocações verificadas no gráfico as mulheres não pedem pensão aos maridos, porque não querem criar mais conflitos ou voltar a sofrer com estes, pois o casamento já está desfeito e não existem mais motivos para a manutenção de um contato entre o casal desfeito.

A categoria outros, está relacionada as falas de mulheres que preferem não entrar com processos judiciais porque ainda têm uma boa relação com a família dos ex-maridos, porque eles ainda pagam uma quantia mesmo que irrisória e porque têm medo de entrar com processos e a situação se reverter a favor do ex-marido. Os motivos relacionados às mulheres que não entraram com processos na justiça ficam ainda mais evidentes em algumas entrevistas realizadas em campo:

Não ih! corre pra não dá em nada, não compensa e ele mesmo falo que prefere a cadeia do que dá pensão pros meu filho. (Demetra)⁶¹

Que a justiça hoje é a mesma coisa que nada, né? Então, a gente fica com medo dos dois lados, né? Só que eu tento fazer tudo amigavelmente, já porque eu não quero... Porque a família deles já é muito de briga, muito de discuti, então, eu prefiro fazer tudo na paz, assim, conversando do pega tudo, porque tudo que a gente faz pra eles é ruim, sabe? Daí, eu prefiro fazer isso. (Kendra)⁶²

Não puxei ele em justiça porque nem tem como, o home na mesma hora que tá registrado, já não tá, daí que nem lá no meu serviço, eu tava conversando com a cozinheira, daí ele falou que hoje em dia a justiça, a lei tá todo mudada, é perigoso ele, como ele não tem um serviço registrado querer pensão de mim daí que eu “me dano” daí (risos) então melhor deixar pra lá, graças a Deus tô conseguindo dá o sustento para eles não posso dar do bom e do melhor mas o

⁶¹ Fonte: Entrevista realizada com Demetra no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 16/01/2010.

⁶² Fonte: Entrevista realizada com Kendra no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 16/04/2010.

necessário eu to conseguindo, então melhor deixe ele que viva a vida dele, a escolha foi dele, ele que preferiu que... (Trina)⁶³

Cabe ressaltar que por mais que a entrada com os processos não sejam somente relacionados ao pedido de alimentos, muitas mulheres relacionam a justiça com a pensão que deve ser recebida pelos menores, o que explica a grande quantidade de processos de Alimentos e Execuções de Alimentos investigados, como podemos verificar no primeiro capítulo desta dissertação. Sendo assim, a relação destas mulheres com a justiça tornam-se um elemento de mudança em suas vidas, e por mais que estas não entrem com processos, elas sabem de seus direitos, mas por motivos diversos preferem deixar tudo como está.

Em relação às evocações das mulheres também relacionadas à justiça, 50% das falas evidenciam que as mulheres não recebem pensão para seus filhos de seus maridos, sendo que apenas 26% das falas estão relacionadas ao recebimento de ajudas esporádicas relacionadas, enquanto que somente 24% das evocações representam um recebimento regular da pensão. Cabe lembrar que, das mulheres que recebem pensão, nem todas entraram com processos na justiça pois contaram com a compreensão de seus ex-maridos em relação ao cuidado econômico dos filhos.

Mas ainda sim, a porcentagem de evocações relacionadas as mães que não recebem pensão para seus filhos é muito grande, efetivando que muitas delas após a separação tendem a criar seus filhos sozinhas no que tange as relações econômicas, sem qualquer tipo de ajuda financeira do ex-marido ou até mesmo do Estado. Duncan e Smith (2008) em seu artigo *Geographies of Family Formations: Spatial Differences and Gender Cultures in Britain* fazem uma discussão sobre as políticas de bem-estar relacionadas aos diferentes tipos de família e evidenciam que na Grã-Bretanha as famílias monoparentais recebem ajuda financeira do Estado para criar seus filhos, mas que ainda prevalece a ajuda a famílias nucleares pobres.

No Brasil, este tipo de política é inexistente, pois o Estado não vem suprindo com as condições básicas como educação, saúde, infraestrutura, urbanização, entre outros, que dificultam as vivências espaciais desta nova reconfiguração familiar. Assim, como colocado pelos autores, no Brasil, o Estado apenas leva em

⁶³ Fonte: Entrevista realizada com Trina no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 20/02/2010.

consideração a família nuclear negando a existência das famílias monoparentais, assim como de outros tipos de famílias.

Sendo assim, pode-se afirmar que o elemento da pensão intimamente relacionado ao espaço judiciário é um elemento de mudança na vida destas mulheres. Mas não se pode apenas levar em consideração o tratamento econômico dessas famílias, principalmente dos filhos, mas também as questões que envolvem o carinho e a afetividade. Como já evidenciado após a separação os pais tendem a dar uma pequena ajuda nos cuidados com os filhos ou nenhum tipo de ajuda emocional, o que está intimamente relacionado às visitas para os filhos, onde 35% das evocações das mulheres chefes de família colocam que não há visitas dos pais aos filhos.

As questões relacionadas a não visitação dos filhos deixam evidentes que os filhos são mais da mãe do que do pai após a separação, efetivando o papel social da mulher de cuidadora, é como se o casamento acabasse e a filiação masculina também. Em contraponto 29% das evocações evidenciam que não são os pais que vão visitar os filhos e sim os próprios filhos que vão visitar os pais. Este dado nos revela que para que a convivência entre pais e filhos não acabe, muitas vezes, os filhos vão visitar os pais, até mesmo para que não haja constrangimentos entre o casal desfeito.

Entretanto, 25% das evocações evidenciam que os pais visitam os filhos, esta visita geralmente não acontece na casa dos menores, onde o pai apenas pega os filhos e os leva para outros lugares, evitando a espacialidade da casa da ex-mulher. Essas visitas, constantes aos filhos, permite um desenvolvimento da criança com ambas as figuras, materna e paterna, sem precisar criar nenhum tipo de sentimento negativo relacionado a nenhum dos cônjuges pela falta da presença de qualquer um dos pais. Os trechos, a seguir, demonstram as relações de visitas nos casamentos dissolvidos:

Ficou muito tempo sem visitar ela, né? E depois que ela cresceu, ela tava visitando ele (Edlyn)⁶⁴.

⁶⁴ Fonte: Entrevista com Edlyn no conjunto Jardim Jacarandá em Ponta Grossa – PR, na data de 22/05/2010.

Ele vem pegar ela, daí leva para casa dele, daí ela fica com ele, mas todo sábado ela tá comigo, foi determinado né, que eu não acho justo proibir ela de não ver ele, porque é pai né, o certo era uma vez por mês né, mas ela ama o pai dela, então a advogada falou assim, e ela sempre foi mesmo antes de ir no advogado, todo sábado ela tava lá e ficou assim todo sábado ele pega ela (Edana)⁶⁵.

Visitar, a visita dele quando ele tá assim sem nada, como é que se diz assim um teto, a vida dele é assim, na mesma hora que ele tem onde morar, ele já não tem, por causa que ele, eu não sei o que ele pensa e ele já não é mais um garoto, um adolescente, daí ele vem aqui qué que eu dê dinheiro pá pagar talão de água da onde ele mora, por que ele não paga daí vem exigir que eu de para ele né, o dinheiro, só que eu não do (risos) né, porque é impossível... Não dá nada nem um lápis uma borracha para o “fio” estuda, isso é tudo por minha conta não ajuda em nada (Trina)⁶⁶.

Apenas 10% das evocações evidenciaram outros motivos, como visitas que apenas acontecem quando o pai dos menores quer perturbar a família, quando o ex-marido quer dinheiro, ou ainda evidenciam que é melhor que as visitas não aconteçam para evitar problemas maiores, evitar a convivência entre os pais dos menores e também relacionam a visita com o medo que tem dos ex-maridos. A fala de Trina, acima, demonstrou esse tipo de acontecimento. As visitas para os filhos tornam-se um elemento fundamental nas vivências destas famílias, pois dela vai depender uma desvinculação total do casamento, mas não dos filhos gerados por este, mas também, para estas mulheres, as visitas não devem acontecer para que a paz dentro do lar seja mantida.

Neste sentido, quando questionadas sobre as relações com os ex-maridos após a dissolução conjugal 71% das falas referem-se a um sentimento negativo em relação ao ex-marido, sendo que desta porcentagem 57% das evocações demonstraram um sentimento negativo porque a relação entre os cônjuges é conflituosa e 43% porque há uma ausência de relação entre os pais dos menores após a dissolução conjugal, ou seja, ou os pais desapareceram, ou jamais conversaram após a separação.

⁶⁵ Fonte: Entrevista realizada com Edana no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 21/03/2010.

⁶⁶ Fonte: Entrevista realizada com Trina no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 20/02/2010.

Como, em geral, as mulheres têm um sentimento negativo em relação ao casamento dissolvido como já evidenciado em outro momento desta dissertação, a convivência conflituosa ou a falta de convivência após a separação é inevitável como podemos verificar nos trechos a seguir:

Sabe, ele vem aqui, ele é muito grosso, fala as coisas pra mim, daí tudo o que eu faço é errado, sabe?... Daí ele acha que eu to fazendo coisa errada e daí, eu preferi corta (Kendra)⁶⁷.

A gente não se fala, eu não vejo ele (Aislin)⁶⁸.

Mas por outro lado, 24% das evocações demonstraram que há uma relação positiva em relação ao casal separado, evidenciando que por mais que seja evidente a existência da separação ainda sim o ex-casal permite uma relação boa entre si, lembrando que esta convivência boa é relacionada a educação dos filhos. Apenas 5% das evocações colocam uma indiferença em relação ao ex-marido, pois tanto faz estarem em conflito ou estarem se relacionando bem após a dissolução.

Essa relação positiva ou negativa entre os pais afeta intensamente a vivência dos filhos ou pelo menos o sentimento relacionado ao pai. Nas evocações das mulheres entrevistadas foi evidenciado que 50% das falas relacionam um sentimento negativo dos filhos em relação ao pai, enquanto que 36% demonstram um sentimento positivo e 14% das falas colocam uma indiferença sentimental dos filhos em relação ao pai.

Em relação ao sentimento negativo dos filhos ao pai 71% das evocações evidenciaram desprezo, 14% evidenciaram raiva e 14% demonstraram medo dos pais. Esse sentimento negativo dos filhos em relação ao pai mostra-se importante porque estes não veem nos homens uma figura em que possam se espelhar, pois como já colocado anteriormente os motivos da separação principalmente quando envolve brigas e violência, marcam a vida destas crianças, assim como quando veem a luta das mães em sustentar a casa. Trina, coloca a relação dos filhos com o pai em sua fala:

⁶⁷ Fonte: Entrevista realizada com Kendra no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 16/04/2010.

⁶⁸ Fonte: Entrevista realizada com Aislin no conjunto Jardim Cerejeiras em Ponta Grossa – PR, na data de 13/03/2010.

*Eles viveram pouco junto, sabem, o tipo assim, que o pai era que o pai não ajudava com nada, e só queria para ele. Então, eles mesmo desprezam o pai.*⁶⁹

A fala de Trina reafirma as relações existentes entre os papéis de gênero instituídos socialmente, pois como ficou evidente o desprezo relacionado aos pais nesta fala é pelo não cumprimento do seu papel de gênero. Neste sentido, o sentimento tanto da mulher quanto o sentimento dos filhos tornam-se elementos de mudança na vida destas mulheres.

Sendo assim, esta seção pode demonstrar os elementos de mudança e de permanência na vida dessas mulheres após a dissolução conjugal, cujos quais podem ser visualizados através do trabalho, das despesas domiciliares, cuidado com os filhos, sentimento em relação ao casamento, ao marido e ao pai, moradia, ajuda de terceiros, relação com o ex-marido, pensão, justiça, visitas, renda, relação com a vila e com os vizinhos.

Esses elementos de permanência e de mudança são de fundamental importância nas novas relações espaciais vivenciadas por essas mulheres, pois é a partir deles que poderemos evidenciar a articulação entre o espaço público e o espaço, por meio da inter-relação escalar.

3.3 – A existência espacial articulada e multidimensional de mulheres chefes de família na periferia pobre.

Os elementos de mudança e de permanência nas vivências espaciais das mulheres que passaram por dissolução conjugal entrevistadas demonstram que a divisão entre o espaço público e privado torna-se inexistente, estabelecendo uma vivência espacial articulada, embora mutável em termos de relações de força. As mulheres e suas famílias têm sido tratadas como elementos apenas do espaço privado. Entretanto, se toda existência é espacial, as famílias monoparentais femininas, cada vez mais presentes em nossa sociedade, devem ser analisadas do ponto de vista científico e público.

⁶⁹ Fonte: Entrevista realizada com Trina no conjunto Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa – PR, na data de 20/02/2010.

Para Winchester (1990), ao discutir a marginalização e a pobreza das famílias monoparentais, a Geografia da família não vem sendo palco de discussões nesta ciência, neste sentido, a autora evidencia que o estudo relacionado as famílias na Geografia tem uma tendência de cair entre a geografia da população e a geografia social. Onde a primeira cai em estudos relacionados à migração, mortalidade e fecundidade, e que este estudo por parte da geografia da população ainda é pequeno pela falta de um conceito chave relacionado a família⁷⁰.

Já a geografia social para a autora apesar de estar interessada nas questões de bem estar, não tem um enfoque micro escalar em relação às famílias no máximo envolvem questões relacionadas a idosos. Sendo assim, podemos verificar que a geografia da família não é relacionada enquanto tema central na ciência, neste sentido, a autora ainda argumenta que:

One-parent families constitute one of the most rapidly-growing types of household in the industrialized developed world; however, the geographical distribution of one-parent families and their socio-economic characteristics remain largely unknown and unconsidered by geographers. The geography of one-parent families is important both at the empirical and the theoretical levels. At the empirical level, a study of one-parent families provides insights into the geographical implications of household change; it also provides evidence of the socio-economic and spatial marginalization of a growing group of households. At the theoretical level, the marginalization of one-parent families exemplifies the analysis of the feminization of poverty, related to women's dual role in contemporary western society. The relative deprivation and segregation of one-parent families has significance for socialist and feminist theory and policy. Furthermore, it has immediate material significance for the wellbeing of a large number of women and children (WINCHESTER, 1990, p. 70).

Pensar as famílias de baixa renda reorganizadas a partir da dissolução conjugal é fundamental para compreender o espaço urbano de forma articulada escalarmente.

A seção anterior, evidenciou que a dissolução conjugal das famílias de baixa renda colocam as mulheres em papel central em sua casa. Elas permanecem com os encargos de cuidado com os filhos e afazeres domésticos e devem ainda ser provedoras. Entretanto, mesmo que sejam centrais na organização de suas relações

⁷⁰ Para esta dissertação não levamos em consideração apenas um conceito de família, mas sim vários conceitos de família.

em casa, é no espaço público, outra escala que ela está na margem das relações de poder.

Assim se constitui um espaço paradoxal, onde em cada escala essas mulheres adquirem posições diferenciadas. A escola e os espaços de trabalho, por exemplo, elas são margem, mas é delas que a família depende unicamente, pois nem o Estado e nem o seu ex-companheiro partilham com ela a centralidade do cuidado da nova geração.

Na figura 4, podemos verificar essa relação paradoxal entre a espacialidade da casa e da escola.

O Espaço paradoxal como componente da educação, rentabilidade e produção econômica do lar das mulheres que passaram por dissolução após a dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa - PR

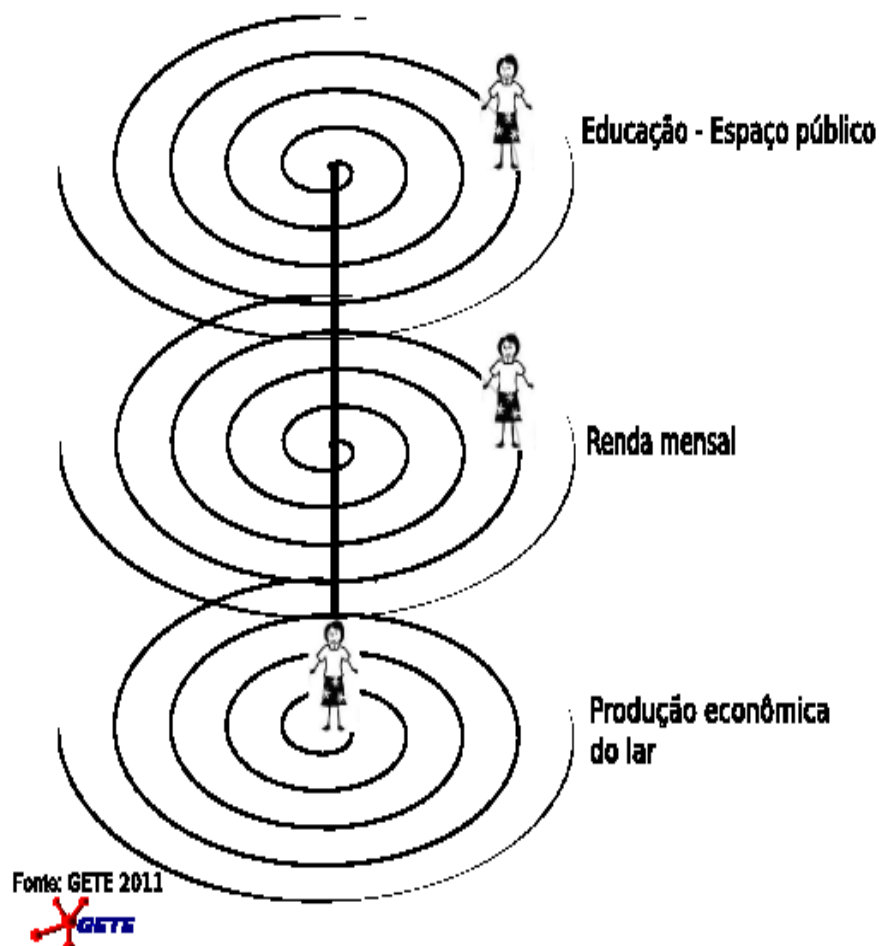


Figura 4 – O espaço paradoxal como componente da educação, rentabilidade e produção econômica do lar das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: GETE – Grupo de Estudos Territoriais

Neste sentido, fica evidente o contínuo estabelecido entre o espaço da escola – público - e o espaço do lar – privado. A escola é também um importante elemento da vida destas mulheres, assim como as creches. Após a dissolução

conjugal, muitas mulheres precisam de cuidados para com seus filhos para conseguir desempenhar o papel de mantenedora econômica da família. Elas continuam enquanto margem nas relações educacionais quando tratadas a partir de seus filhos, mas ainda sim são centrais no sustento da casa, tendo que, muitas vezes, deixar seus filhos sozinhos em casa, com terceiros ou pagar uma babá para que possam trabalhar, ou seja, novamente o público e o privado são inter-relacionado pela vivência espacial destas mulheres.

O trabalho é um elemento central na vivência destas mães, como já foi evidenciado acima, pois é a partir dele que estas vão sustentar a casa e também os filhos, assim estabelecendo um contínuo entre os espaços públicos e privados. Mesmo que muitas mulheres já sustentassem o lar sozinhas durante o casamento, ela ainda continua sendo margem nas relações de poder, mesmo antes quanto depois da separação.

A marginalização feminina em relação ao trabalho vem sendo discutida por muitos autores, pois sem qualificação e devido ao seu papel de gênero, muitas mulheres têm recebido menos que os homens, principalmente quando estas pertencem à periferia ou que tenha seus trabalhos ligados ao espaço privado. Neste sentido, pode-se evidenciar através da figura 5, o espaço paradoxal enquanto componente do trabalho e gerenciamento econômico do lar após a separação e durante o casamento.

O Espaço paradoxal como componente do gerenciamento econômico do lar durante o casamento e após a dissolução conjugal das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa - PR

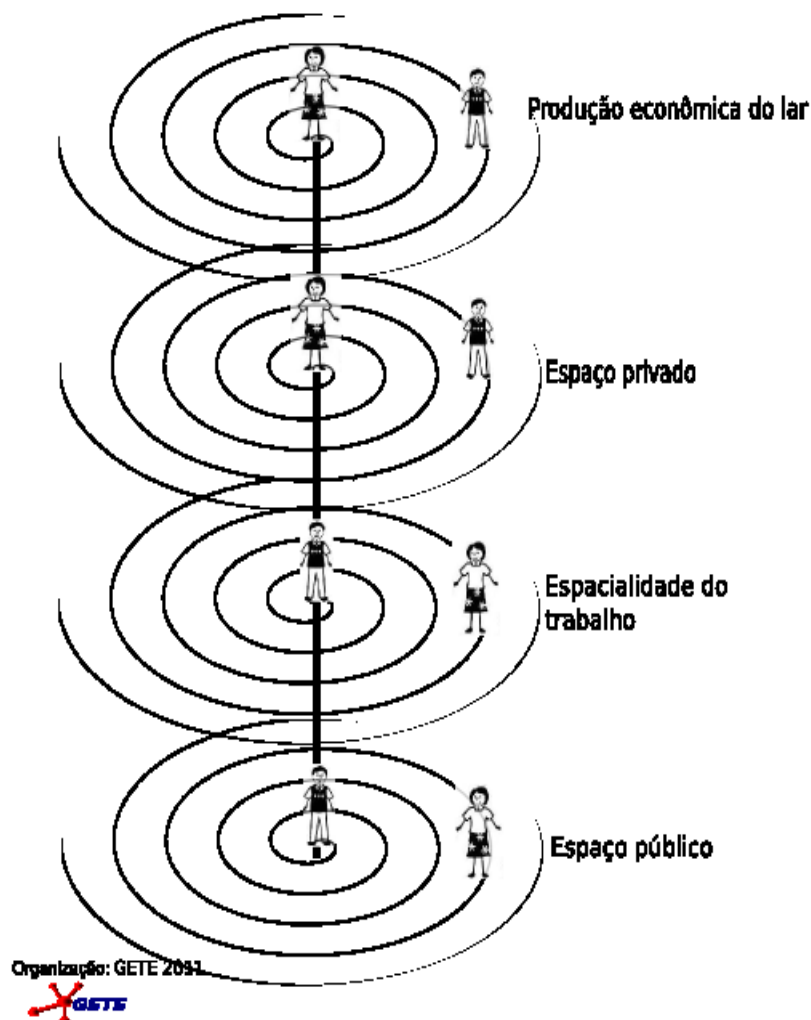


Figura 5 – O espaço paradoxal como componente do gerenciamento econômico do lar durante o casamento e após a dissolução conjugal das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: GETE – Grupo de Estudos Territoriais

A figura evidencia que a mulher é central na produção econômica do lar e central em relação ao espaço privado, em contraponto, o homem é central na

espacialidade do trabalho, estando relacionado principalmente a atividades mais rentáveis, sendo também central no espaço público. Colocado tal fato desta maneira, haverá dicotomias nas espacialidades públicas e privadas, mas ao se pensar nos papéis de gênero vivenciado por homens e mulheres através do espaço paradoxal de Rose (1993) pode-se verificar a existência de um contínuo entre estas espacialidades.

Este contínuo pode ser verificado a partir da centralidade da mulher no espaço privado e margeamento na espacialidade do espaço público. O papel de gênero feminino que é fortemente vinculado ao espaço privado é esquecido quando se trata do espaço público, papel vinculado ao homem. Entretanto, a mulher ligada a produção e reprodução do lar, assumindo o papel também do cuidado econômico da casa, continua sendo margem nas relações de poder no que tange o trabalho, renda e o espaço público. Se olhar a partir do viés de que já durante o casamento e, mais ainda, após a dissolução conjugal as mulheres assumam este papel de gênero que é socialmente construído como se fossem masculinos, estas deveriam tornar-se então, centrais nas relações de poder.

O estabelecimento de um contínuo entre as espacialidades pública e privada é claro nessa situação, pois a partir do momento em que tratamos a esfera doméstica como somente um espaço de privacidade, deixa-se de tratá-la enquanto política, somado ao fato de que o papel feminino é construído através dessa espacialidade, conseqüentemente deixa-se de tratar as famílias monoparentais enquanto políticas também.

Neste sentido, mesmo que as mulheres estejam ligadas a produção e reprodução do lar elas são margem no que tange ao trabalho, recebendo salários menores, conseqüentemente vivendo em extrema pobreza e na periferia onde não há uma estrutura pública adequada para garantir a estas mães e seus filhos melhor qualidade de vida.

A falta de estrutura relacionada ao espaço público produz dificuldades relacionadas a vivência destas mulheres no espaço privado, que conseqüentemente afeta o espaço público, a partir da reprodução da pobreza. Neste momento, cabe fazer uma ligação entre a falta de estrutura e o margeamento das mulheres em relação à espacialidade de seu trabalho.

A guarda dos filhos, que é majoritariamente feminina clama por demanda de infraestrutura, porque estas mulheres enquanto margem nas relações de poder relacionadas ao trabalho não tem como pagar escolas particulares, dependendo da estrutura fornecida pelo Estado, a qual é precária. A precariedade dessas estruturas principalmente relacionadas a escolas e creches afeta diretamente a vivência destas mulheres que não tem onde deixar seus filhos para trabalhar, naturalmente tendo que fazer uma escolha constrangida entre sustento e cuidado dos filhos.

A infraestrutura urbana relacionada a creches, escolas, hospitais e farmácias são partes integrantes da casa e de direito de acesso à cidade. A figura 6 evidencia o espaço paradoxal enquanto componente da infraestrutura relacionada ao trabalho para o sustento do lar e cuidado com os filhos.

O Espaço paradoxal como componente do cuidado com os filhos, infraestrutura, renda e trabalho das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa - PR.

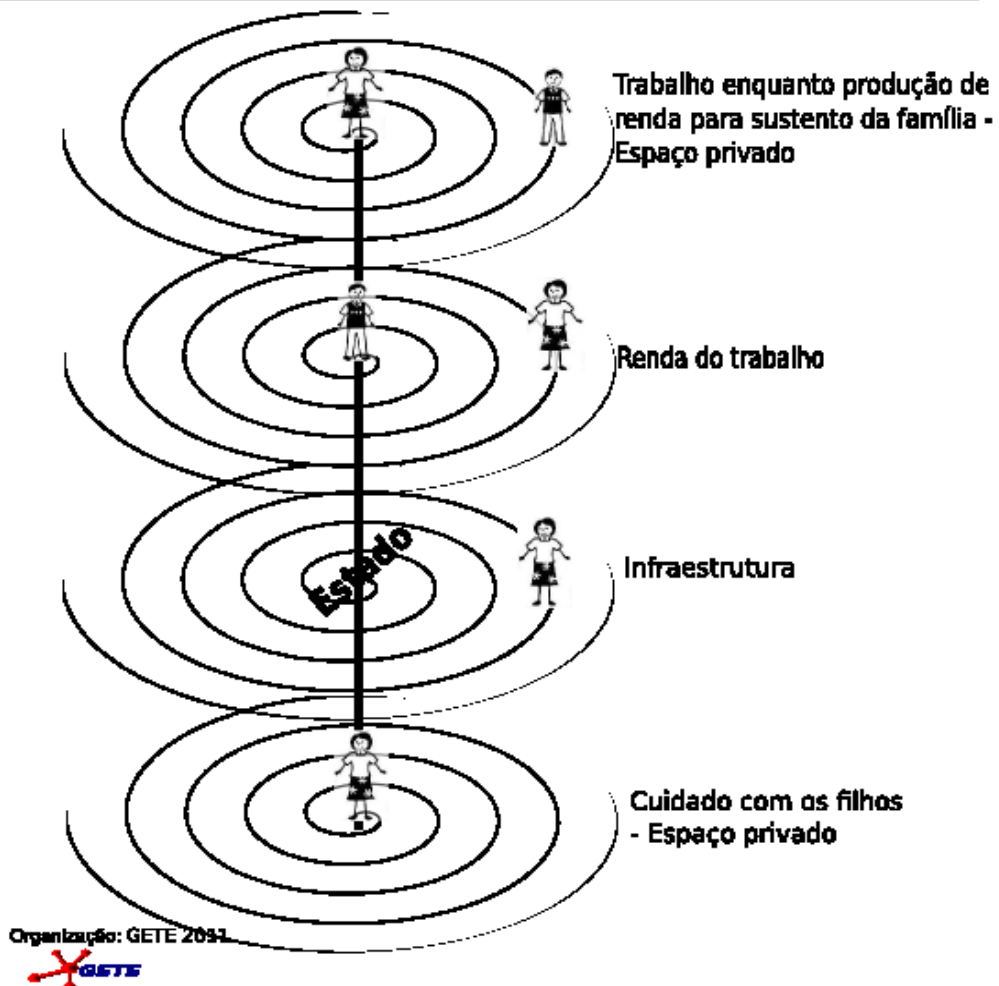


Figura 6 – O espaço paradoxal enquanto componente do cuidado com os filhos, a infraestrutura do espaço urbano, renda e trabalho feminino, das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: GETE – Grupo de Estudos Territoriais

Paradoxalmente, as mulheres são margem na espacialidade do trabalho, mas o trabalho torna-se central para o sustento dos filhos, entretanto estas continuam a ser margem nas relações de poder em relação a renda familiar. Essa

relação paradoxal, envolve a infraestrutura estatal, pois para que essas mulheres possam trabalhar e sustentar seus filhos precisam da infraestrutura do Estado a qual é precária, tornando-as margem em relação ao espaço público ligado a infraestrutura, sendo que esta é central no espaço privado para que estas mulheres possam deixar seus filhos seguros e trabalhar para sustentar o lar.

A insistência em observar que a sociedade é ainda constituída por famílias nucleares é patriarcal e com papéis de gênero rigorosamente divididos, torna a vivência das mulheres que passam por dissolução conjugal difíceis. Por mais que existam leis que assegurem a ajuda financeira paterna aos filhos após a separação judicial, devemos ressaltar que há uma fragilidade em relação ao espaço judiciário como já colocado anteriormente.

Mas essas fragilidades novamente fazem as mesmas vítimas, neste caso especialmente em se tratando do direito de família, as mulheres chefes do lar que passaram por dissolução conjugal. Não cabe, neste momento, fazer uma discussão em relação ao direito, apenas ressaltar em cima dos dados qualitativos que a inércia, busca ou tentativa de busca pela justiça, está pautada em uma descrença em relação a todo o espaço judiciário.

Quando se trata do termo espaço judiciário estamos envolvendo todas as instâncias e também as relações entre advogados, cartório, promotores, juízes, entre outros com as partes dos processos. Neste sentido, o espaço judiciário – espaço público – também é um componente que estabelece um contínuo entre os espaços público e privado, onde as mulheres estão novamente na margem em relação a esta espacialidade.

A falta de instrução e informação em relação ao direito destas mulheres vem prejudicando intensamente a vivência destas e de seus filhos no espaço privado. Mesmo sem instrução ou informação o que mais é relacionado por estas mães em relação à justiça é a descrença em relação a esta. Neste sentido, por mais que os filhos tenham direito a uma pensão do pai, muitas mulheres optam por não entrar com processos na justiça, por descreditarem em uma solução de seus problemas.

Esta descrença vem sendo relacionada as experiências próprias ou de terceiros. Cabe ressaltar também que mesmo que estas mulheres entrem com processos elas enfrentam a demora e também um problema estrutural das Leis que

supostamente lhes dão o direito a pensão. Este problema está relacionado principalmente ao fato de que muitos dizem que pensão leva a cadeia, mas muitas vezes os ex-maridos ficam presos por um prazo estipulado e são soltos sem o pagamento de pensão.

Outro problema que afeta muitas mulheres, é o fato de não saberem onde o pai de seus filhos residem. Sem estas informações os processos ficam prejudicados e mais uma vez ficam também prejudicadas as vivências destas famílias. Sendo assim, no espaço judiciário as mulheres que passaram por dissolução conjugal também se encontram enquanto margem nas relações de poder, mesmo sendo centrais nas relações que envolve cuidado, educação e economia do lar.

Este margeamento em relação à espacialidade judiciária afeta intensamente a renda feminina. Os salários que são recebidos pelos homens são maiores do que os que são recebidos pelas mulheres como já evidenciado no primeiro capítulo desta dissertação, sem a ajuda financeira dos ex-maridos a manutenção do lar e dos filhos fica ainda mais difícil. A figura 7 demonstra o espaço paradoxal como componente de renda feminina, do espaço judiciário e do cuidado com os filhos.

O Espaço paradoxal como componente da relação com o espaço jurídico, renda, cuidado e educação dos filhos e economia doméstica das das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa - PR.

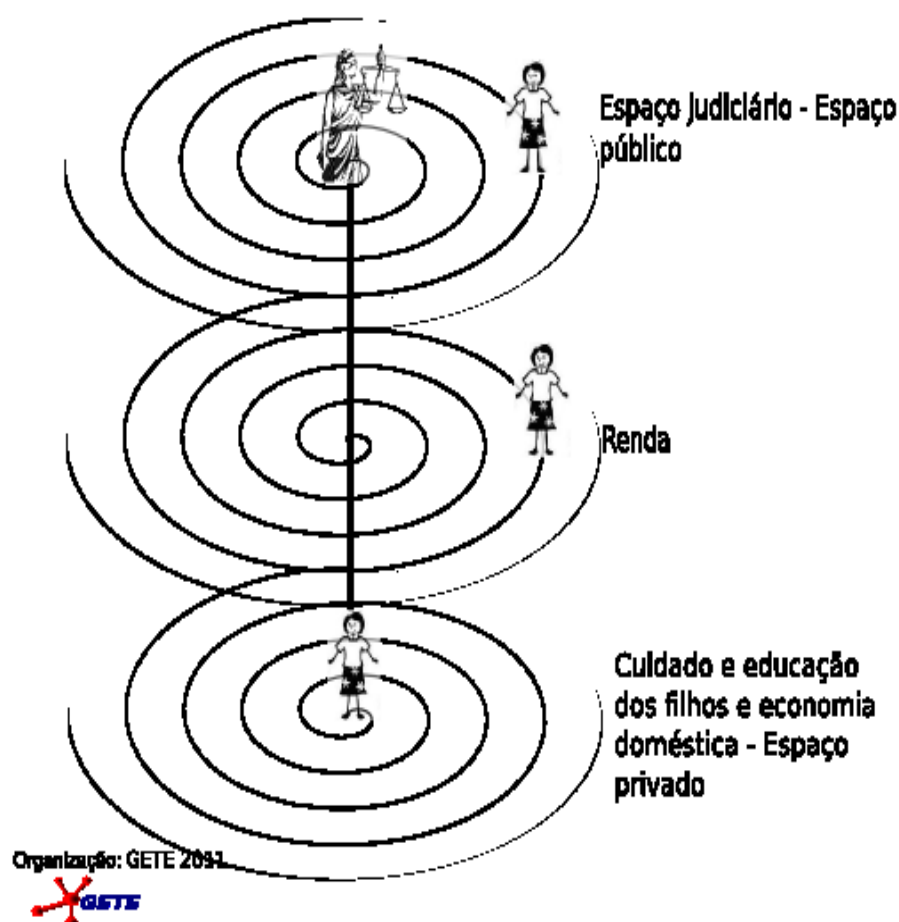


Figura 7 – O espaço paradoxal enquanto componente da relação do grupo estudado com o espaço jurídico, renda feminina, cuidado, educação e economia do lar das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: GETE – Grupo de Estudos Territoriais

Como se pode verificar na figura acima, novamente a mulher encontra-se enquanto margem das relações de poder na espacialidade jurídica, mesmo sendo central nas relações de poder na espacialidade do lar. As relações vivenciadas no espaço privado afetam o espaço público a partir da intensificação da pobreza, falta de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho, escolha estrangida dos filhos do casal dissolvido em deixar de estudar para trabalhar, entre outros. Esta relação entre o privado e o público principalmente relacionado a intensificação da pobreza produz e reproduz simultaneamente o espaço urbano, promovendo espaços de periferia que tem se mostrado com uma grande porcentagem de famílias monoparentais.

A periferização das famílias monoparentais, assim como as do grupo estudado demonstram outro problema estrutural do espaço urbano, o deslocamento destas mulheres. Morando em bairros periféricos e sem estrutura faz com estas mães se desloquem constantemente ao centro da cidade em busca de escolas, creches, hospitais e postos de saúde para seus filhos. A periferização das famílias chefiadas por mulheres podem ser observadas através da figura 8:

Mulheres responsáveis pelo domicílio
Ponta Grossa-Pr

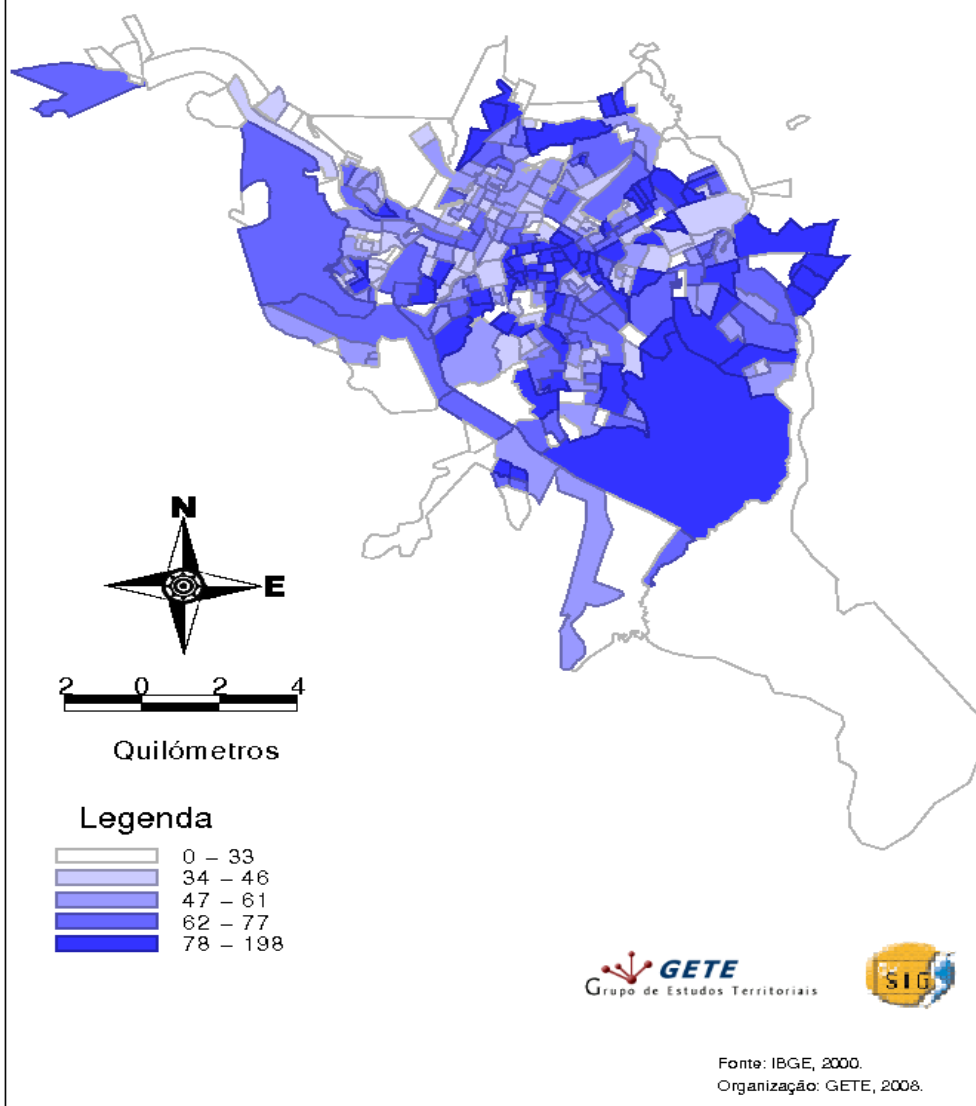


Figura 8 – Mulheres responsáveis pelo lar em Ponta Grossa – PR.

Fonte: IBGE

Organização: GETE – Grupo de Estudos Territoriais

A imagem demonstra que existe uma concentração de mulheres que chefiam o lar na periferia de Ponta Grossa – PR. Os conjuntos habitacionais estudados como é demonstrado na Figura 2, também são colocados na periferia da cidade, que é carente de infraestrutura como já evidenciado. Neste sentido, muitas mulheres sofrem em relação ao deslocamento para o centro da cidade ou em bairros vizinhos para levar seus filhos na escola ou creches e se deslocarem novamente para os seus trabalhos.

A falta de estrutura de uma malha viária e a falta de ônibus que favorecem estas mulheres é intensa, aumentando as dificuldades vividas por elas, assim como as dificuldades de seus filhos. Neste sentido, a precariedade relacionada ao espaço público afeta diretamente a espacialidade do espaço privado, havendo um tencionamento mútuo entre elas, demonstrando que a permanência de uma linha divisória tratando cada espacialidade enquanto fechada prejudica intensamente a vivência destas mulheres.

Outras relações conjugais são procuradas por mulheres que vivem as dificuldades apontadas e imaginam que um novo companheiro pode lhes ajudar no sustento da casa e dos limites impostos pela cidade. A separação é avaliada como algo que mudou sua vida em alguns aspectos positivos, por pior que tenham sido suas dificuldades. A liberdade e autonomia é um elemento marcante dos aspectos positivos da separação, bem como a conquista da casa própria.

De forma muito interessante, quando indagadas sobre as diferenças da vida de casada e da vida atual 87,5% das evocações foram colocadas em relação a melhora da vida após a dissolução conjugal, os motivos que levam a esta melhora são diversos nas falas do grupo e podem ser verificados no gráfico 19, a seguir:

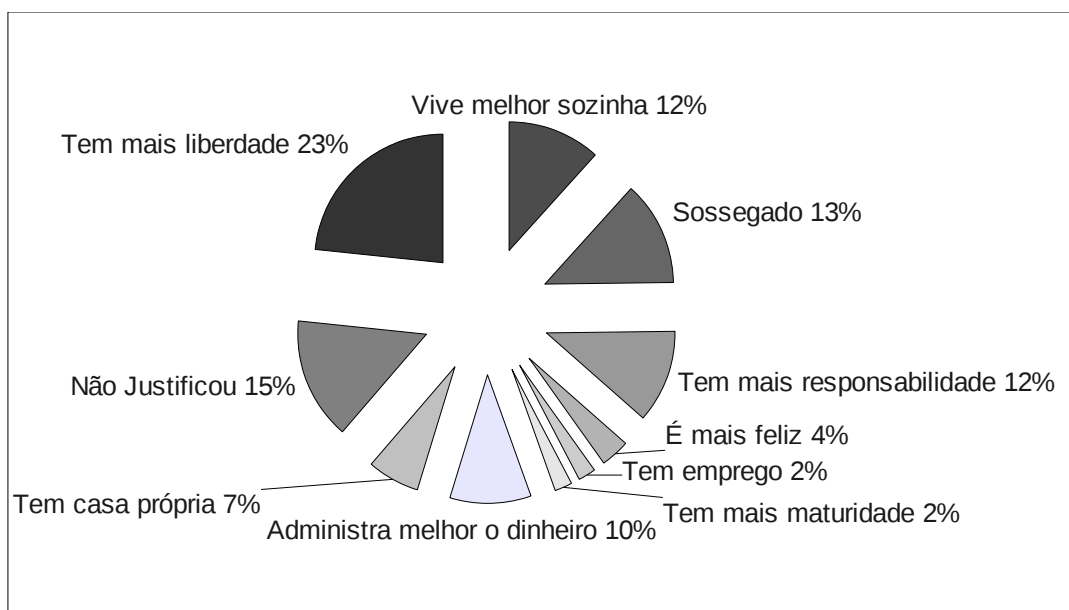


Gráfico 19 – As principais diferenças entre a vida de casa e a vida após a separação das mulheres que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família em Ponta Grossa – PR.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2010/2011

Organização: Przybyysz. J

Este gráfico permite observar que as falas relacionam a melhora de vida após a dissolução conjugal, mesmo frente a todas as adversidades vividas por estas mulheres e suas famílias. Apesar da falta de apoio do pai dos seus filhos, elas afirmam que a autonomia, a possibilidade de administrar as despesas da casa faz com que o rendimento seja melhor aplicado para a melhoria das condições gerais da família. Alegam que sabem investir melhor na família do que seus ex-maridos, inclusive a conquista de habitação, mesmo na periferia da cidade. A conquista do “sossego” é resultado da libertação dos conflitos e agressões e a liberdade é poder ir e vir com autonomia. Essas conquistas parecem amenizar o sofrimento vivido e reunir forças para continuar sua luta.

Esses aspectos positivos estão relacionados a família e ao sentimento individual, mas alegam que ainda sofrem preconceito por parte da sociedade por serem separadas em 69% das evocações sobre sua relação com a sociedade. Essa relação com a sociedade também é referida como falta de apoio em 28% das evocações das mulheres e em apenas 3% sentem a sociedade a seu favor.

A análise da vivência espacial dessas mulheres, articulada espacialmente por meio de escalas, permite evidenciar que a casa e as relações familiares estão imbricadas com a totalidade do espaço urbano. Suas experiências e lutas tensionam os papéis de gênero, ao mesmo tempo em que também os reproduzem. Assim, os espaços que elas produzem a partir de sua existência é relacional e múltiplo em posições de poder. O espaço que permeia este fenômeno é multidimensional e multiescalar, variando a posição feminina centro e margem de suas configurações de poder. Portanto, essa existência complexa das mulheres que colaboraram para esse estudo é um desafio para novas abordagens geográficas que superem a visão dicotômica entre público e privado, mas que contemple sua articulação complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que este trabalho buscou foi de compreender as transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa – PR. Através de levantamento quantiquantitativo de processos de Separação, Divórcio e Alimentos, realizados na 2ª Vara de Família, no fórum e das entrevistas realizadas com mulheres chefes de família que passaram por dissolução conjugal nos conjuntos habitacionais com maior concentração de mulheres chefes de família, ambos em Ponta Grossa, pode-se perceber as transformações nas espacialidades vivenciadas por estas mulheres após a separação.

Os papéis de gênero são “significados”, principalmente, pelos grupos sociais moradores de periferias, como diferenciados por homens e mulheres. Prevalece então um imaginário de que os homens devem ser provedores econômicos do lar e as mulheres como responsáveis pela reprodução social do lar. Esse imaginário contrasta com a vivência concreta em que boa parte das mulheres da periferia são também ativas no sustento econômico da família. Essa divisão dos papéis de gênero, criações imaginárias da própria sociedade ainda vinculam as mulheres enquanto margem das relações de poder no que tange ao espaço público e a economia doméstica.

A sociedade enquanto patriarcal, pautada na ilusão da existência somente da família nuclear constituída por pai, mãe e filhos, permitiu a partir dos papéis de gênero a desvinculação do espaço público e privado, o primeiro, enquanto espacialidade dos homens e da liberdade e o segundo, enquanto espacialidades das mulheres e da intimidade e do privado. Esse olhar dicotômico está presente nas concepções científicas em relação ao espaço público e privado. Essa visão, inclusive acadêmica, excluiu severamente as mulheres do espaço público e da visibilidade de que as mulheres constituem intensa articulação entre ambas as esferas.

A criação da compreensão do espaço enquanto dicotomizada entre esferas pública e privada também construiu a hegemonia masculina e sua visibilidade, já que considera o espaço público como sendo hierarquicamente superior ao privado. Um olhar social a partir da escala micro faz com que se possa observar que o espaço privado também é político e que estas espacialidades não podem ser tratadas de forma separada, mas relacional.

O imaginário das mulheres da periferia pesquisadas de um casamento perfeito, entendido como cada gênero desempenhando o papel social instituído é um elemento que se desfaz na vivência cotidiana frente às dificuldades econômicas e as pressões

sociais contemporâneas, impactando sobre as formas de organização dos agrupamentos familiares.

As dissoluções conjugais certamente ocorrem em todas as camadas de renda da sociedade. Entretanto, os agrupamentos familiares que se dissolvem nas camadas de baixa renda trazem consequências de difícil solução. As especificidades do grupo social de famílias de baixa renda que se dissolvem está baseada nas dificuldades das mulheres em assumir a chefia familiar por ter mantido sua existência em torno de um papel social em suas escolhas de abandono da qualificação para o mercado de trabalho e de escolaridade. Além disso, há um processo intenso de mobilidade residencial das famílias de baixa renda e de rotatividade de empregos, o que dificulta a esfera jurídica a fazer com que seus ex-companheiros cumpram com o papel de sustendo dos filhos após a separação conjugal.

Após a dissolução conjugal há dois períodos vivenciados pelo grupo focal, o das dificuldades que está relacionada ao período de transição entre o fim do casamento e a estabilidade e, por último, o período relacionado a estabilidade enquanto chefe de família. O período de transição é relatado com muito sofrimento porque mesmo que elas já exercessem atividades econômicas durante o período de casamento, havia ainda a noção de que eram apenas coadjuvantes do papel econômico e que isso cabia ao seu companheiro. O processo de interiorização do papel de coadjuvante para o papel de única responsável pelo grupo familiar envolve medo e insegurança.

Neste período de transição, as mulheres focam seus sofrimentos na dificuldade de moradia, de trabalho, cuidado com os filhos enquanto trabalha, renda salarial, infraestrutura e estrutura da cidade. Mesmo já cumprindo esse papel no casamento, a falta da figura paterna e a desvinculação da família faz com estas mulheres evidenciem esse período como o mais difícil, pois a diferença encontra-se na vivência no espaço público, onde o trabalho feminino está relacionado principalmente a trabalhos ligados ao espaço privado, como domésticas, cozinheiras, faxineiras, entre outros.

Essas atividades estão ligadas a baixa remuneração que se somam com a guarda dos filhos que é majoritariamente feminina. No grupo estudado, muitas mulheres trabalharam enquanto domésticas para conseguir garantir o sustento de seus filhos e mesmo assim, em alguns casos, houveram escolhas constrangidas de seus filhos que abandonaram os estudos para poder ajudar a mãe nas despesas da casa e no cuidado com os irmãos mais novos.

Estas escolhas, ainda, estão relacionadas a falta de infraestrutura urbana, onde há uma feminização da periferia urbana não só em Ponta Grossa, como no Brasil. A falta

de infraestrutura está relacionada a falta de escola, creches, postos de saúde, lazer, transporte entre outros, que afetam diretamente o espaço privado. A manutenção do espaço privado para estas mulheres depende de deixar seus filhos na escola para irem trabalhar, depende de um emprego para sustentar os filhos, depende de deslocamento para levar os filhos a hospitais, escolas, lazer, entre outros, esta dependência faz com que as relações existentes no espaço público estejam relacionadas as relações existentes no espaço privado. Há, portanto, articulação entre essas esferas que devem ser consideradas como inter-relacionadas de forma escalar.

Por mais que haja especificidades em cada uma destas espacialidades elas não devem ser pensadas enquanto separadas e independentes uma da outra, pois há um tensionamento entre estas espacialidades. Neste sentido, dicotomizar estas esferas é fechar cada uma delas em estruturas independentes, o que invisibiliza uma relação que deve ser colocada para o conjunto da sociedade.

Essa pesquisa evidenciou que o espaço é multiescalar e relacional, uma multiplicidade de relações, aberto e sempre em construção e essa concepção permite que possamos observar os espaços público e privado enquanto um contínuo de vivências cotidianas.

Esse contínuo relacionados aos espaços público e privado, ficam ainda mais evidentes quando observamos as relações através do espaço paradoxal como componente da vivência das mulheres que passaram por dissolução conjugal, onde as relações de poder colocam estas mulheres enquanto centro na espacialidade da casa e enquanto margem na espacialidade do público.

Essas configurações efetivam a exclusão de gênero tão criticada pelas feministas, assim como a dicotomização entre os espaços público e privado que é imensamente criticado pelas geografias feministas. Neste sentido, a temática relacionada as mulheres chefes de família que passaram por dissolução conjugal, torna-se importante para a construção da ciência geográfica, assim como, evidenciar a existência da geografia da família e das geografias feministas que são subcampos ainda pouco explorados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Augusto Medeiros de. Acesso à justiça no Brasil: obstáculos e instrumentos garantidores. *THEMIS - Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará*, v. 5, n. 1, p. 119-157, jan./jul. 2007
- APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Trad. Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 76-80.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo, posfácio: Celso Lafer. 10 ED. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARIES, Phillippe. "Historia Social da Criança e da Família". Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos editora, 1981.
- ASSIS, Mariana Pandrini Fraga. As esferas nos ajudam? Repensando a dicotomia público-privado na tradição feminista. In: *Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos*, 2009, Rio de Janeiro: LASA, 2009. p. 1-18. Disponível em : <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/>. Acesso em 25/11/2009.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990 (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro, IPEA – 1998.
- BRASIL. Novo Código Civil. GHIGNONE, Luciano Taques. (Org.). 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003.
- BUCHER-MALUSCHKE, Julia Sursis N. F. Revisitando Questões sobre Lei, Transgressão e Família em suas Interações com a Psicologia, a Psicanálise, o Direito e a Interdisciplinaridade Possível. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, Vol. 23 nº especial, 2007, p. 89-96.
- BUTLER, Judit. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Espaços privados. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. (Orgs.). *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 203-207.
- CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O espaço como componente da vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescente do sexo masculino em conflito com a Lei em Ponta Grossa – PR. Dissertação (Pós-graduação em geografia – Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.
- CONCERNIANI, Cláudia Borges. *Família monoparental feminina e guarda de filhos: o que pensam os juízes de direito das Varas de família?*. 2010. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- COPE, Meghan. Weaving the everyday: identity, space, and power in Lawrence, Massachusetts, 1920-1939. *Urban Geography*, v. 17, n. 2, 1996, p. 179-204.
- CORREIA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Introdução a Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CORREIA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREIA, Roberto Lobato.(Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.
- _____. *O espaço urbano*. 4. ED. São Paulo: Ática, 2003.
- DUNCAN, Simon and SMITH, Darren. Geographies of Family Formations: Spatial Differences and Gender Cultures in Britain . *Transactions of the Institute of British Geographers*, Vol. 27, n. 4, 2002, p. 471-493.
- ENGELS, F. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.
- FERES-CARNEIRO, T. *Casamento e Família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

- FOX, Greer Litton; MURRY, Velma McBride. Gender and Families: Feminist Perspectives and Family Research. *Journal of Marriage and the Family*, Vol. 62, n. 4, 2000, p. 1160-1172.
- GIDDENS, Anthony. *Sociology*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- GOHEEN, Peter G. "Public space and the geography of the modern city". In: *Progress in Human Geography*, n° 22, 1998, p. 479-496.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*, Rio de Janeiro. Ed: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAGR, Cicillan Luiza; SILVA, Márcia da (Org.). *Espaço e Tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, 2009.
- GOSS, Jon. Disquiet on the waterfront: reflections on nostalgia and utopia in the urban archetypes of festival marketplaces. *Urban Geography*, v. 17, n. 3, 1996, p. 221-247.
- HARAWAY, Donna. J. Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature. London: Free Association Books, 1991.
- HIDALGO, Encarna; JULIANO, Dolores; ROSET, Montserrat; CABA, Àngels. *Repensar la enseñanza de la geografía y la historia: una mirada desde el género*. Barcelona, 2003.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HOWITT, Richard. Scale as relation: musical metaphors of geographical scale . *Area*, v 30, n. 1, 1998, p. 49-58.
- JULIANO, Dolores. La enseñanza de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia desde un punto de vista no androcéntrico. Estado de la cuestión y líneas de avance. In: HIDALGO, Encarna; JULIANO, Dolores; ROSET, Montserrat; CABA, Àngels. (Orgs.). *Repensar la enseñanza de la geografía y la historia: una mirada desde el género*. Barcelona: Octaedro Ediciones, 2003. p.18-71.
- KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Trad. Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

- KNOPP, Larry. *Sexuality and the spatial dynamics of capitalism*. Environment and Planning D: Society and Space, v. 10, n. 6, 1992. p. 651-669.
- LAURETIS, Teresa. de. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio & Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- MARNE, Pauline. Whose public space was it anyway? Class, gender and ethnicity in the creation of the Sefton and Stanley Parks, Liverpool: *Social & Cultural Geography*, v. 2, n. 4, 2001, 1858–1872.
- MARSTON, Sallie A. The social construction of scale . *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, 2000, p. 219–242.
- MASSEY, Doreen Barbara. *Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade*. trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MAYOL, Pierre. O Bairro. In: Certeau, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 37 – 69.
- MCDOWELL, Linda. *Género, identidad y lugar*. Madrid: Cátedra, 2000.
- MITCHELL, Don. Introduction: Publico Space and the city. *Urban Geography*, V. 17, n. 2, 1996, p. 127-131.
- _____. Political violence, order, and the legal construction of public space power and the public forum doctrine. *Urban Geography*, V. 17, n. 2, 1996, p. 152-178.
- MONK, Janice. Place matters: comparative international perspectives on feminist geography. *The Professional Geographer*, n. 3, 1994, p. 277-88.
- NARVAZ, Marta Gludice; KOLLER, Silvia. Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, Dec. 2006. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de junho de 2009.
- NEVES STREY, Marlene. Gênero, família e sociedade. In NEVES STREY, Marlene; SILVA NETO João Alves da; HORTA, Rogério Lessa. (Orgs.). *Família e Gênero*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 17-38.

- NÓBREGA, Airton Rocha. Et al. *A omissão na atuação estatal*. Ci. Inf., Brasília, maio. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4735>>. Acesso em: 13 set. 2008.
- OBERHAUSER, Ann M.; RUBINOFF, Donna; BRES, Karen D.; MAINS, Susan; POPE, Cindy. Geographic Perspective on Woman. In: GAILE, Gary L.; WILLMOTT, Cort J. (Orgs). *Geography in America at the Dawn of the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- OLIVEIRA DE FRANCISCO, Maria Luíza. Geografia de gênero e trabalho familiar: algumas considerações. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, janeiro/julho 2011, p. 27-36.
- ORNAT, Marcio José. e SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – PR. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, 2007, p. 155-195.
- PACHECO, Juliana Thaisa Rodrigues. Demandas Habitacionais de Famílias Monoparentais com Responsabilidade Feminina e as Políticas Públicas Municipais Desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa – PR. 2008. Monografia (Conclusão de graduação) – UEPG, Ponta Grossa, 2008.
- PROCHNER, Marcilene. *Recente Feminização da Periferia de Baixa Renda em Ponta Grossa- PR: análise da atuação da PROLAR*. 2005. Monografia (Especialização em Geografia) – UEPG, Ponta Grossa, 2005.
- RAUTER, Cristina. Percepções da violência nas práticas dos profissionais de saúde: famílias desestruturadas, tiroteios e outras estórias. *Passagens*, Rio de Janeiro: vol. 3 no.1, 2011, p. 99-116.
- ROSE, Gillian. *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity press, 1993.
- _____. Situating knowledge: positionality, reflexivities and other tactics. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 3, 1997, p. 305-320.
- ROSSINI, Rosa Éster. Geografia e Gênero: mulher, família e trabalho na área de Ribeirão Preto/SP – 1977/1997. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, XI, 1998, Caxambu. Anais. Caxambu: ABEP 1998, p. 983-1002. 1CD-ROM.
- ROUGEMONT, Dennis. *A História do Amor no Ocidente*. Tradução: Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. 2^a ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2003.
- RUDDICK, Susan. Constructin difference in public spaces: race, class, and gender as interlocking systems. *Urban Geography*, v. 17, n. 2, 1996, p. 132-151.

SAFFIOTTI, Heleieth. Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres. In VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SARTI, Cynthia. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. Ed, São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. Ed, São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Reciprocidade e hierarquia: Relações de gênero na periferia de São Paulo*. Cadernos de pesquisa, nº 70, 1989, p. 38-46.

SHEPPARD Eric; MCMASTER, Robert. *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society and Method*. Malden - USA: Blechwell, 2004, p. 170 – 191.

SILVA NETO, João Alves da; STREY, Marlene Neves. Gênero e conjugalidade: encontros e desencontros na representação social da relação conjugal. In: STREY, Marlene Neves; SILVA NETO, João Alves; HORTA, Rogério Lessa. *Família e Gênero*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 210-238.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano. *Espaço e cultura*, v. 22, 2007a, p. 97-109.

_____. As alianças das perspectivas feministas e cultural para superar ausências e silêncios na geografia brasileira. (Org.). MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAGR, Cicillian Luiza; SILVA, Marcia da. *Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, 2009, p. 221 – 242.

_____. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In : SILVA, Joseli Maria (Org.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2009, p. 25-53.

_____. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Geosul*, v 22, 2007b, p. 117-134.

SILVA, Paulo Lins e. *A história do matrimônio*. Direito das famílias, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

- SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Org: VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a Ágora: Reflexões em torno do planejamento e da Gestão das Cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 41-61.
- SPINK, Peter., *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. In: SPINK, Mary Jane. (Orgs) – São Paulo: Ed Cortez Editora, 1999,
- VALENTINE, Gill. Children should be seen and not heard: the production and transgression of adults' public space. *Urban Geography*, v. 17, n. 3, 1996, p. 205-220.
- VELEDA DA SILVA, Susana. A perspectiva feminista na geografia brasileira. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2009, p. 301-313 .
- _____. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 262, s.p. 2000.
- VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol, OLIVEIRA, Soely. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 247.
- WALZER, Michael. *Esferas da justiça: Uma defesa do pluralismo e da igualdade*. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WINCHESTER, Hilary P. M. Women and Children Last: The Poverty and Marginalization of One-Parent Families . *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, v. 15, n. 1, 1990, p. 70-86.

ANEXO 1 – Deferimento da análise processual no cartório da Segunda Vara de Família



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Ponta Grossa, 20 de março de 2008.

Ao
Flavio Renato Correia de Almeida
Juiz da 2ª vara de família

Sete

FLAVIO RENATO CORREIA DE ALMEIDA
Juiz de Direito

Vimos por intermédio deste solicitar à este respeitável órgão acesso à informações para o desenvolvimento da pesquisa **"A dimensão socioespacial do abandono paterno nas famílias de baixa renda em Ponta Grossa- PR"**, a ser realizada por Juliana Przybysz, orientada pela professora Dra. Joseli Maria Silva do departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O desenvolvimento da pesquisa em questão depende fundamentalmente da disponibilidade das seguintes bases de informações:

- Dados numéricos sobre os registros de dissoluções conjugais em Ponta Grossa.
- Levantamento do perfil familiar e a localização das principais áreas de ocorrências.

Certos de contar com sua colaboração, agradecemos antecipadamente e **afirmamos nosso compromisso em atuar de forma ética resguardando toda e qualquer identificação das pessoas presentes nas fontes a serem exploradas.**

Atenciosamente,

Profa. Dra. Joseli Maria Silva
Docente do Depto. de Geociências – UEPG
Mestrado em Gestão do Território

Departamento de Geociências - DEGEO
Avenida Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - Paraná
Fonc: (42) 220-3046 FAX: (42) 220-3042 E-mail: degeo@uepg.br

APÊNDICE 1 – Roteiro de análise semiestruturado dirigido aos processos da segunda Vara de família.

ROTEIRO DE ANÁLISE SEMI-ESTRUTURADO DIRIGIDO AOS PROCESSOS DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA.

Data de preenchimento: _____

Local: _____

Processo de (autos): _____

Data de início do processo: _____

Identificação: _____

Endereço (vila) requerido: _____

Endereço (vila) requerente: _____

Situação de moradia: _____

Idade: _____

Quantos relacionamentos maritais: _____

Profissão requerente: _____

Profissão requerido: _____

Condição requerido no mercado de trabalho: _____

Renda requerido: sem renda (); até 1/2 sal. (); de 1/2 à 1 sal.(); de 1à 2 sal (.) não consta (.)

Número de filhos: _____

Idade dos filhos residentes com a mãe:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

Pensão: mulher / filhos / valor: _____

Renúncia da pensão por parte: _____

APÊNDICE 2 – Eixos norteadores da análise qualitativa dos processos da Segunda Vara de Família

EIXOS NORTEADORES DA ANÁLISE QUALITATIVA DOS PROCESSOS DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA

- a) Mudança de residência e dependência dos pais/avós/parentes:
- b) Mudança de residência colocou-a em situação pior:
- c) Mudança de status social:
- d) Aponta o abandono econômico dos filhos:
- e) falta de visitas e abandono afetivo:
- f) quer interferir na vida da esposa:
- g) dá mau exemplo (conduta):
- h) maus tratos:
- i) abuso:
- j) problemas com nova companheira:

APÊNDICE 3 – Roteiro de entrevistas quantitativo com mulheres chefes de família que passaram por dissolução conjugal

ROTEIRO DE ENTREVISTAS QUANTITATIVO COM MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA APÓS A DISSOLUÇÃO CONJUGAL

Formulário: _____

Pesquisadora: _____

Data da entrevista: _____

Local: _____

Identificação da entrevistada: _____

- Nome / nome fantasia: _____
- Idade: _____
- Estado civil: solteira () casada () amasiada () Separada I () Separada Legal () viúva ()
- Quantos relacionamentos maritais: _____
- Quanto tempo de separação: _____
- Coabitação com o cônjuge: sim () não ()

Escolaridade:

- Sem () fund. Inc. 1 ciclo () fund. Comp. 1 ciclo () fund. Inc. 2 ciclo () fund. Comp. 2 ciclo () médio Inc. () médio comp. () sup. inc. () sup. Comp. ()

- Ocupação / Profissão: _____

- Renda individual:

sem renda () até $\frac{1}{2}$ sal. () de $\frac{1}{2}$ a 1 sal. () de 1 a 2 sal () de 2 a 3 sal ()

- Renda familiar:

sem renda () até $\frac{1}{2}$ sal. () de $\frac{1}{2}$ a 1 sal. () de 1 a 2 sal () de 2 a 3 sal ()

- Número de filhos: _____

Idade dos filhos residentes com a mãe:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

APÊNDICE 4 – Roteiro de entrevistas com questões abertas às mulheres chefes de família após a dissolução conjugal

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM QUESTÕES ABERTAS ÀS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA APÓS A DISSOLUÇÃO CONJUGAL

1 - Transformações dos papéis femininos na nova configuração familiar.

Motivos de término de relação conjugal. (por relação)

Quando era casada, como era a divisão das despesas com a casa e família. Avaliação do papel masculino.

Quando era casada, como era cuidado com os filhos e os afazeres domésticos. Divisão de tarefas.

Quando era casada, quem tinha o poder de decisão sobre o comportamento familiar. Controle de horários/ tarefas / lugares/ atividades / consumo / educação filhos homens e mulheres.

Avaliação da vida conjugal. Liberdade de escolha/ estudo/ trabalho/ mobilidade/ futuro/ empreendimentos / educação de filhos / rendimento/ segurança / moralidade / saúde.

Quando era casada, como eram as atividades de lazer femininas e masculinas. Tipo / frequência.

Como é o perfil atual da relação com ex-marido, pai dos filhos: sustento/ visitas / liberdade. (por relação)

Depois da separação há ajuda no cuidado com os filhos menores no presente.

Avaliação da vida sem o cônjuge. * Relação com os filhos.

Quais as principais diferenças entre a vida de casada e a atual.

2 - Elementos socioespaciais presentes na reorganização familiar após a dissolução conjugal

Transformações no poder aquisitivo familiar.

Condições atuais de trabalho / receita.

Local e padrão de moradia.

Transformações da visão da família / sociedade em relação a ela, agora sem marido.

Transformações no papel de educação.

Relação com o local de moradia atual: positiva / negativa.

Mobilidade, lazer e corporalidade.

3 - Experiências vividas pelas mulheres responsáveis pela guarda dos filhos na configuração das relações espaciais público-privadas.

Opinião sobre o local de moradia. Infra/ distância/ localização/ vizinhança/ segurança.

Descrição das maiores dificuldades que o local oferece para conciliar os novos papéis que ela teve que assumir.

Redes de proteção que ela tem acesso para a manutenção da família.

Experiência com a justiça para garantia dos direitos dos filhos.

Participação em instituições políticas formais e não formais.

Qual o ideal masculino para viver com a mulher (entrevistada)

4 - Questão livre para avaliar as principais transformações que ocorreram na família e no papel feminino após a dissolução conjugal.